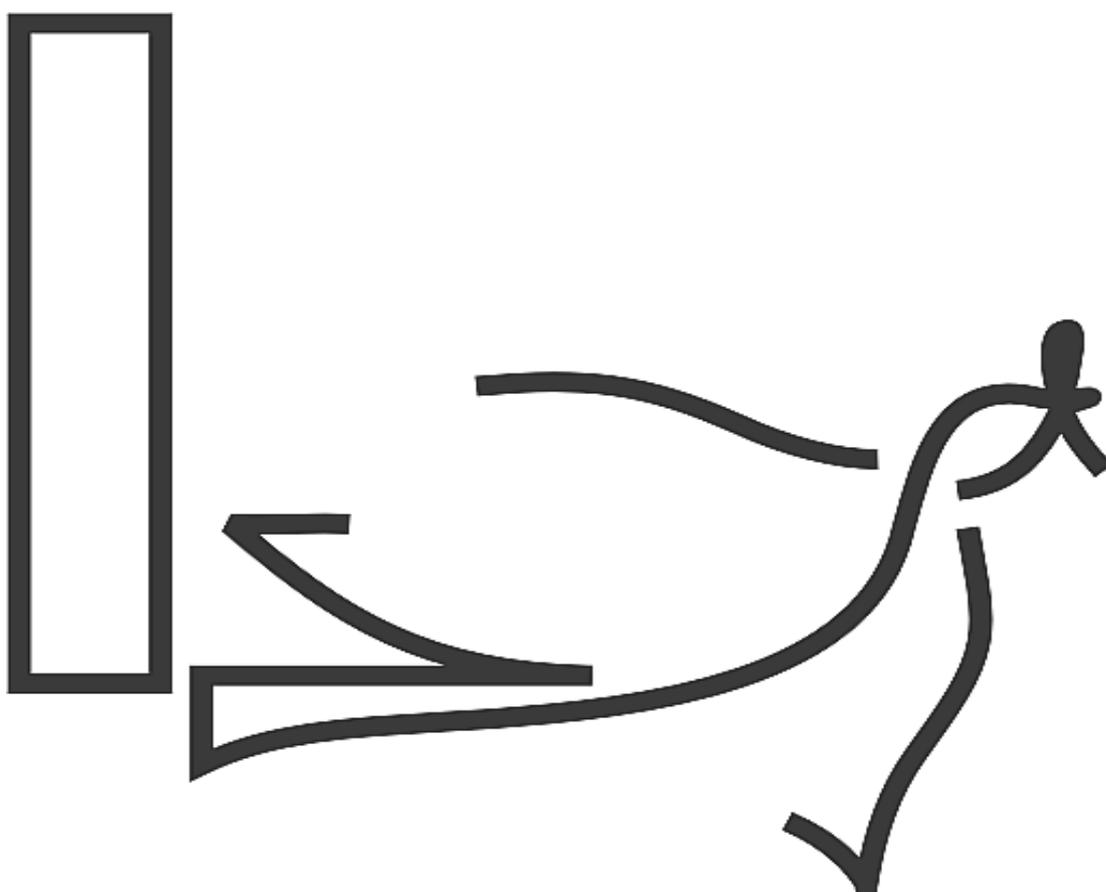




CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011



*COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO*

BRASÍLIA/DF

Sumário

<i>Apresentação</i>	4
<i>Siglas e Abreviações</i>	7
1. A Comissão de Segurança Pública	8
1.1. Composição da Comissão	8
1.1.1. Presidente	8
1.1.2. Vice-Presidentes	9
1.1.3. Membros	10
1.1.4. Alterações Ocorridas na Composição da Comissão	13
2. Eventos	14
2.1. Audiências Públicas	14
2.1.1. Quadro das Audiências Públicas Realizadas	14
2.2. Outros eventos	26
2.2.1. Seminários	26
2.2.2. Diversos	30
2.3. Demonstrativo Numérico dos Eventos	32
3. Apreciação de Proposições na Comissão	33
3.1. Demonstrativos Numéricos dos Requerimentos	33
3.2. Demonstrativos Numéricos dos Projetos	34
3.3. Emendas à LDO para 2012, ao Orçamento para 2012 e ao PPA para 2012-2015	35
4. Histórico da CSPCCO	38
4.1. Requerimentos	38
4.2. Projetos	39
4.3. Eventos	39
5. A Sociedade e a Comissão	40
6. A Comissão é Notícia	42
7. Subcomissões	83
Anexos	85
Tabela 1. Proposições Apreciadas na Comissão	86
Tabela 1.1. Proposições Apreciadas na Comissão – Apensadas	93
Tabela 2. Outras Saídas	94
Tabela 3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão	97
Tabela 3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensadas	112
Tabela 4. Requerimentos	118
Resolução nº 20, de 2004	133
<i>Equipe Técnica</i>	134
<i>Contatos</i>	134

APRESENTAÇÃO

Ao final desta sessão legislativa, mister se faz olhar não só para o que a CSPCCO conseguiu realizar neste ano de 2011, mas também para o que ainda teremos a fazer no decorrer desta Legislatura, reafirmar nossos objetivos e, se necessário, reformular as estratégias para concretizá-los.

Os números demonstram inequivocamente que o ano foi muito profícuo. Realizamos 34 reuniões deliberativas, em que examinamos 136 proposições, entre projetos e requerimentos. Fizemos 27 audiências públicas, três delas em conjunto com outras Comissões, quando temas extremamente relevantes foram abordados; e quatro seminários, dois realizados nesta Casa e dois nos Estados, sendo que um deles, em Sergipe, reuniu durante dois dias profissionais de segurança pública que se debruçaram sobre o tema da valorização do servidor da segurança pública. Destacamos, nesse contexto, o número de eventos realizados pela Comissão ao longo de 2011. Comparativamente aos anos anteriores, em que, em média, a Comissão realizou 45 eventos por ano, em 2011 foram realizadas 82 reuniões, entre audiências públicas, reuniões deliberativas, reuniões de subcomissões, debates e seminários. Sem contar as inúmeras vezes em que a Comissão esteve presente nos Estados da Federação para tratar de temas relevantes para a Segurança Pública.

Principalmente com a realização de seminários, esta Comissão pôde inovar, pois abriu espaço, não só para os profissionais da segurança, mas também para todos os cidadãos exporem suas preocupações, suas necessidades, suas aspirações, buscando, num trabalho conjunto, analisar a atual situação da segurança pública e propor alternativas para construir um País mais solidário e seguro.

Devo ressaltar ainda os seminários realizados pela Subcomissão Permanente para Estudar Orçamento e Financiamento da Segurança Pública nos diversos Estados. Sob a condução do Deputado José Augusto Maia, a Subcomissão realizou seminários em São Luís/MA, Recife/PE, Teresina/PI e São Paulo/SP, onde pôde colher sugestões da sociedade sobre a aplicação de recursos para a segurança pública nos Estados. Entre os temas levantados, figuraram as condições de trabalho, o orçamento, a promoção do diálogo entre os servidores da segurança e os membros do Poder

Executivo, a garantia de recursos no orçamento da União para atender às mais prementes necessidades dos vários segmentos da segurança, entre muitos outros.

Ainda na esteira do orçamento, a Comissão aprovou emendas ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual, de forma a permitir um maior aporte de recursos para a segurança pública. Ao Plano Plurianual, foram incluídos indicadores para ampliar o acesso ao serviço jurídico gratuito, assim como para aprimorar o enfrentamento à violência contra a mulher. Quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias, foram sugeridas pelos parlamentares várias emendas que pretendiam vedar o contingenciamento de recursos para a segurança pública. Já em relação à Lei Orçamentária Anual para 2012, esta Comissão, mediante acordo, também apresentou emendas importantes: uma no valor de R\$ 22.500.000,00 para aquisição de aeronave para o Departamento de Polícia Federal e outra para a construção do prédio da Academia de Polícia do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no valor de R\$ 38.931.585,00. Esta última, inclusive, mereceu a atenção da Diretora do Departamento, que, de forma inédita na história da Comissão, compareceu a uma de nossas reuniões para agradecer pela emenda apresentada.

Creemos que somente ações concretas demonstram que a sociedade e o Legislativo valorizam os profissionais da segurança, e por tal motivo estivemos ao lado dos bombeiros militares do Rio de Janeiro, os recebemos na nossa Comissão, mediamos os conflitos com o Executivo e, ao término, a anistia lhes foi concedida. A presença e o apoio dos parlamentares da CSPCCO foram determinantes para a solução deste episódio.

Neste ano, empenhei todo meu esforço para cumprir o mandato que me foi conferido, procurei atender a todas as solicitações de presença que foram feitas ao Presidente desta Comissão nas mais diversas localidades do País, buscando sempre o diálogo, o entendimento, o real interesse do povo brasileiro e a valorização do profissional da segurança pública.

Não posso neste instante deixar de lamentar que, mesmo nos empenhando ao máximo, não tenhamos conseguido sensibilizar o Presidente desta Casa a pautar, para votação em segundo turno, a chamada PEC 300/2008 (apensada à PEC 446/2009), que apenas institui um piso salarial para os servidores policiais, que será posteriormente definido em lei complementar. Devo mais uma vez ressaltar que, de

imediatamente, sua aprovação não ocasionará qualquer impacto nos orçamentos da União ou dos Estados, pois ela não estabelece valores, e pautá-la demonstraria a importância que este Congresso atribui à segurança pública e a consideração que tem pelos servidores da área.

Muito foi feito e muito há ainda por fazer e o faremos, pois estamos convictos que o direito à segurança é uma projeção do próprio direito de liberdade. Empenharemos todos os meios para alcançá-lo.

Agradeço a este Colegiado que de forma inequívoca, em meio a uma complexa agenda parlamentar, privilegiou os trabalhos da CSPCCO, se fez presente, debateu as proposições pautadas, enriqueceu-as com contribuições pertinentes. Portanto, todo o resultado conseguido é fruto do árduo trabalho de Vossas Excelências. Agradeço também a todas as assessorias e órgãos ligados à segurança pública, que foram igualmente parceiros no encaminhamento das mais diversas questões aqui tratadas.

Eu acredito na força desta Comissão, uma força que advém da qualidade, da competência e da garra de seus membros. Meu muito obrigado a todos.

Deputado **MENDONÇA PRADO** (DEM/SE), Presidente.

SIGLAS E ABREVIações

CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CF	Constituição Federal
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CN	Congresso Nacional
CP	Código Penal
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPICARCE	Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais
CPP	Código de Processo Penal
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
CTD	Comissão de Turismo e Desporto
DEM	Democratas
Dep(s)	Deputado(s)
IML	Instituto Médico Legal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MP	Ministério Público
MPU	Ministério Público da União
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações não-Governamentais
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PLP	Projeto de Lei Complementar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
Req	Requerimento
REP	Representação
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
SF	Senado Federal
SINARM	Sistema Nacional de Armas
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

1. A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1.1. Composição da Comissão

1.1.1. Presidente



Deputado MENDONÇA PRADO
(DEM/SE)
PRESIDENTE

Mandatos: 2003/2007,
2007/2011, 2011/2015
Gabinete: 508 - Anexo IV

1.1.2. Vice-Presidentes



Deputado FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB/PR)
1º VICE-PRESIDENTE
Mandato: 2011/2015
Gabinete: 265 - Anexo III



Deputado ENIO BACCI (PDT/RS)
2º VICE-PRESIDENTE
Mandatos: 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015
Gabinete: 930 - Anexo IV



Deputado JOSÉ AUGUSTO MAIA (PTB/PE)
3º VICE-PRESIDENTE
Mandato: 2011/2015
Gabinete: 758 - Anexo IV

1.1.3. Membros

Titulares				
 <p>Alberto Filho PMDB/MA</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 617 – Anexo IV</p>	 <p>Alessandro Molon PT/RJ</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 652 – Anexo IV</p>	 <p>Arthur Lira PP/AL</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 942 – Anexo IV</p>	 <p>Domingos Dutra PT/MA</p> <p>Mandatos: 1995/1999, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 806 – Anexo IV</p>	 <p>Dr. Carlos Alberto PMN/RJ</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 208 – Anexo IV</p>
 <p>Jair Bolsonaro PP/RJ</p> <p>Mandatos: 1991/1995, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 482 – Anexo III</p>	 <p>João Campos PSDB/GO</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 315 – Anexo IV</p>	 <p>Keiko Ota PSB/SP</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 523 – Anexo IV</p>	 <p>Lourival Mendes PTdoB/MA</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 937 – Anexo IV</p>	 <p>Marlos Sampaio PMDB/PI</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 906 – Anexo IV</p>
 <p>Nelson Pellegrino PT/BA</p> <p>Mandatos: 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 826 – Anexo IV</p>	 <p>Perpétua Almeida PCdoB/AC</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 625 – Anexo IV</p>	 <p>Romero Rodrigues PSDB/PB</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 825 – Anexo IV</p>	 <p>Stepan Nercessian PPS/RJ</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 517 – Anexo IV</p>	

Suplentes

 <p>Alexandre Leite DEM/SP</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 841 – Anexo IV</p>	 <p>Arnaldo Faria de Sá PTB/SP</p> <p>Mandatos: 1987/1991, 1991/1995, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 929 – Anexo IV</p>	 <p>Benedita da Silva PT/RJ</p> <p>Mandatos: 1987/1991, 1991/1995, 2011/2015 Gabinete: 330 – Anexo IV</p>	 <p>Cabo Juliano Rabelo PSB/MT</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 913 – Anexo IV</p>	 <p>Carlos Sampaio PSDB/SP</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 207 – Anexo IV</p>
 <p>Dalva Figueiredo PT/AP</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 704 – Anexo IV</p>	 <p>Delegado Protógenes PCdoB/SP</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 745 – Anexo IV</p>	 <p>Edio Lopes PMDB/RR</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 350 – Anexo IV</p>	 <p>Emiliano José PT/BA</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 481 – Anexo III</p>	 <p>Fátima Pelaes PMDB/AP</p> <p>Mandatos: 1991/1995, 1995/1999, 1999/2003, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 416 – Anexo IV</p>

Suplentes (Continuação)

 <p>Hugo Leal PSC/RJ</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 631 – Anexo IV</p>	 <p>Mauro Lopes PMDB/MG</p> <p>Mandatos: 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 841 – Anexo IV</p>	 <p>Nilson Leitão PSDB/MT</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 276 – Anexo III</p>	 <p>Otoniel Lima PRB/SP</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 370 – Anexo III</p>
 <p>Pastor Eurico PSB/PE</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 369 – Anexo III</p>	 <p>Pinto Itamaraty PSDB/MA</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 933 – Anexo IV</p>	 <p>Ronaldo Fonseca PR/DF</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 382 – Anexo III</p>	 <p>William Dib PSDB/SP</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 304 – Anexo IV</p>

1.1.4. Alterações Ocorridas na Composição da Comissão

Membro	Deputado	UF	Partido	Entrada	Saída
Suplente	Edio Lopes	RR	PMDB	3/3/11	*
Suplente	Gonzaga Patriota	PE	PSB	*	24/3/11
				2/5/11	13/12/11
Suplente	Givaldo Carimbão	AL	PSB	24/3/11	2/5/11
Suplente	Sérgio Zveiter	RJ	PDT	*	9/6/11
Suplente	Vilson Covatti	RS	PP	9/6/11	29/6/11
Suplente	Alexandre Leite	SP	DEM	29/6/11	*
Suplente	Delegado Waldir	GO	PSDB	*	13/7/11
Suplente	Nilson Leitão	MT	PSDB	4/8/11	*
Suplente	Cabo Juliano Rabelo	MT	PSB	13/12/11	*

*Indica que o parlamentar já era membro da Comissão na Sessão Legislativa anterior ou sua permanência até o fim de 2011.

2. EVENTOS

2.1. Audiências Públicas

Ao longo do ano de 2011, a Comissão de Segurança Pública promoveu 26 audiências públicas, entre elas três conjuntas. No quadro a seguir apresenta-se um resumo dessas audiências com os temas e os palestrantes que nelas estiveram presentes.

2.1.1. Quadro das Audiências Públicas Realizadas

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
1 28/4/11	O controle de armas no Brasil.	Alessandro Molon Req. nº 13/11	Delegado DOUGLAS MORGAN FULLIN SALDANHA, Chefe do Sistema Nacional de Armas – Sinarm; BENÉ BARBOSA, Presidente do Movimento Viva Brasil; ANTONIO RANGEL BANDEIRA, Coordenador do Programa de Controle de Armas do Viva Rio ALMIR DE OLIVEIRA JUNIOR, pesquisador do Sistema de Indicadores de Percepção Social do IPEA; SALÉSIO NUHS, representante da Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC e Diretor-Institucional da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições; e MELINA RISSO, Diretora do Instituto Sou da Paz.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
2 5/5/11	O Mapa da Violência – 2011.	João Campos, Fernando Francischini, Delegado Waldir, Stepan Nercessian e Alexandre Molon Reqs. nºs 4, 10 e 14/11	Cel. PM EDSON COSTA ARAÚJO, Chefe de Gabinete de Gestão de Segurança no Entorno do Distrito Federal; JÚLIO JACOBO WAISELFISZ, Sociólogo, Diretor de Pesquisa do Instituto Sangari; MÁRIO THEODORO, Secretário-Geral da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; Delegado da Polícia Civil ERALDO AUGUSCO, membro do Gabinete de Gestão de Segurança do Entorno; e Secretária Nacional de Segurança Pública, REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI.
3 10/5/11	Grupos de extermínio que estão agindo no Brasil, em especial, sobre o desmantelado recentemente em Goiás.	Delegado Waldir Req. nº 11/11	RAMAÍ DE CASTRO, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
4 19/5/11	Apresentação dos Projetos do Governo referentes à Segurança Pública.	Alessandro Molon, João Campos e Duarte Nogueira Reqs. nº 15 e 25/11	JOSÉ EDUARDO CARDOZO, Ministro de Estado da Justiça; e REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, Secretária Nacional de Segurança Pública.
5 24/5/11	Debater a carga horária semanal para os operadores de segurança pública (PLs nºs 5.799/09 e 6.399/09).	Delegado Waldir Req. nº 8/11	RÔMULO LEITE, Chefe de Divisão de Acompanhamento Jurídico do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; ALOYSIO FRANCO DE OLIVEIRA, representante do Colégio de Secretários de Segurança Pública (CONSESP); Tenente-Coronel SILVIO TUCCI, representante do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (CNCG PM/BM); PAULO ROBERTO POLONI BARRETO, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF); GILSON DIAS DA SILVA, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF); e ABELMIDIO DE SÁ RIBAS, Presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil (AMEBRASIL).

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
6 26/5/11	Debater as liberalidades na legislação penal, confissão premiada, livramento condicional e progressão de regime.	Hugo Leal e Fernando Francischini Req. nº 31/11	ANA PAULA ABREU FILGUEIRAS, Juíza Auxiliar da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro; MAURÍCIO KUEHNE, Professor de Direito Penal da Faculdade de Direito de Curitiba; CARLOS AUGUSTO BORGES, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; e LUIZ FLÁVIO GOMES, Jurista e Cientista Criminal.
7 31/5/11	Debater as PECs 300/08, 534/02, 308/04 e 549/06 e a valorização do profissional de segurança pública.	Perpétua Almeida, Arnaldo Faria de Sá, Delegado Protógenes, Delegado Waldir, Fernando Francischini, José Augusto Maia, Otoniel Lima e Mendonça Prado Reqs. nºs 26/11 e 33/11	Coronel PAES DE LIRA, ex-Deputado, 1º Vice-Presidente da Comissão Especial da PEC nº 300/08; MAJOR FÁBIO, ex-Deputado, relator da PEC nº 300/08, na Comissão Especial da PEC nº 300/08; CAPITÃO ASSUMÇÃO, ex-Deputado, líder do movimento pela aprovação da PEC nº 300/08; Deputado Estadual Sargento ARAGÃO, Presidente em exercício da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Militares Estaduais (ANASPRA); Sargento EDGARD MENEZES SILVA FILHO, Gestor da Associação Beneficente dos Servidores Militares de Sergipe; e Sargento JORGE VIEIRA DA CRUZ, Gestor da Associação Beneficente dos Servidores Militares de Sergipe.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
8 14/6/11	Medidas que promovam aumento da segurança das pessoas idosas em operações bancárias.	Marllos Sampaio Req. nº 2/11	<p>JOÃO SIDNEY DE FIGUEIREDO FILHO, Chefe do Departamento do Meio Circulante do Banco Central do Brasil;</p> <p>MAURO LUCIANO HAUSCHILD, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;</p> <p>FREDERICO GUILHERME F. DE QUEIROZ FILHO, Diretor Setorial da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN;</p> <p>BENEDITO ADALBERTO BRUNCA, Diretor de Benefícios do INSS;</p> <p>DELEGADO JOÃO VIANEY XAVIER FILHO, representante do Departamento de Polícia Federal;</p> <p>MAURO ANDRÉ MIRANDA DE CARVALHO, Delegado-Titular da Delegacia de Segurança e Proteção ao Idoso do Estado do Piauí;</p> <p>CHANXERLLEY FERREIRA BRANDÃO, Chefe de Investigação da Delegacia de Segurança e Proteção ao Idoso de Teresina;</p> <p>KARLA CRISTINA GIACOMIN, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; e</p> <p>ROSA MARIA GROSS DE ALMEIDA, Coordenadora Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.</p>
9 28/6/11	Debater a iniciativa da Polícia Federal de transferir para empresas privadas a responsabilidade de controlar quem entra e quem sai do País.	Delegado Protógenes, Otoniel Lima e Perpétua Almeida Req. nº 48/11	<p>FRANCISCO CARLOS SABINO, Diretor de Relação do Trabalho da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF;</p> <p>TELMO CORRÊA, Presidente do Sindicato dos Servidores do Departamento da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro; e</p> <p>LEILANE RIBEIRO DE OLIVEIRA, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal.</p>

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
10 16/8/11	Debater o Projeto de Lei nº 6.041, de 2009, que "Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para tipificar como crime o atentado contra repartição pública, bem como inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterado pelas Leis nº 8.930, de 06 de setembro de 1964, e 9.695 de 20 de agosto de 1998, para incluir o referido atentado entre crimes hediondos.	Alberto Filho Req. nº 12/11	JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI, Procurador da República; e ANTONIO JOSÉ MAFFEZOLI LEITE, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP.
11 23/8/11	Debater a decisão do governo boliviano de legalizar todos os veículos importados que circulam sem documentos naquele país.	Delegado Protógenes, Perpétua Almeida e Romero Rodrigues Reqs. nºs 74/11 e 81/11	RAPHAEL PERISSÊ, Procurador da República; LUÍS FLÁVIO ZAMPONHA, Delegado de Polícia Federal; CAIO BERTONE, Delegado de Polícia Federal; SÉRGIO ANTÔNIO REZE, Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores – FENABRAVE; e NEIVAL RODRIGUES FREITAS, Diretor da Federação Nacional de Seguros Gerais – FenSeg; JOSÉ ALBERTO GONZALES SAMANIEGO, Embaixador da Bolívia no Brasil; ALEJANDRO SAUBIDET BILBAO, Presidente da <i>Asociación Latinoamericana de Distribuidores de Automotores</i> – ALADDA; e PAULO SAAB, Presidente Executivo da Associação Nacional de Empresas de Aluguel de Veículos – ANAV.
12 1º/9/11	Debater o PL nº 583/11, que "Dispõe sobre o monitoramento por instrumentos de geolocalização para os indivíduos sujeitos ao sistema penitenciário da União Federal.	Perpétua Almeida Req. Nº 71/11	Juiz GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; HAROLDO CAETANO DA SILVA, Promotor de Justiça do Estado de Goiás, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN; e FLÁVIO DINO, ex-Deputado.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
13 13/9/11	Debater o Projeto de Lei nº 1.028/11, que "Altera a redação dos artigos 60, 69, 73 e 74, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo pelos delegados de polícia.	Gonzaga Patriota, Dr. Carlos Alberto, Hugo Leal e Otoniel Lima Req. nº 76/11	Juiz GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; Promotor de Justiça ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Inspetor SIQUEIRA CAMPOS, representante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; MARCOS VINÍCIO DE SOUZA WINK, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF; Inspetor JAILTON DA SILVA TRISTÃO, Representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF; Coronel ELIAS MILER DA SILVA, representante da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME; Delegado de Polícia Federal MARCOS LEÔNICIO RIBEIRO, representante da Associação dos Delegados de Polícia Federal – ADPF; e FERNANDO LOPES NOGUEIRA, representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL.
14 20/9/11	Debater as questões sobre o mercado ilegal de cigarros no Brasil.	Enio Bacci e Arnaldo Faria de Sá Req. nº 37/11	MARCELO REZENDE, jornalista da TV Record; ROBERTO ABDENUR, Presidente-Executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO; MARCELO FISCH MENEZES, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil; WALTOEDSON DOURADO DE ARRUDA, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil; e Inspetor MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA, Chefe da Divisão de Combate ao Crime do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
15 22/9/11	Debater sobre os indeferimentos para a concessão e a renovação do certificado de registro de arma de fogo.	Delegado Protógenes Req. nº 58/11	Delegado DOUGLAS MORGAN FULLIN SALDANHA, Delegado de Polícia Federal da Divisão de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, representante do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
16 25/10/11	Debater medidas eficazes de combate à corrupção e, mais especialmente, ao crime de lavagem de dinheiro, disciplinado pela Lei nº 9.613, de 1998.	Fernando Francischini e Delegado Protógenes Reqs. nºs 40/11 e 60/11	Desembargador FAUSTO MARTIN DE SANCTIS, Desembargador do Tribunal Regional Federal da Terceira Região; Juiz SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal da Seção Judiciária do Paraná; RICARDO ANDRADE SAADI, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional; RICARDO LIAO, Chefe do Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros do Banco Central do Brasil, representante da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA; e VLADIMIR ARAS, Procurador da República.
17 8/11/11	Debater o PL nº 3.624/08, que altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Estatuto do Desarmamento, para conceder porte de armas aos integrantes dos quadros de pessoal de fiscalização dos departamentos de trânsito.	Romero Rodrigues e Alessandro Molon Reqs. nºs 36/11 e 73/11	Delegado DOUGLAS MORGAN FULLIN Saldanha, Chefe do Sistema Nacional de Armas – SINARM; LUIZ ANTÔNIO BRENNER GUIMARÃES, representante da Rede Desarma Brasil; ANTONIO COELHO MEIRELES NETO, Presidente da ALTRANS - Associação de Lutas Trabalhistas dos Agentes de Trânsito de Patos – PB; ARTUR BRANDÃO DE FARIAS, Fiscal de Transporte da STTRANS do Município de João Pessoa – PB; EIDER MARCOS ANTUNES DE ALMEIDA, Presidente do SINDETRAN-DF; e BENÉ BARBOSA, Presidente do Movimento Viva Brasil.
18 10/11/11	Debater a instituição da data comemorativa do dia do delegado de polícia.	Lourival Mendes Req. nº 90/11	ANTÔNIO BARBOSA GÓIS, Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – FENADEPOL; WLADIMIR SÉRGIO REALE, representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL do Brasil; BOLÍVAR STEINMETZ, representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF; e CLÁUDIO BANDEL TUSCO, representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
19 22/11/11	Debater os objetivos e as iniciativas propostas pelo Governo Federal para a política de segurança pública no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2012 -2015) e os recursos previstos para a área contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012.	Domingos Dutra Req. nº 94/11	ALEXANDRE CICONELLO, Assessor Político do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC e Conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP; GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA, Diretora Colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; SIDNEI BORGES FIDALGO, Diretor do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública - DEAPSEG, representante do Ministro de Estado da Justiça; e SILVIA RAMOS, Assessora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESEC.
20 29/11/11	Debater sobre a violência de que são vítimas os jovens negros.	Alessandro Molon Req. nº 96/11	GUILHERME ZAMBADA LEONARDI, representante do Ministério da Justiça; ANHAMONA SILVA DE BRITO, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial; e HELENA ABRAMO, representante da Secretaria Nacional de Juventude
21 8/12/11	Debater o controle sobre a programação da TV aberta no Brasil.	Ronaldo Fonseca Req. nº 75/11	DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES, representante do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça; ROSELI GOFFMAN, representante do Conselho Federal de Psicologia na Coordenação Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; NELSON HOINEFF, jornalista, produtor e diretor de televisão e cinema; EVANDRO DO CARMO GUIMARÃES, representante da TV Globo HELOÍSA HELENA DE MACEDO E ALMEIDA, representante da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA.
22 13/12/11	Debater o controle de armas e munições no Brasil.	Alessandro Molon Req. 108/11	GUILHERME ZAMBADA LEONARDI, Assessor da Secretaria Nacional de Segurança Pública, representante do Ministério da Justiça GENERAL-DE-BRIGADA WALDEMAR BARROSO MAGNO NETO, Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando do Exército, representante do Ministério da Defesa; DELEGADO DOUGLAS MORGAN FULLIN SALDANHA, Chefe de Divisão de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas da Diretoria de Combate ao Crime Organizado, representante do Departamento de Polícia Federal; SALÉSIO NUHS, representante da Associação Nacional das Indústrias de Armas e Munições; ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA, representante da Rede Desarma Brasil.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
23 13/12/11	Apresentação do gibi desenvolvido pela Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições – ANIAM.	Fernando Francischini Req. nº 91/11	SALÉSIO NUHS, Presidente da ANIAM, PROFESSOR BENÉ BARBOSA, Presidente do Movimento Viva Brasil; RIDAUT DIAS JUNIOR, cartunista e criador dos personagens do gibi.

Audiências Públicas Conjuntas

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
24 17/05/11	Tratar de denúncia da revista <i>Veja</i> que mostra a atuação de redes terroristas no Brasil. Audiência Reservada em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.	Stepan Nercessian, Rubens Bueno e João Campos Reqs. N ^{os} . 19/11 e 24/11 – CSPCCO e Alfredo Sirkis Req n ^o 20/11 - CREDN	RÔMULO RODRIGUES DANTAS, Diretor do Departamento de Contraterrorismo, representante da Agência Brasileira de Inteligência – Abin; e MARCOS DAVID SALEM, Diretor de Inteligência Policial, representante do Departamento de Polícia Federal – DPF.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
25 13/7/11	<p>Debater sobre os crimes na Internet, para subsidiar a análise do Projeto de Lei nº 84, de 1999.</p> <p>Audiência Pública Conjunta com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Direitos Humanos e Minorias.</p>	<p>Sandro Alex, Emiliano José</p> <p>Reqs. nºs 22/11, 57/11 e 58/11 - CCTCI,</p> <p>Fernando Francischini</p> <p>Req. Nº 62/11 - CSPCCO e Manuela d'Ávila</p> <p>Req. Nº 33/11 - CDHM</p>	<p>SERGIO AMADEU DA SILVEIRA, Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – UFABC;</p> <p>DEMÉTRIO GONZAGA DE OLIVEIRA, Delegado titular do Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos do Estado do Paraná – Nuciber;</p> <p>FÁBIO FURTADO RAMOS, Diretor da Axur Information Security;</p> <p>GUILHERME VARELLA, Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC;</p> <p>VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES, Coordenadora da Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;</p> <p>ROBERTO MAYER, Vice-Presidente de Relações Públicas da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – Assespro;</p> <p>TÚLIO LIMA VIANNA, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;</p> <p>FERNANDO BOTELHO, Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG;</p> <p>MARCELO LAU, Diretor-Executivo da Data Security;</p> <p>CARLOS AFFONSO PEREIRA SOUZA, Professor da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas – FGV;</p> <p>DEMI GETSCHKO, Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br;</p> <p>LUIZ FERNANDO MARREY MONCAU, Professor e Pesquisador da Fundação Getúlio Vargas – FGV;</p> <p>PATRÍCIA PECK PINHEIRO, Advogada;</p> <p>MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI, Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados.</p>

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
26 30/8/11	Debater a segurança dos membros da Magistratura e do Ministério Público. Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias.	Alberto Filho Reqs. n ^{os} 80/11 - CSPCCO e Domingos Dutra Req. Nº 123/11 - CDHM	Delegados de Polícia Federal MARCO AURÉLIO PEREIRA DE MOURA E CARLOS HENRIQUE MAIA BARBOSA, ambos representantes do Ministro da Justiça; JUIZ NICOLAU LUPIANHES NETO, representante da Ministra Eliana Calmon, Corregedora do Conselho Nacional de Justiça; JUIZ GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE; JUIZ LUIS MARTIUS HOLANDA BEZERRA JR., Diretor da Secretaria de Segurança dos Magistrados da Associação dos Magistrados do Brasil - AMB; PROMOTOR CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; PROCURADOR ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; ADVOGADO MARCOS VINÍCIUS FURTADO COELHO, Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

2.2. Outros eventos

2.2.1. Seminários

O Uso de Armas

Numa iniciativa do Deputado Mendonça Prado (DEM/SE), a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realizou, em 6 de junho, o seminário *O Uso de Armas*.

No início de abril de 2011, o País, ainda atônito pelo massacre ocorrido em 7 de abril, numa escola do Rio de Janeiro, viu mais uma vez o tema da segurança pública voltar às primeiras páginas das mídias impressas, aos discursos no Congresso Nacional, às declarações dos Ministros de Estado e às reportagens televisivas. Em todas as manchetes, pronunciamentos e entrevistas, um assunto recorrente: o uso de armas de fogo pela população civil.

Nesse cenário é que foi proposta a realização deste seminário, com o intuito de trazer a discussão para a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, como cumprimento de seu dever institucional e como forma de aprofundamento de temas que – em que pese a recente onda de opiniões perigosamente fundadas mais em sentimentos e vontades que em argumentos racionais – realmente precisam ser discutidos, tais como a segurança nas escolas e *bullying*; o comércio e o controle de armas e munições; a entrada ilegal de armas e munições em território brasileiro; e a campanha do desarmamento implementada pelo Governo Federal.

Aprofundar e ampliar a discussão destes temas com especialistas e com a sociedade civil foi o objetivo plenamente alcançado no evento.

Os Investimentos na Área da Segurança Pública nos Estados Brasileiros

Numa iniciativa dos Deputados José Augusto Maia (PTB/PE), Presidente da Subcomissão Permanente para Estudar Políticas, Orçamento e Financiamento da Segurança Pública, Lourival Mendes (PTdoB/MA), relator da Subcomissão, e Delegado Protógenes (PCdoB/SP), a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime

Organizado da Câmara dos Deputados realizou os seminários *Os Investimentos na Área da Segurança Pública nos Estados Brasileiros*, nas seguintes unidades da federação: Maranhão, Pernambuco, Piauí e São Paulo.

O Seminário contou com o apoio das Assembleias Legislativas de cada Estado que recebeu a Comissão. O objetivo da Subcomissão em propor a realização dos eventos foi o de estudar a situação atual dos investimentos que estão sendo feitos na área da segurança pública no Brasil para, ao fim de seus trabalhos, propor medidas efetivas destinadas à dotação de recursos financeiros suficientes para o bom funcionamento dos setores ligados à segurança pública.

Considerando que Educação, Saúde e Segurança Pública são atividades típicas do Estado, causa perplexidade que esta seja a única que não conta com a vinculação constitucional de recursos para a execução de suas políticas públicas.

Neste contexto é que foi proposta a realização dos eventos, com o intuito de levar para a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio da Subcomissão Permanente para Estudar Políticas e Orçamento da Segurança Pública, as questões debatidas sobre temas tais como os recursos atuais destinados à segurança pública nos Estados, além de correlacionar orçamento estadual com qualidade dos serviços de segurança pública, valorização do profissional de segurança pública e a criação de um Ministério específico para a Segurança Pública e a melhoria no setor.

Os seminários possibilitaram o avanço do debate sobre o orçamento para a segurança pública. Ainda está prevista a realização de seminários nos Estados do Acre, Goiás e Paraná, para que a Subcomissão, por fim, possa traçar um perfil do orçamento para a segurança pública no País.

Valorização do Servidor de Segurança Pública

Atendendo a requerimento do Deputado Mendonça Prado (DEM/SE), a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados realizou, em 29 e 30 de setembro de 2011, na cidade de Aracaju, Sergipe, o seminário *Valorização do Servidor de Segurança Pública*.

O evento foi mais uma iniciativa da Comissão em seu objetivo de discutir e apresentar soluções para os problemas da segurança pública do País, tanto no que diz respeito a aumentar as garantias dos cidadãos contra a violência quanto a diagnosticar e

apontar alternativas para os problemas estruturais que afligem os órgãos de segurança pública brasileiros.

É senso comum que a segurança pública é uma das maiores preocupações da população brasileira, embora nem sempre receba a atenção governamental que merece, especialmente quanto a seu quadro de servidores, em última análise a parte mais importante de qualquer instituição. Este descaso pode ser constatado quando se considera que Educação, Saúde e Segurança Pública são atividades típicas do Estado e que esta é a única que não conta com a vinculação constitucional de recursos para a execução de suas políticas públicas e de pessoal.

Para debater e modificar esta realidade, foi proposta a realização do evento, com o intuito de analisar a atual situação dos servidores de segurança pública, levantar seus problemas e, principalmente, apontar as soluções possíveis e necessárias.

Por dois dias consecutivos, autoridades, servidores e cidadãos se debruçaram sobre os problemas, buscando soluções para o complexo cenário da segurança pública do Brasil.

Políticas públicas *Antibullying*

Numa iniciativa dos Deputados Keiko Ota (PSB/SP) e William Dib (PSDB/SP), a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realizou, em 18 de outubro de 2011, o seminário *Políticas Públicas Antibullying*, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 7.457, de 2010, que “Dispõe sobre o desenvolvimento de política *antibullying* por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos” e seus apensados.

A agressividade escolar é um problema cuja ocorrência vem aumentando nos estabelecimentos de ensino de todo o mundo. Por esse motivo, o fenômeno desperta o interesse da sociedade e, mais especificamente, de estudiosos do assunto que buscam desvendar as causas da agressão e as consequências do *bullying* para a sociedade e, em modo especial, para o ambiente escolar.

Assim, face à importância e a necessidade de conhecer o problema para atuar preventivamente e coibir tais práticas, foi proposta a realização deste seminário para promover o compartilhamento de visões e experiências entre profissionais de diversas áreas.

Trazer tal discussão para a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, foi uma oportunidade de disseminar informações, avançar nos debates e buscar, junto à sociedade civil, subsídios para o relator elaborar o parecer ao Projeto de Lei nº 7.457/10 e seus apensados.

Defesa Nacional na Faixa de Fronteira

Atendendo a requerimento dos Deputados Alexandre Leite (DEM/SP) e Fernando Francischini (PSDB/PR), a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados realizou, em 9 de dezembro de 2011, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, o seminário *Defesa Nacional na Faixa de Fronteira*.

O seminário de Foz do Iguaçu visou a discutir um dos pontos principais para a eficácia da segurança pública brasileira: a segurança das fronteiras nacionais. A importância do tema pode ser medida pelo tamanho das fronteiras brasileiras: são dez países ao longo de 15.719 km, além de 7.367 km de fronteiras marítimas. A tarefa fundamental de vigiá-las é competência exclusiva do Estado que, desnecessário dizer, nem sempre a cumpre com a eficiência que a população brasileira deseja e exige.

Foram discutidos três aspectos principais sobre o tema, divididos em três painéis: a atual situação das fronteiras brasileiras; os projetos governamentais para tornar as fronteiras mais seguras; e a cooperação com outros países na vigilância das fronteiras comuns. Nesses painéis foram abordados: a situação das fronteiras nacionais, especialmente no que tange aos crimes cometidos na região, às ameaças à soberania nacional, bem como à situação das populações indígenas que vivem em regiões fronteiriças. Foram ainda detalhados os projetos que estão sendo implementados pelas Forças Armadas e pela Polícia Federal, apresentadas as ações previstas pelo governo para as fronteiras brasileiras e analisados os acordos de cooperação assinados ou em negociação com os países que têm fronteiras com o Brasil.

Este seminário foi, sem dúvida, uma oportunidade de avançar e aprofundar o debate sobre o tema, um dos mais intrincados no complexo cenário da segurança pública do País.

2.2.2. Diversos

Missão oficial ao Rio de Janeiro

No dia 7 de abril, o Presidente da Comissão designou uma comissão formada pelos Deputados Alessandro Molon (PT/RJ), Dr. Carlos Alberto (PMN/RJ) e Stepan Nercessian (PPS/RJ) para, representando a CSPCCO, acompanhar as ações empreendidas pelas autoridades de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro após o massacre ocorrido na Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro, por volta das 8h30 daquele mesmo dia. O relatório da viagem foi apresentado pelo Deputado Dr. Carlos Alberto na reunião deliberativa do dia 19 de abril.

Missão oficial ao Rio de Janeiro

A ocupação do quartel central dos Bombeiros, localizado na Rua Visconde do Rio Branco, pela tropa, na noite do dia 3 de junho, levou o Presidente da Comissão a indicar um grupo de parlamentares, que em missão oficial, se deslocou para a cidade do Rio de Janeiro para acompanhar e intermediar as negociações entre as autoridades estaduais e os bombeiros militares. Fizeram parte do grupo os Deputados Mendonça Prado (DEM/SE), Alessandro Molon (PT/RJ) e Delegado Protógenes (PCdoB/SP). Os parlamentares da CSPCCO, além de encontros com vários responsáveis pela segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, visitaram os 439 bombeiros militares detidos no quartel de Charitas, em Niteroi, em razão da ação reivindicatória, expressando-lhes total apoio e defendendo que lhes seja concedida anistia.

Visita dos Bombeiros Militares do Rio de Janeiro à CSPCCO.

Cerca de 400 bombeiros militares do Rio de Janeiro, no final de junho, estiveram em Brasília, buscando junto ao Poder Legislativo uma solução para o impasse entre o Governo Estadual e os Bombeiros Militares do Rio de Janeiro e pressionando os parlamentares a aprovarem a anistia para os 439 bombeiros pela invasão do quartel-general da corporação. No dia 29 de junho, a Comissão recebeu-os e o Presidente Mendonça Prado, com a anuência do Plenário, decidiu que a reunião daquela data seria destinada a discutir propostas e soluções para a questão dos bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro. Além dos parlamentares da CSPCCO,

participaram da reunião o Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, o Líder do PSOL, Deputado Chico Alencar, os Deputados Adrian, Alfredo Sirkis, Antony Garotinho, Dr. Aluizio, Ivan Valente, Jandira Feghali, Jefferson Campos, Liliam Sá, Mauro Nazif, Onyx Lorenzoni, Otavio Leite, Paulo Freire e Rodrigo Maia, todos empenhados na busca de uma solução democrática para a crise instalada naquele Estado.

Reuniões Administrativas com líderes do movimento pela aprovação da PEC 300/08.

Buscando a valorização dos servidores policiais do País, a CSPCCO realizou, nos dias 5 e 12 de julho e 9 de agosto, reuniões com os líderes do movimento pela aprovação da PEC 300/08. Nos encontros foram discutidas estratégias para que a PEC 300/08 fosse pautada para votação em segundo turno e foi proposta a criação de um fundo constitucional para viabilizar o piso nacional de salário para os policiais militares.

Comitiva da CSPCCO, no dia 1º de setembro, viajou para o Rio de Janeiro para acompanhar as investigações sobre o assassinato da Juíza Patrícia Acioli.

O Deputado Mendonça Prado (DEM/SE) e os Deputados Alessandro Molon (PT/RJ), Dr. Carlos Alberto (PMN/RJ), Hugo Leal (PSC/RJ), Alberto Filho (PMDB/MA) e Otávio Leite (PSDB/RJ) estiveram no Rio de Janeiro acompanhando as investigações sobre o assassinato da Juíza Patrícia Acioli, ocorrido no dia 11 de agosto. Além de encontros com autoridades da segurança pública e do poder judiciário, estiveram com familiares da vítima, prestando-lhes solidariedade, e com o advogado da família da juíza.

CSPCCO recebe delegação de parlamentares da República Popular da China.

No dia 22 de novembro, a CSPCCO recebeu a visita da comitiva capitaneada pelo Vice-Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China (ANPC) e Presidente da Associação pela Paz e Desarmamento do Povo Chinês (CPAPD), Deputado Han Qide. O objetivo da delegação foi reforçar o intercâmbio e a cooperação entre os dois Parlamentos e também conhecer

os métodos de trabalho e as propostas apresentadas no parlamento brasileiro em prol da segurança pública.

Subcomissão Especial de Controle de Armas e Munições recebe delegação de parlamentares da Venezuela.

No dia 29 de novembro, comitiva de parlamentares e de servidores da segurança pública da Venezuela, em mesa redonda, debateram o controle de armas e munições com o Presidente da Subcomissão, Deputado Alessandro Molon (PT/RJ) e com a relatora, Deputada Dalva Figueiredo (PT/AP).

2.3. Demonstrativo Numérico dos Eventos

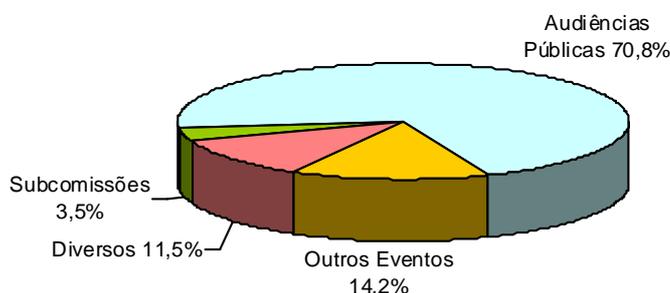
Instalação e Eleição		1
Reuniões Deliberativas	Ordinárias	32
	Extraordinárias	1
Audiências Públicas	Ordinárias	25
	Extraordinárias	2
Seminários		4
Reuniões de Subcomissões		14
Outros Eventos		3
TOTAL		82

3. APRECIÇÃO DE PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO

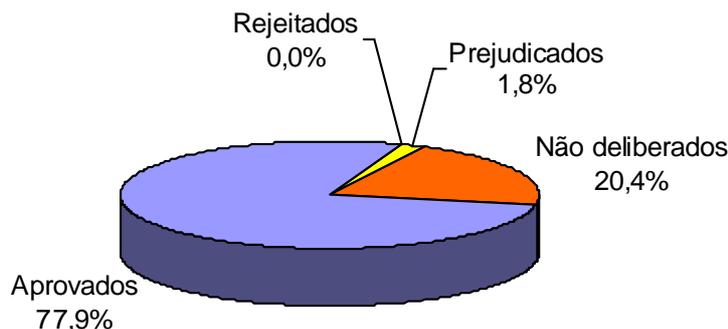
Para ilustrar as deliberações da Comissão de forma sintética - em termos numéricos - são apresentados, a seguir, os quantitativos referentes à apresentação e apreciação tanto de requerimentos como de projetos.

3.1. Demonstrativos Numéricos dos Requerimentos

REQUERIMENTOS - FINALIDADES				
Total de Requerimentos Apresentados	Subcomissões	Audiências Públicas	Outros Eventos	Diversos
113	4	80	16	13

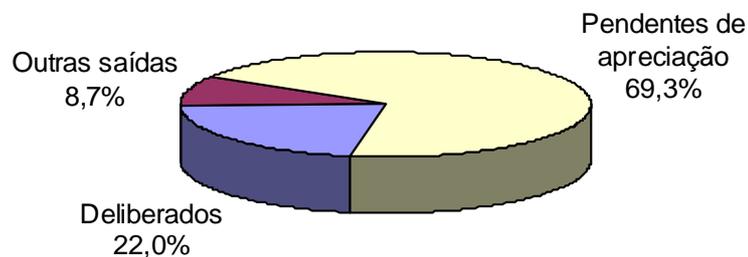


SITUAÇÃO DOS REQUERIMENTOS				
Total de Requerimentos Apresentados	Aprovados	Rejeitados	Prejudicados	Não deliberados
113	88	0	2	23



3.2. Demonstrativos Numéricos dos Projetos

PROJETOS		
Pendentes de 2010		127
Arquivados – Art. 105 RICD		33
Recebidos em 2011		124
Subtotal		218
Saídas	Deliberados	48
	Outras saídas	19
Subtotal		67
PENDENTES DE APRECIÇÃO		151



3.3. Emendas à LDO para 2012, ao Orçamento para 2012 e ao PPA para 2012-2015

Em 2011, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, usando da prerrogativa prevista na Resolução nº 1/06-CN, aprovou duas sugestões de emendas ao Projeto do Plano Plurianual para 2012 a 2015 – PL 29/11-CN; treze sugestões ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012 – PL nº 2/11-CN; e oito ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2011 – PL nº 28/11-CN, sendo uma de remanejamento e sete de apropriação.

Quanto às duas sugestões aprovadas na Comissão ao Projeto do Plano Plurianual para 2012 a 2015, elas foram rejeitadas na Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, conforme consta do Quadro nº 1.

Com relação às sugestões de emendas à LDO aprovadas na Comissão, quatro delas foram aprovadas parcialmente e nove foram rejeitadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Financeira – CMO, conforme disposto no Quadro nº 2.

Por fim, em relação às sugestões de emendas à LOA, a emenda de remanejamento foi aprovada integralmente na CMO e, das sete demais apresentadas na Comissão, duas foram aprovadas parcialmente. O resultado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Financeira está disposto no Quadro nº 3.

Apresentam-se, a seguir, os quadros com o resumo das sugestões de emendas aprovadas na CSPCCO aos referidos projetos e o resultado final de cada uma delas na CMO.

Quadro nº 1 - Sugestões de emendas ao PL nº 29/11-CN (Plano Plurianual para 2012 a 2015)				
N.º	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO na CMO
1	Perpétua Almeida	Programa	Altera indicador do programa 2020 (Cidadania e Justiça) para identificar sexo e cor/etnia no acesso ao serviço jurídico gratuito.	Rejeitada.
2	Perpétua Almeida	Programa	Inclui indicadores no programa 2016 (Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia).	Rejeitada.

Quadro nº 2 - Sugestões de emendas ao PL nº 2/11-CN (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012)				
N.º	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO na CMO
1	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer alteração da redação do art. 4º.	Aprovada parcialmente.
2	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de inciso no § 1º do art. 67, para excluir da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas ao PRONASCI.	Rejeitada.
3	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de inciso no § 1º do art. 67, para excluir da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas ao FUNPEN.	Rejeitada.
4	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de inciso no § 1º do art. 67, para excluir da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas ao combate às drogas.	Aprovada parcialmente.
5	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de inciso no § 1º do art. 67, para excluir da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas ao FNSP.	Rejeitada.
6	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de inciso no art. 68, para excluir da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas ao PRONASCI.	Rejeitada.
7	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de inciso no art. 68, para excluir da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas ao FUNPEN.	Rejeitada.
8	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de inciso no art. 68, para excluir da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas ao combate às drogas.	Aprovada parcialmente.
9	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de inciso no art. 68, para excluir da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas ao FNSP.	Rejeitada.
10	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de item no anexo IV, para excluir da limitação de empenho as despesas relativas ao PRONASCI.	Rejeitada.
11	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de item no anexo IV, para excluir da limitação de empenho as despesas relativas ao FUNPEN.	Rejeitada.
12	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de item no anexo IV, para excluir da limitação de empenho as despesas relativas ao combate às drogas.	Aprovada parcialmente.
13	José Augusto Maia, Delegado Protógenes, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Lourival Mendes e Mendonça Prado	Texto	Requer inclusão de item no anexo IV, para excluir da limitação de empenho as despesas relativas ao FNSP.	Rejeitada.

Quadro nº 3 - Sugestões de emendas ao PL nº 28/11-CN (Lei Orçamentária Anual para 2012)				
N.º	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO na CMO
2	Fernando Francischini	Acréscimo de Despesa	Requer acréscimo de despesa para aquisição de aeronave para o Departamento de Polícia Federal, no valor de R\$ 22.500.000,00 (Programa 2070; Ação 2726).	Aprovada parcialmente, no valor de R\$ 15.130.174,00.
4	Mendonça Prado	Acréscimo de Despesa	Requer acréscimo de despesa para construção de 27% do Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal - Academia de Polícia, no valor de R\$ 38.931.585,00 (Programa 2070; Ação 1D49).	Aprovada parcialmente, no valor de R\$ 15.130.174,00.
5	Mendonça Prado	Acréscimo de Despesa	Requer acréscimo de despesa para construção e ampliação de 5 postos e delegacias da Polícia Rodoviária Federal, no valor de R\$ 4.550.000,00 (Programa 2070, Ação 200G).	Aprovada integralmente.

Apenas para conhecimento, apresenta-se a seguir as sugestões de emenda à LOA declaradas prejudicadas na CSPCCO, em virtude da aprovação das emendas mencionadas acima.

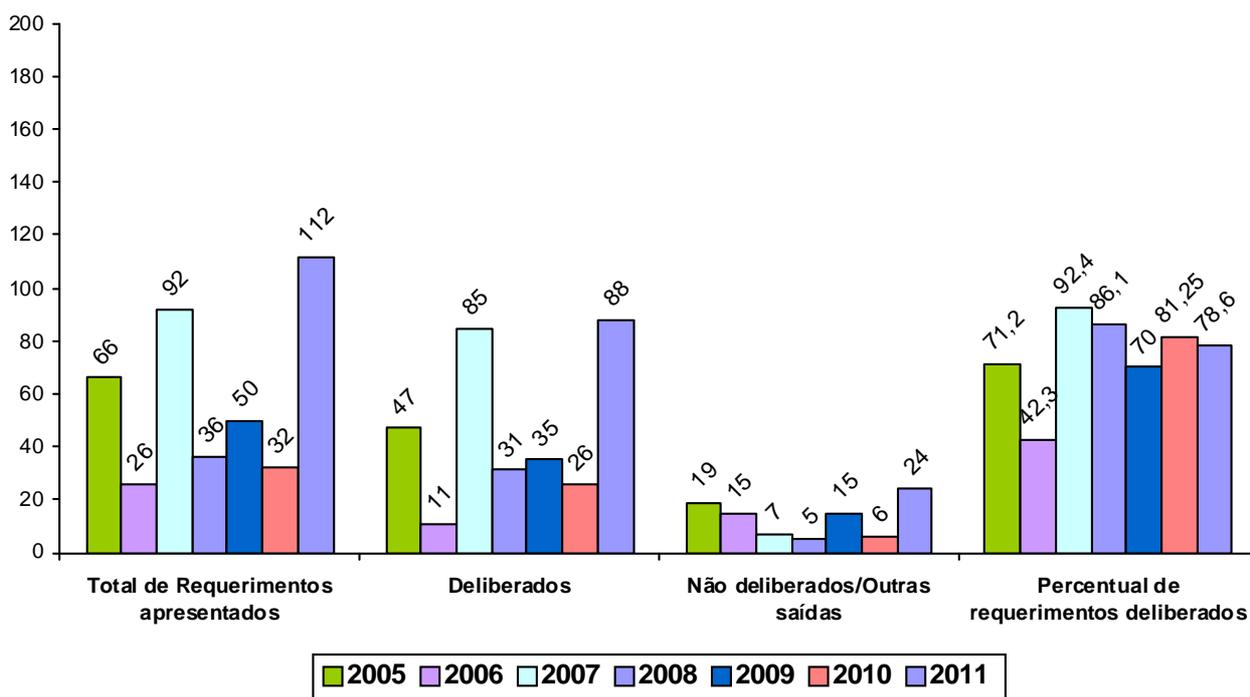
**Sugestões de emendas ao Projeto da LOA para 2012
declaradas prejudicadas na CSPCCO**

N.º	AUTOR	EMENTA
1	Mendonça Prado	Requer acréscimo de despesa para aquisição de aeronave para o Departamento de Polícia Federal, no valor de R\$ 22.500.000,00 (Programa 2070; Ação 2726).
3	Fernando Francischini	Requer acréscimo de despesa para apoio a 140 projetos do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, no valor de R\$ 145.600.000,00 (Programa 2060; Ação 8236).
6	Alberto Filho	Requer acréscimo de despesa para apoio a 140 projetos do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, no valor de R\$ 145.600.000,00 (Programa 2060; Ação 8236).
7	Domingos Dutra	Requer acréscimo de despesa para apoio à implementação de políticas sociais, no valor de R\$ 100.000.000,00, a fim de beneficiar mais 230.400 pessoas (Programa 2070; Ação 8853).
8	Domingos Dutra	Requer acréscimo de despesa para implementação de políticas de segurança cidadã, no valor de R\$ 178.830.000,00, a fim de beneficiar mais 80.000 pessoas (Programa 2070; Ação 8857).

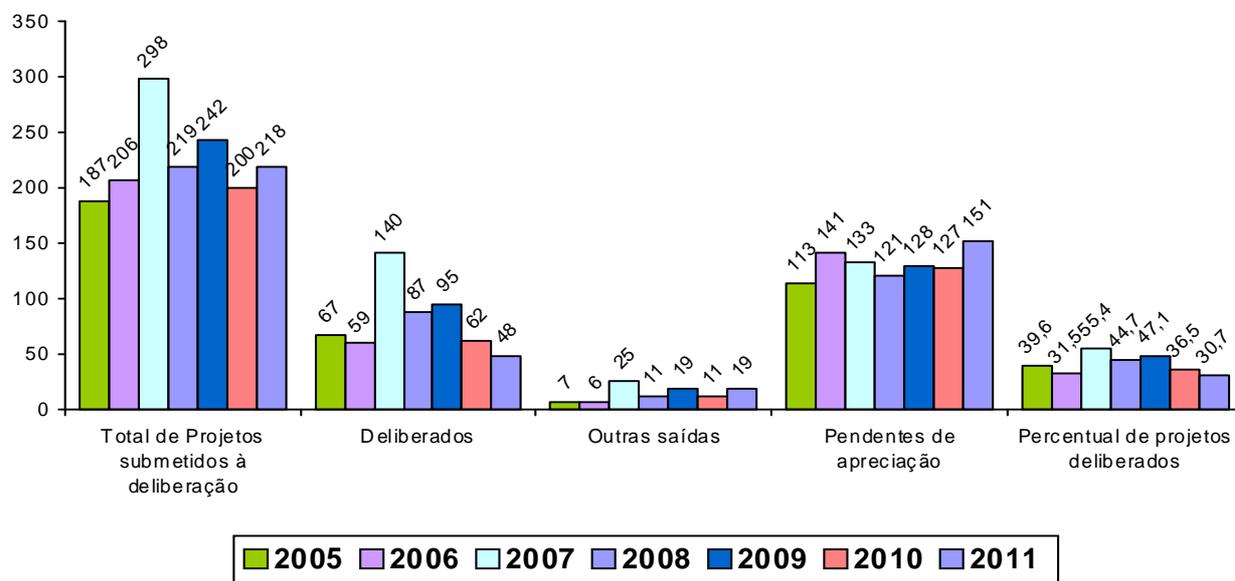
4. HISTÓRICO DA CSPCCO

Apresenta-se neste item, sob a forma de gráficos, histórico comparativo das proposições que aqui tramitaram e dos eventos realizados nesta e na última legislatura. Assim, pode-se visualizar e avaliar o volume de trabalho desenvolvido ao longo desses anos.

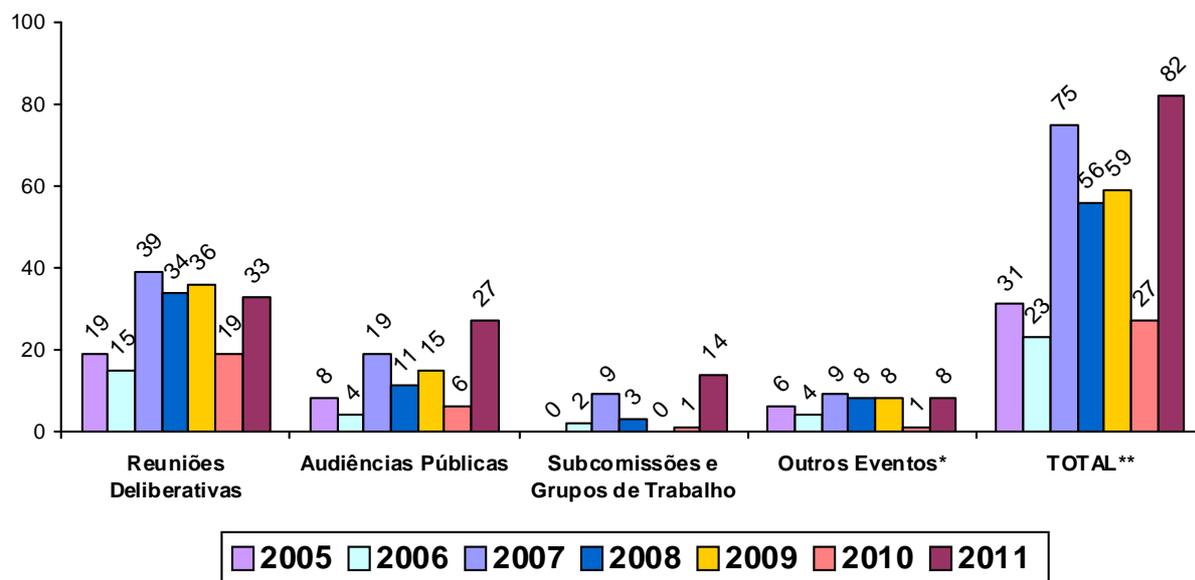
4.1. Requerimentos



4.2. Projetos



4.3. Eventos



* Somatório de reuniões de instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidentes, debates, seminários, reuniões externas (encontros) e visitas.

** Na totalização, as reuniões mistas foram consideradas somente uma vez.

5. A SOCIEDADE E A COMISSÃO

No ano de 2011, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado recebeu 187 correspondências, dentre *e-mails*, faxes e ofícios/cartas postadas, tanto de cidadãos quanto de associações, entidades de classe e do próprio Poder Público.

Para atender as demandas dos cidadãos ou das instituições e dar outras providências, a Comissão buscou informações junto aos órgãos competentes para apurar fatos narrados em denúncias; esclareceu dúvidas; forneceu publicações relativas ao seu campo temático; repassou aos relatores e aos demais membros os pedidos de deliberações, para que as decisões atendessem aos anseios da sociedade. Além disso, orientou sobre a tramitação de proposições, ainda que não tramitassem neste Colegiado, bem como sobre os instrumentos necessários para a solução dos problemas apontados, quando não diziam respeito ao campo temático deste Órgão Técnico.

Os assuntos foram diversos, mas em geral refletiram os de maior repercussão na mídia. Em 2011, as manifestações se concentraram em temas referentes à reforma da legislação penal e processual penal, aos órgãos institucionais de segurança pública e à valorização de seus agentes; matérias sobre segurança pública interna; e ações do crime organizado. As ações do Estado para conter o tráfico de drogas e as medidas educacionais para diminuir o número de dependentes químicos também foram temas muito questionados.

No quadro a seguir, pode-se visualizar os quantitativos das manifestações, que estão elencadas por grupos de temas abordados pela sociedade perante a Comissão.

Manifestações da sociedade recebidas na CSPCCO

TEMA	TOTAL
Reforma da Legislação Penal e Processual Penal	42
Matérias sobre segurança pública interna e ação do crime organizado	36
Órgãos institucionais de Segurança Pública	29
Estatuto do desarmamento, recadastramento, porte de armas e tráfico ilegal de armas e drogas	25
Instituição da pena de morte	15
Estatuto da Criança e do Adolescente, redução da maioridade penal e aumento de pena para crimes que envolvem a participação de criança	12
Uso de Drogas	11
Sistema penitenciário, segurança e telefonia móvel nos presídios	6
Solicitação de informações e material de apoio	4
Outros assuntos	24
Total de manifestações recebidas	204

6. A COMISSÃO É NOTÍCIA

Para ilustrar o trabalho realizado pela Comissão, tanto em relação às proposições como aos eventos e outras ações do Colegiado em defesa da segurança pública, apresentam-se neste item algumas das notícias veiculadas na imprensa.

Pretende-se assim divulgar, de forma isenta, as posições dos membros e autoridades ouvidos pela Comissão e as principais questões debatidas ao longo de 2011.

(Agência Câmara – 2/3/11)

Matéria relativa à Eleição do Deputado Mendonça Prado como Presidente da Comissão

Segurança deverá priorizar modernização de leis do setor



A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara elegeu nesta quarta-feira o Deputado Mendonça Prado (DEM-SE) para a presidência do colegiado. O parlamentar disse que ainda pretende reunir-se com os integrantes da comissão para definir uma pauta consensual, mas já adiantou que alguns temas deverão ser prioritários durante seu mandato: valorização dos profissionais da área de segurança; aprimoramento

das regras sobre cumprimento de penas; modernização da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84); e melhorias no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e no Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41).

Mendonça Prado disse também que é favorável ao viés regional dos debates sobre segurança pública na

comissão. “Alguns colegas do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, já apresentaram preocupações específicas em relação àquele estado. Esta comissão deve dar condições para que todos os temas sejam discutidos de forma a encontrarmos soluções eficazes para a segurança pública no País”, disse.

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado elegeu também Fernando Francischini (PSDB-PR) para 1º Vice-Presidente; Enio Bacci (PDT-RS) para 2º Vice-Presidente; e José Augusto Maia (PTB-PE) para 3º Vice-Presidente.

Perfil

Ex-secretário de Administração do governo de Sergipe, o advogado Mendonça Prado está no terceiro mandato consecutivo como deputado federal. Foi 3º Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em 2006 e 1º Vice-Presidente da Comissão de Legislação Participativa. Participou ainda das comissões especiais que analisaram a proposta de piso salarial dos policiais e bombeiros militares (PEC 300/08) e a criação da Polícia Penal (PEC 308/04). Também integrou as Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação; e de Direitos Humanos e Minorias.

(Assessoria de Imprensa da Comissão – 7/4/11)

Matéria relativa à visita da Comissão ao Rio de Janeiro

Mendonça Prado designa parlamentares para acompanhar a tragédia na escola da Zona Oeste do Rio

Nesta quinta-feira (07), o Deputado Mendonça Prado (DEM), Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, designou os Deputados Alessandro Molon (PT), Dr Carlos Alberto (PMN) e Stepan Nercessian (PPS) para acompanhar o caso do atirador que matou vários alunos e logo após se suicidou na escola situada na Zona Oeste do Rio.

Wellington Menezes de Oliveira, de 24 anos, entrou na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, abriu fogo contra os alunos em salas de aula, foi atingido por um policial e se suicidou. Até o momento, 11 crianças morreram e 18 ficaram feridas.

Hoje a tarde está prevista uma visita aos feridos e às vítimas dessa tragédia no Hospital e na escola. Posteriormente, os parlamentares entrarão em contato com as autoridades policiais, a fim de obter informações precisas sobre o ocorrido, além de dados relacionados a outros acontecimentos dessa natureza.

“Esta é uma tragédia sem precedentes. Estaremos acompanhando de perto as ações que estão sendo empreendidas pelas autoridades do Estado na apuração deste fato lamentável. A intenção é formular um projeto que

possibilite inibir de forma eficaz a criminalidade nas escolas. Estou convicto que a colaboração mútua contribuirá em muito para obtermos a almejada segurança para todos os cidadãos brasileiros”, afirmou o Presidente da Comissão.

Segundo Mendonça Prado, é fundamental diferenciar a competência das autoridades. No caso dos legisladores, a atribuição principal é dotar o ordenamento jurídico de regras que sejam capazes de propiciar ao Estado brasileiro os meios para implementação de políticas públicas eficientes.

“A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado não pretende sugerir nada de forma açodada. Portanto, iniciará um processo de discussão com a realização de seminários, que terá a presença de especialistas para, somente em seguida, submeter um projeto à apreciação do Plenário que atenda as exigências da sociedade”, disse.

Nos próximos dias, Mendonça Prado e os deputados do Rio de Janeiro ainda irão se reunir com o José Mariano Benincá Beltrame, Secretário de Segurança Pública, com a Delegada Martha Rocha, Chefe da Polícia Civil e com o Coronel Mário Sérgio Duarte, Comandante-Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro.



(Assessoria de Imprensa da Comissão – 18/4/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

Comissão de Segurança aprova PL que isenta impostos sob a compra de combustíveis para forças policiais

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados opinou pela aprovação, na última quarta-feira (11), do Projeto de Lei n.º 7.112/2010, que reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre operações com combustíveis destinados às forças policiais dos Estados e Municípios.

De autoria do deputado Gilmar Machado (PT/MG), a proposta classifica como combustíveis, as gasolinas e suas correntes, inclusive gasolina de aviação, querosene de aviação, óleo diesel e suas correntes e álcool para fins carburantes.

Justifica o autor que para lidar com a segurança pública, é fundamental que as forças policiais estejam aptas e emparelhadas para desempenhar suas funções constitucionais. Todavia, há um custo alto para a manutenção das tropas, tendo em vista os gastos com a aquisição de novos aparelhos e equipamentos para as diversas polícias



brasileiras, em especial com viaturas e outros tipos de veículos.

“Muitas vezes esses veículos não podem ser utilizados pelos policiais, porque há falta de combustível. Dadas as constantes restrições orçamentárias dos entes da Federação brasileira, os órgãos de segurança pública, em diversas ocasiões, são forçados a priorizar outras ações em detrimento da utilização de veículos motorizados no patrulhamento preventivo e repressivo, o que é importante para a redução de crimes”, explica.

Com a proposta, Gilmar Machado almeja uma redução dos preços cobrados, fazendo com que os recursos orçamentários reservados aos Estados e Municípios sejam suficientes para garantir um policiamento mais eficiente nas cidades brasileiras.

Em 2010, a proposta tramitou na CSPCCO, todavia foi arquivada em razão do término da Legislatura. Em 2011, o autor do projeto solicitou o desarquivamento, o qual foi deferido pelo presidente da Câmara. O novo relator designado, deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE), deu parecer favorável ao PL. “Devemos lutar pela melhoria dos meios para a realização do trabalho de segurança pública, oferecendo aos seus profissionais condições de trabalho cada vez melhores e mais adequadas”. Agora, a proposta segue para análise da Comissão de Finanças e Tributação.

(Agência Câmara de Notícias – 28/4/11)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 28/4/11

Comissão inicia hoje ciclo de debates sobre controle de armas

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado inicia hoje uma série de audiências públicas para discutir o controle de armas e munições no Brasil, em resposta ao massacre ocorrido em uma escola municipal de Realengo, no Rio de Janeiro. A reunião está marcada para as 10 horas no plenário 6.

Segundo o presidente da comissão, Deputado Mendonça Prado (DEM-SE), o objetivo do ciclo de debates é fazer um diagnóstico sobre o controle de armas e avaliar quais ações podem ser realizadas pelo Congresso.

Convidados

Participarão do debate de hoje:

- o chefe do Sistema Nacional de Armas (Sinarm), Douglas Morgan Fullin Saldanha;
- o pesquisador do Sistema de Indicadores de Percepção Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Almir de Oliveira Júnior;
- o diretor-institucional da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições, Salésio Nuhs;
- o presidente do Movimento Viva Brasil, Bené Barbosa;
- o coordenador do programa de controle de Armas do Viva Rio, Antônio Rangel Bandeira;
- a diretora do Instituto Sou da Paz, Melina Risso; e
- um representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Falta de controle

A percepção dos deputados ligados à segurança pública é a de que o episódio de Realengo evidenciou a falta de fiscalização, não de legislação. Eles descartaram mudanças substanciais no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), como a proposta de realização de um novo plebiscito em discussão no Senado.

“O plebiscito seria um absurdo, uma despesa a mais para o povo brasileiro. [A consulta] Não criará uma autoridade capaz de tomar dos criminosos as armas em circulação no País”, opinou Mendonça Prado.

Para o presidente da subcomissão especial sobre o controle de armas e munições, Deputado Alessandro Molon (PT-RJ), discutir uma nova consulta popular sobre armas é um equívoco. “A principal carência nesse campo é a fiscalização do cumprimento da lei que já está em vigor”, avaliou. “A primeira tarefa da subcomissão é cobrar que o Estatuto do Desarmamento seja colocado em prática”, emendou.

Mudanças pontuais

Mendonça Prado informou que, nos próximos 60 dias, a Comissão de Segurança Pública vai ouvir especialistas e apresentar propostas para melhorar a fiscalização das armas. “Já estamos estudando algumas ideias, como a identificação das munições vendidas, o que não existe hoje”, disse.

Relator da CPI da Violência Urbana e da CPI do Tráfico de Armas, o Deputado Paulo Pimenta (PT-RS) defende que as eventuais mudanças no Estatuto sejam articuladas com outras ações. “Temos de pensar em medidas que se complementem, que envolvam controle de fronteiras, unificação do sistema de registro, política diferenciada de identificação de armas na indústria. Qualquer mudança no desarmamento virá no bojo dessas medidas”, avaliou.

Os parlamentares defenderam o aumento do controle das armas em posse do Poder Público. “Quando o governo aperta as fronteiras, os criminosos se voltam para o território nacional e alguns fóruns tornam-se presas fáceis para esses bandidos”, disse Paulo Pimenta. Já Mendonça Prado considera necessária a criação de “salas de armas” nas delegacias, onde todos os armamentos apreendidos sejam controlados com maior rigor.

Ampliação

Uma das medidas anunciadas pelo Presidente da Comissão de Segurança depois do massacre de Realengo é a suspensão da tramitação de projetos que concedam porte de armas a integrantes de categorias não contempladas na legislação atual. A iniciativa, segundo Mendonça Prado, tem caráter preventivo, ou seja, essas propostas poderão ser aprovadas no futuro.

“Nós vamos avaliar as categorias que fazem uso de armas para ver se há necessidade de ampliar o porte para guardas municipais de cidades com menos de 50 mil habitantes ou agentes penitenciários, por exemplo. Mas o porte não pode ser concedido antes da criação de mecanismos que impeçam que armas saiam do controle do Estado”, destacou.

Tramitam na Câmara cerca de 15 projetos que concedem porte de arma a autoridades. A maioria deles dá esse direito aos guardas municipais de cidades com menos de 50 mil habitantes (PL 2857/04 e outros), mas há iniciativas para conceder o porte a integrantes de entidades científicas ou de pesquisa (PL 5168/09), conselheiros tutelares (PL 1.053/11) e procuradores da República (PL 7.896/10), entre outros.



(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 30/4/11)

Matéria relativa à criação de subcomissões na CSPCCO

Subcomissões permanentes e especiais foram criadas na CSPCCO

Na reunião desta quarta-feira (27), o 1º Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, Deputado Fernando Francischini (PSDB/PR), convocou a instalação das Subcomissões e a eleição de seus respectivos presidentes. Serão três Subcomissões Permanentes e três Subcomissões Especiais, compostas cada uma por seis membros titulares e igual número de suplentes.

Uma das Subcomissões Permanentes irá investigar denúncias e acompanhamento de operações policiais sobre crime organizado, tráfico de drogas e armas, contrabando, crimes em fronteiras, pirataria, corrupção, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana e situações conexas pertinentes à segurança pública. Outra será para estudar

políticas, orçamento e financiamento da segurança pública. E a última irá tratar do sistema de segurança pública, seus órgãos institucionais, carreiras e programas de valorização dos policiais.

Já entre as Subcomissões Especiais, uma delas irá tratar de crimes anistiados, legislação penal, processual penal, do ponto de vista da segurança pública. Outra pretende promover o conhecimento e difusão de programas exitosos referentes à segurança pública, combate ao crime organizado e sistema penitenciário, implantados no país e no exterior. E a última tratar do controle de armas e munições.

As Subcomissões não têm poder decisório. Ao final dos trabalhos, deverão apresentar um relatório para apreciação do plenário da CSPCCO.

(Agência Câmara de Notícias – 5/5/11)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 5/5/11

Pesquisa aponta que jovens negros são maiores vítimas da violência no Brasil

Índice de assassinatos de negros cresceu nos últimos anos, enquanto entre os brancos houve queda. Em audiência na Câmara, deputados e representantes do governo pediram maior atenção à juventude e dados oficiais mais precisos para nortear políticas de segurança pública.

Apresentada nesta quinta-feira em audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a pesquisa Mapa da Violência 2011, elaborada pelo Instituto Sangari, aponta que os crimes no Brasil são praticados principalmente contra jovens negros.

Segundo o diretor de Pesquisa do Sangari, sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz, 73,6% das mortes entre jovens são provocadas pelas chamadas causas externas (homicídios, acidentes ou suicídio), com destaque para os homicídios (39,7% do total de mortes). “A história da violência no Brasil é a história de extermínio da sua juventude.” As mortes por essas razões nas demais faixas etárias não passam de 9,9%.

A juventude é definida no mapa como o período entre 15 e 24 anos de idade, conforme a Organização das Nações Unidas (ONU). Para o governo brasileiro, são consideradas jovens as pessoas de 15 a 29 anos.

De acordo com dados do mapa, a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes em 2008 foi de 26,4 para a população em geral e 50 para jovens. “Mais de 10 homicídios para cada 100 mil habitantes significa epidemia de violência. Todos os estados do Brasil estão em situação epidêmica”, afirmou Júlio Jacobo. Segundo o sociólogo, nos últimos anos houve uma disseminação da violência para fora dos grandes centros urbanos e uma interiorização do problema.

Em 2002, 30 em cada 100 mil negros foram assassinados, e o número foi para 33,6 em 2008. Entre a população branca, os homicídios caíram de 20,6 por 100 mil para 15,9. Entre os jovens brancos, a taxa teve queda de 30% (de 39,3 para 30,2 por 100 mil) de 2002 a 2008, e entre os jovens negros houve aumento de 13% (de 62,4 para 70,6) no mesmo período.

Negligência

Para o secretário-executivo da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Mário Theodoro, a violência contra o jovem negro é parte de um quadro maior de

negligência em relação a essa parcela da população. “A maioria dos analfabetos, de jovens fora da escola, de desassistidos na saúde, é formada por negros. Quando vemos o aumento da violência, vemos a população negra morrendo cada vez mais no País”, afirmou.

Na opinião do Deputado Alessandro Molon (PT-RJ), um dos autores do requerimento da audiência, a população jovem ficou esquecida pelo Poder Público. “Temos de discutir uma política nacional para a juventude que não passe só por segurança pública.”

Radiografia do crime

A secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Maria Miki, disse que o governo federal não conta com uma radiografia atual da situação do crime no País. Ela considerou lastimáveis as dificuldades enfrentadas na elaboração do Mapa da Violência 2011, como a falta de informações dos dois últimos anos e a inexistência de um sistema de dados nacional sobre segurança pública.

Como não existe um banco de dados central com essas informações, o relatório teve que se basear nas certidões de óbito do Ministério da Saúde. “Estamos tentando implementar esse sistema nacional, pois só assim teremos um diagnóstico preciso para orientar as políticas públicas”, disse.

O futuro sistema de informações sobre segurança pública do governo deve reunir em tempo real dados sobre a violência em todos os estados. Atualmente, segundo a secretária, os estados não conseguem repassar para o governo federal todas as informações de boletins de ocorrência. “Precisamos de dados atualizados para a política funcionar”, explicou.

Júlio Jacobo também defendeu mais disponibilidade de dados. “Não temos o foco de segurança se não tivermos um bom sistema de informações.” Segundo ele, a transparência nos dados de segurança pública em alguns estados tem ajudado a responsabilização e consequente queda nos dados de violência.

Segundo o Deputado Fernando Francischini (PSDB-PR), que também solicitou o debate, o governo precisa ter um instrumento de medição para balizar e analisar os objetivos do setor de segurança pública a fim de melhor destinar recursos para combater a violência.



(Agência Câmara de Notícias – 10/5/11)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 10/5/11

Secretário diz que combate a grupos de extermínio é prioridade

O secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Ramais de Castro, afirmou que é prioridade da Secretaria dos Direitos Humanos acabar com os grupos de extermínio no Brasil. Ele participou, nesta terça-feira, de audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado que debateu a ação desses grupos - em particular o que foi desarticulado recentemente em Goiás. Investigações preliminares do governo estadual apontam dezenas de desaparecimentos após abordagens de policiais militares.

Castro informou ter denúncias sobre a existência de grupos de extermínio em diversos estados brasileiros, em geral formados por policiais que resolvem fazer justiça com as próprias mãos. "O caso de Goiás não é isolado", disse. Segundo ele, o problema ainda ocorre na Paraíba, no Rio de Janeiro e em outros estados.

O secretário destacou a iniciativa, do governo, de criar auditorias autônomas nos estados para receber denúncias

dos familiares das vítimas. E disse ser preciso um amplo debate sobre como acabar com esses grupos. "Todas as ações de direitos humanos são incipientes, porque a sociedade apoia os grupos de extermínio", afirmou.



Segundo ele, as denúncias sobre grupos de extermínio em Goiás vieram de pessoas incluídas no Programa de Proteção à Vítima e à Testemunha. "Se não fosse por elas, não teríamos a oportunidade de fazer justiça", disse.

Amplo conhecimento

Autor do pedido de realização do debate, o Deputado Delegado Waldir (PSDB-GO) disse que em qualquer local da periferia de Goiânia todos conhecem a existência dos grupos de extermínio. "A sociedade sabe quem está matando e a imprensa tem divulgado o problema", ressaltou. "Temos mais gente desaparecida em Goiás do que em toda a ditadura", acrescentou, cobrando medidas mais enérgicas contra os criminosos.

(Agência Câmara de Notícias – 12/5/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

Comissão aprova auxílio para custear combustível de policiais

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou nesta quarta-feira (11) a concessão de auxílio financeiro para custear parte dos gastos de estados e municípios com combustível destinado aos órgãos de segurança pública (polícias e guardas municipais).

A concessão está prevista no parecer que o Deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) apresentou ao Projeto de Lei 7.112/10, de autoria do Deputado Gilmar Machado (PT-MG). O teor da proposta original foi integralmente alterado pelo relator, com base em uma emenda oferecida pelo Deputado Fernando Marroni (PT-RS).

A proposta original prevê a desoneração da contribuição ao PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre operações com combustíveis destinados às forças policiais. O relator decidiu trocar a isenção pelo auxílio (que tecnicamente recebe o nome de "subvenção econômica") para facilitar a sua operacionalização.

Segundo ele, a cobrança das contribuições é feita atualmente de forma concentrada na fase de produção dos

combustíveis. Assim, só seria possível conceder a isenção se os estados e os municípios comprassem gasolina, álcool e diesel diretamente dos produtores, possibilidade que é proibida pela legislação.

Além disso, segundo Gonzaga Patriota, a subvenção econômica permite ao governo atender às necessidades específicas de estados ou municípios. Como a subvenção é feita pelo repasse de recursos, o governo poderá privilegiar, por exemplo, locais onde a violência é maior ou que demandam mais combustíveis.

O relator fez, porém, uma ressalva: a sua análise restringiu-se ao impacto sobre a segurança pública. Caberá à Comissão de Finanças e Tributação verificar o impacto financeiro da medida para os cofres públicos.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Agência Câmara de Notícias – 12/5/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

Comissão aprova suspensão automática de condicional em caso de crime doloso

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira (11) o Projeto de Lei 343/11, do Deputado Hugo Leal (PSC-RJ), que suspende automaticamente a liberdade condicional do condenado que for preso em flagrante pela prática de crime doloso.

O chamado livramento condicional consiste na concessão, pelo juiz, de liberdade antecipada ao condenado que atender a requisitos legais, ficando o indivíduo sujeito a determinadas condições durante o resto da pena que deveria cumprir como preso. Se, nesse período, não houver razão para a revogação do benefício, extingue-se a punibilidade.

Conforme a lei atual, o liberado que praticar outra infração durante o livramento poderá ter a prisão ordenada pelo juiz, ouvidos o Conselho Penitenciário e o Ministério Público, ficando suspenso o curso do livramento condicional. A revogação do benefício, no entanto, dependerá da decisão final do novo processo.

Caso a proposta vire lei, a suspensão prevista na legislação será automática se o liberado for preso em flagrante por crime doloso. O projeto acrescenta a medida a

Lei de Execução Penal (7.210/84) e ao Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41).

Desestímulo

O relator, Deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP), recomendou a aprovação do projeto. Ele afirmou que a proposta desestimulará os beneficiários do livramento condicional de cometerem novos atos ilícitos.

Protógenes concorda com os argumentos do autor de que existe hoje uma lacuna legal que gera sentimento de impunidade nos casos de crime doloso quando o juiz não toma providência para revogar a liberdade condicional. “A proposta contribui para a proteção da sociedade, servindo ainda como medida equitativa da distribuição da Justiça”, afirmou o parlamentar.

Tramitação

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e pelo Plenário.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 16/5/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão de Segurança delibera sobre livramento condicional

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados opinou pela aprovação, na última quarta-feira (11), do Projeto de Lei n.º 343/2011, que acrescenta dispositivos à Lei de Execução Penal e ao Código de Processo Penal, relativos ao livramento condicional.

De autoria do deputado Hugo Leal (PSC/RJ), a proposta pretende suspender, automaticamente, o curso do livramento condicional do preso que em liberdade cometer flagrante delito pela prática de crime doloso.

O livramento condicional consiste na antecipação da liberdade ao condenado que cumpre pena privativa de liberdade, desde que cumpridas determinadas condições durante certo tempo, denominado período de prova. É a última etapa do cumprimento da pena privativa de liberdade no sistema progressivo, representando uma transição entre o cárcere e a vida livre.

Explica o autor que muitas vezes o condenado, durante o período de prova, comete outro delito. Nesse caso, cabe ao Juízo das Execuções a suspensão cautelar do benefício ainda durante o seu curso, para, posteriormente, na hipótese de condenação irreversível à pena privativa de liberdade, revogá-lo obrigatoriamente, nos termos do Código Penal (art. 86), do Código de Processo Penal (art. 732) e da Lei de Execuções Penais (art. 145).

De acordo com Hugo Leal, as Cortes Superiores entendem que se torna extinta a pretensão punitiva estatal caso o Juízo das Execuções não tenha determinado a suspensão do benefício durante a vigência do período de prova.

“Não havendo a suspensão ou revogação do benefício antes do término do período de prova, a pena será declarada extinta, segundo dispõe o art. 90 do Código Penal, ainda que o condenado tenha cometido novo delito. A doutrina e a jurisprudência buscaram uma solução que beneficia o condenado independentemente de seu mau comportamento. O projeto é de extrema importância e necessário, pois corrige uma situação de impunidade criada no sistema jurídico brasileiro”, explica.

O relator do projeto na CSPCCO, o deputado Delegado Protógenes (PCdoB/SP), deu parecer favorável ao PL. “Parabenizo o ilustre autor pela nobre iniciativa, que, se aprovada, contribuirá para maior proteção da sociedade, mediante segregação de delinquentes contumazes, servindo, ainda, como medida equitativa da distribuição da Justiça, um dos alicerces do Estado”.

Após o exame da CSPCCO, o projeto será submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para posteriormente ser analisado pelo Plenário da Câmara Federal.

(Agência Câmara de Notícias – 19/5/11)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 19/5/11

José Eduardo Cardozo nega que existam terroristas no Brasil

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, negou há pouco que existam movimentos terroristas no Brasil. O questionamento foi feito pelo Deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP) ao citar matérias das revistas Veja e Carta Capital sobre o assunto. “Não há células terroristas, mas isso não significa que deixemos de acompanhar eventuais movimentações suspeitas pelo País, afirmou.

Segundo Cardozo, o governo estará atento a essas questões especialmente na preparação para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016, que serão realizados no Rio de Janeiro.

Cardozo veio à Câmara participar de audiência pública na Comissão de Segurança Pública sobre os programas do seu ministério. A audiência foi encerrada há pouco.

(Agência Câmara de Notícias – 19/5/11)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 19/5/11

Sistema de informações sobre segurança é um desastre, diz Ministro da Justiça

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que o sistema de informações sobre segurança pública do Brasil é “um desastre”. Segundo ele, o Ministério da Justiça trabalha para criar um sistema nacional de informações sobre segurança pública com a integração de dados de todos os estados. “Vamos propor que o envio das informações seja obrigatório, sob pena de o estado deixar de receber verbas do governo federal”, disse.

Cardozo ressaltou que não há combate à criminalidade sem informação. “É preciso saber como e onde os crimes ocorrem para poder estabelecer políticas”, afirmou o ministro. De acordo com o Ministro, a integração do sistema de informação sobre segurança pública ajudará a gerenciar melhor a alocação de recursos na área. “Voluntarismo e boa vontade são importantes, mas resolvem pouco. Sem planejamento e gestão vamos desperdiçar dinheiro.”

O Ministro da Justiça participou nesta quarta-feira de audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado sobre os projetos do governo federal na área de segurança pública. A audiência foi proposta pelos Deputados Alessandro Molon (PT-RJ), João Campos (PSDB-GO) e Duarte Nogueira (PSDB-SP).

Na opinião do Deputado João Campos, as informações sobre segurança não devem ser propriedade de nenhum ente federativo, mas precisam ser compartilhadas. “O que podemos fazer é aprovar um projeto de lei para estabelecer critérios e condicionar o repasse de dados a essa integração.”

O Deputado Alessandro Molon (PT-RJ), afirmou que o acesso a informações confiáveis dará condições para uma

política nacional de segurança pública fundamentada e estruturada.

Sistema prisional

O Ministro qualificou o sistema prisional brasileiro como “medieval”. “Temos 60 mil presos em delegacias de polícia e isso é inaceitável.” Outros problemas admitidos pelo Ministro são as celas superlotadas e o desvio de função dos policiais que cuidam de carceragens. “Se conseguirmos fazer um plano nesses quatro anos para zerar isso, será um marco histórico”, disse Cardozo.

Além da integração de informações e de melhorias no sistema prisional, o Ministro considera necessário investir no combate à corrupção policial, aumentar a integração com órgãos policiais internacionais e órgãos federais e estaduais, além de trabalhar as ações de segurança dentro do contexto de políticas sociais.

Recursos

João Campos afirmou que o planejamento para uso de recursos em segurança pública não pode dificultar o repasse aos estados. Segundo ele, o Ministro indicou uma falta de planejamento do governo nos últimos anos. “Ele disse que estamos começando do zero, temos que planejar tudo, elaborar programas para poder agir. Isso me preocupa muito.”

Molon rebateu a crítica de Campos. De acordo com o parlamentar, mesmo o governo federal sendo de continuidade, cada ministro tem sua própria gestão. “A distribuição de recursos é importante, mas me preocupo quando os estados querem dinheiro sem planejamento, sem concertação de objetivos comuns”, disse Molon.



(Agência Câmara de Notícias – 27/5/11)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 26/5/11

Especialistas sugerem fim do regime aberto no sistema penal



Especialistas em direito penal defenderam nesta quinta-feira, em audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a abolição do regime aberto no Brasil. A Juíza Auxiliar da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro Ana Paula Abreu Filgueiras foi a primeira a sugerir a medida na reunião, como forma de evitar problemas de evasão de presos.

Como alternativa ao regime aberto, Filgueiras indicou a prisão domiciliar, em que os detentos seriam monitorados por meio de pulseiras e tornozeleiras eletrônicas. “Esses equipamentos delimitam o perímetro em que o preso se encontra. Assim, o juiz poderá verificar sua localização, coisa que no regime aberto não é possível”, explicou.

Para o professor da Faculdade de Direito de Curitiba Maurício Kuehne, o regime aberto representa hoje um dispêndio desnecessário de recursos com casas de albergados, para onde os presos nesse regime devem se dirigir à noite. Em substituição ao sistema, ele sugeriu a aplicação de penas alternativas. “Os crimes punidos com

regime aberto, em geral, são de pequeno e médio potencial ofensivo. A prisão deve ser a última medida”, afirmou.

Já o Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) Carlos Augusto Borges alertou para a insuficiência de casas de albergados. “Os presos acabam tendo de cumprir pena domiciliar ou se revezar em casas de albergados, locais que juntam quem cumpre penas progressivas e também quem cumpre penas menores. O regime aberto não disse para que veio.”

O Deputado Hugo Leal (PSC-RJ), que propôs o debate em conjunto com o Deputado Fernando Francischini (PSDB-PR), disse que vai acatar a sugestão dos especialistas e apresentá-la à Câmara. “O regime aberto está totalmente falido. Não adianta perder tempo com ele”, declarou.

Rapidez

Na audiência, diversas outras medidas também foram apresentadas pelos participantes. O jurista Luiz Flávio Gomes, por exemplo, afirmou que, mais do que alterar a legislação penal, seria necessário modificar o paradigma da Justiça brasileira. Em vez dos longos processos penais, ele recomendou a resolução de problemas por vias rápidas de julgamento e a aplicação de penas alternativas consensuais para combater com mais eficiência a criminalidade.

Gomes criticou o fato de a Justiça se basear em processos que levam à morosidade. “Temos de acabar com a tradição dos autos, do papel, é tudo muito ritualístico. Se você parte para um processo, você parte para a luta. Ensinamos os estudantes de Direito a litigar, não a consensuar”, sustentou.

Segundo o jurista, casos de corrupção poderiam ser punidos com penas alternativas, como o bloqueio dos bens do réu, e não com a cadeia. “Por que insistir em uma pena que é inútil para esse grupo? Melhor partir para outras vias mais rápidas”, defendeu. Ele afirmou, no entanto, que crimes violentos devem ser punidos sempre com cadeia.

(Agência Câmara de Notícias – 31/5/11)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 31/5/11

Ex-deputado pede votação do piso salarial dos policiais em segundo turno



O ex-Deputado Coronel Paes de Lira defendeu há pouco a votação em segundo turno da proposta de piso

nacional para os policiais e bombeiros dos estados (PECs 300/08 e 446/09). Ele ressaltou, no entanto, que os militares não devem se iludir porque “tem muita gente que trabalha pelo engavetamento e já vi muitas propostas aprovadas em primeiro turno serem esquecidas para sempre”. A proposta foi aprovada pelo Plenário da Câmara, em primeiro turno, em março de 2010.

Paes de Lira, que foi 1º Vice-Presidente da Comissão Especial da PEC 300, disse que a aprovação da proposta é o primeiro passo para atender às demais demandas da categoria.

O ex-deputado participa de audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para discutir projetos de interesse dos policiais. A audiência ocorre no auditório Nereu Ramos.

(Agência Câmara de Notícias 5/6/11)

Matéria relativa à atividade da Comissão

Policiais querem apoio de governadores e líderes para votação de piso salarial

Deputados, policiais e bombeiros passaram a tarde e parte da noite desta terça-feira tentando contornar os obstáculos à votação do piso nacional para as categorias (PECs 300/08 e 446/09). A estratégia tem duas frentes: garantir a assinatura de todos os líderes partidários para pressionar a votação em Plenário e apoiar uma outra PEC para criar uma fonte de financiamento exclusivamente federal para o aumento e, dessa forma, vencer a resistência dos governadores.

Até o início da noite, o requerimento para inclusão na pauta do Plenário já teria sido assinado por 11 líderes partidários, faltando apenas três assinaturas para garantir a unanimidade. PT e PMDB, principais partidos da base governista, ainda não assinaram. A informação é da secretaria da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, onde os deputados, policiais e bombeiros ficaram reunidos por cerca de seis horas.

O compromisso escrito dos líderes foi solicitado pelo Presidente da Câmara, Marco Maia, que se encontrou com uma comissão de deputados que defendem o aumento salarial. Segundo eles, Maia teria dito que só marca a votação do texto com o aval de todos os líderes.

Ameaça de paralisação

Além de buscar apoio, as associações de policiais e bombeiros ameaçaram inclusive realizar uma paralisação geral por um dia caso não haja definição, ainda nesta semana, sobre a inclusão da proposta em pauta. "Se o governo quiser rejeitar, que rejeite e arque com os desdobramentos. Nós queremos uma definição. O que não pode é ficar nesse vácuo, nessa lacuna, que causa muito transtorno", disse o Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), Jânio Bosco Gandra.

O piso salarial para policiais em bombeiros foi aprovado em março do ano passado em primeiro turno, mas

ainda precisa ser analisado em segundo turno para ser enviado ao Senado. O texto aprovado remete à lei federal, a ser encaminhada pelo Executivo em 180 dias, a definição do valor do piso e também determina que essa lei crie um fundo para auxiliar os estados.

O movimento em defesa do aumento ganhou força com o acordo que permitiu, na semana passada, a votação da anistia criminal para policiais e bombeiros do estado do Rio de Janeiro. "Esse caso inédito dos bombeiros, que tiveram a anistia votada em um dia, mostra que tudo é possível e a qualquer momento se pode chegar a um acordo", avaliou Gandra.

Governadores

Um grande obstáculo à proposta vem dos governadores e do Executivo, preocupados com o impacto orçamentário da medida. Para vencer essa resistência, parlamentares da Comissão de Segurança Pública estão colhendo assinaturas para uma proposta de emenda à Constituição que cria, nos moldes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Fundo Nacional de Segurança para Valorização do Profissional de Segurança Pública.

Composto integralmente por recursos da União, provenientes da arrecadação com o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), esse fundo vai complementar o salário dos policiais e bombeiros nos estados que não puderem arcar com o piso reivindicado pela categoria – R\$ 3,5 mil para servidores de nível médio e R\$ 7 mil para nível superior.

"Vamos apresentar essa PEC no decorrer da próxima semana e, com ela, o governo federal vai compartilhar a responsabilidade sobre a folha de pagamentos dessas categorias. A solução está dada e não há necessidade de dialogar com os governadores", defendeu o Presidente da Comissão de Segurança Pública, Mendonça Prado (DEM-SE).

(Agência Câmara de Notícias – 6/6/11)

Matéria relativa ao seminário ocorrido em 6/6/11

Debatedores criticam propostas de “armar” escola contra violência

Danielly Queirós, do Ministério da Educação: “Escola não pode ter mais muros; deve se abrir.”

“Não queremos transformar as escolas em estabelecimentos penais. Precisamos dotar as escolas públicas e privadas de profissionais capacitados para combater as ações criminosas”, afirmou o Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Deputado Mendonça Prado (DEM-SE), que sugeriu o evento.

Uma das propostas em tramitação na Câmara cujo objetivo é prevenir a violência nas escolas, o Projeto de Lei 496/11, do Deputado Sandro Mabel (PR-GO), prevê a instalação de máquinas de raio X na entrada das instituições. Após o assassinato de 11 crianças numa escola pública do Rio de Janeiro, no início de abril, Mabel chegou a pedir urgência para análise da proposta.

No entanto, para o comandante do 1º Batalhão de Policiamento Escolar do Distrito Federal, Tenente-Coronel Eduardo Leite Sousa, os detectores de metais não resolveriam a questão. Ele também disse que a presença de um policial não pode ser pré-requisito para que a escola funcione adequadamente. “Será que seria necessário um policial militar estar dentro da sala de aula para falar sobre prevenção de drogas? Outros órgãos deveriam atender e cobrir este espaço”.

Integrante da Coordenação de Direitos Humanos do Ministério da Educação, Danielly Queirós citou o programa Escola Aberta, que incentiva o uso da escola como espaço de esporte e lazer nos fins de semana, como uma ação positiva

do governo para integrar a comunidade e, conseqüentemente, aumentar a segurança. Ela ressaltou que as salas de aula apenas reproduzem a violência vivenciada na sociedade. “A escola não pode ter mais muros; deve se abrir”, afirmou.

Bullying

Representante da Coordenação Geral do Enfrentamento Nacional da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos, Joacy Pinheiro, disse que há três anos o Disque-Denúncia (100) incluiu o bullying como opção de registro. Porém, até hoje houve poucas denúncias desse tipo de violência, que, segundo ele, ainda não é visto como um problema pela maior parte da sociedade.

De acordo com Pinheiro, quando o serviço recebe denúncia de bullying, o primeiro órgão acionado é o Conselho Tutelar do município. O objetivo é que seja tomada uma medida rápida de proteção à vítima. “Depois, é feita uma averiguação se está havendo ou não uma violência que possa ser caracterizada como crime e

que leve à responsabilização do agressor.”

Para Danielly Queirós, é preciso estar atento a outros tipos de violência. “Bullying é [uma violência] de um estudante contra outro, entre pares. Precisamos levar em conta outras formas de violência, entre desiguais, como entre professores e alunos.”

O seminário prossegue nesta tarde, no auditório Nereu Ramos, com debates sobre o comércio e o controle de armas e munições no País.



(Agência Câmara de Notícias – 10/6/11)

Matéria relativa à atividade da Comissão

Bombeiros do Rio estão presos em situação degradante, diz deputado

O Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Deputado Mendonça Prado (DEM-SE), afirmou nesta quinta-feira (9) que os bombeiros militares do Rio de Janeiro que participaram de greve estão em situação degradante e insalubre. Acompanhado dos Deputados Alessandro Molon (PT-RJ) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Mendonça Prado visitou o quartel de Charitas, em Niterói, onde os 439 bombeiros estão presos.

Segundo o deputado, os grevistas estão “ao lado de pedófilos, de pessoas que cometeram crimes totalmente diversos de uma ação reivindicatória”. Ele considerou a prisão injusta. “É preciso que haja uma interpretação correta do Direito, das normas legais”, disse.

Mendonça Prado também criticou a decisão da Juíza Ana Paula Barros, da Justiça Militar do Rio de Janeiro, que

negou, na noite desta quarta-feira (8), o pedido de relaxamento da prisão apresentado pela Defensoria Pública do estado. Ele afirmou que a Comissão de Segurança apoiará todos os recursos que forem apresentados em benefício dos bombeiros.



O Presidente da comissão disse ainda que irá apresentar um projeto de lei para anistiar os bombeiros. A proposta já consta, inclusive, em projeto apresentado na última terça-feira (7) pelo Deputado Alessandro Molon (PL 1524/11).

Os bombeiros do Rio pedem um piso salarial de R\$ 2 mil - atualmente é de R\$ 950 - e também vale-transporte e melhores condições de trabalho. Eles foram presos após invadirem o Quartel Central do Corpo de Bombeiros, na noite da última sexta-feira (3).

(Agência Câmara de Notícias – 22/6/11)

Matéria relativa à atividade da Comissão

Deputados cobram de Marco Maia votação da PEC 300

Um grupo de deputados do DEM se reuniu nesta quarta-feira (22) com o Presidente da Câmara, Marco Maia, para pedir urgência na votação da Proposta de Emenda à Constituição que cria um piso salarial para policiais e bombeiros (PEC 300/08). Participaram do encontro o Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Mendonça Prado (SE), além dos Deputados Ronaldo Caiado (GO), Onyx Lorenzoni (RS) e Pauderney Avelino (AM).

Mendonça Prado ressaltou que os profissionais de segurança esperam uma posição da Câmara até o dia 5 de julho e, a partir dessa data, prometem realizar manifestações públicas. O deputado pediu agilidade na votação da proposta pelo Plenário para evitar conflitos como o que ocorreu no Rio de Janeiro, onde mais de 400 bombeiros foram presos após protesto por aumento salarial.

“É preciso votar a matéria em segundo turno na Câmara para evitar manifestações e atos de revolta por parte dos policiais. Não é possível que um profissional de segurança em estados ricos ganhe apenas R\$ 900. Esse é um salário indigno para quem arrisca a vida diariamente”, disse.

A PEC 300 foi aprovada em primeiro turno pelo Plenário da Câmara em julho do ano passado. No mês

passado, o Presidente da Câmara anunciou a criação de uma comissão especial para tentar conciliar o interesse dos profissionais com o dos governos estaduais. “Essa comissão especial é um equívoco”, criticou Mendonça Prado, que foi relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e na Comissão Especial que redigiu o texto final.

“O texto foi votado em primeiro turno, já passou por uma comissão especial, então essa história de [outra] comissão especial tem o objetivo apenas de protelar a discussão”, disse. “Esse processo chegou a um limite que nós não aguentamos mais. Os policiais estão se sentindo traídos pelo Parlamento.”

Já para o Deputado Ronaldo Fonseca (PR-DF), é preciso buscar um acordo na comissão especial antes de a proposta ser votada no Plenário. “Embora a PEC 300 tenha apoio maciço do Congresso, ainda existe uma posição dos governos estaduais. Nós temos que votar a lei que gera despesa, mas temos também que indicar de onde vem o recurso”, afirmou.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 28/6/11)

Matéria relativa à atividade da Comissão

Parlamentares da Comissão de Segurança se reúnem com o Embaixador de Israel

Nesta terça-feira (28), os Deputados Mendonça Prado (DEM/SE), João Campos (PSDB/GO), Ronaldo Fonseca (PR/DF) e Lourival Mendes (PTdoB/MA), respectivamente, presidente e membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, estiveram reunidos com o embaixador de Israel no Brasil, Giora Becher.

Na oportunidade, os membros da Comissão de Segurança trataram do acordo de cooperação entre o Brasil e Israel no que concerne à segurança pública e também da permissão de uma visita oficial dos parlamentares ao país com a finalidade de conhecer a alta tecnologia das empresas bélicas e colher informações sobre a experiência de Israel.

“Israel é uma referência mundial. Um dos problemas cruciais hoje é a segurança pública no nosso País. Precisamos reduzir os índices de violência e aprender as novas tecnologias utilizadas, principalmente por aqueles Estados eficientes em suas ações”, afirmou Mendonça Prado.

Atualmente, Israel é um dos países que detêm uma das maiores tecnologias de segurança no mundo. De acordo com o Centro de Pesquisa em Capital de Risco de Israel, as empresas de alta tecnologia de Israel levantaram 479 milhões

de dólares no primeiro trimestre de 2011, sua maior arrecadação trimestral em dois anos.

Em dezembro de 2010, o governo brasileiro iniciou um processo de cooperação entre os países com o intuito de facilitar as preparações da segurança nacional brasileira para a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo da Fifa em 2014 e as Olimpíadas que serão realizadas no Rio de Janeiro em 2016. Todavia, o acordo não foi assinado pelo Governo e permanece pendente após a posse da nova presidenta.

Os parlamentares da Comissão de Segurança irão se reunir com o Ministro da Justiça para saber por que o acordo ainda não foi assinado. O Presidente da CSPCCO afirmou que irá focar nos estudos relacionados ao uso de tecnologia para a segurança nas fronteiras, ao avanço tecnológico na área de comunicações do setor de segurança e às estratégias que visam coibir o ingresso de drogas e armas no Brasil.

“O maior problema do Brasil é a facilidade no acesso de armas contrabandeadas e ilegais, além da grande quantidade de drogas, que tem destruído os nossos jovens, desintegrando as famílias brasileiras e ocasionando diversos outros crime abomináveis”, finalizou Mendonça Prado.



(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 28/6/11)

Matéria relativa à atividade da Comissão

439 bombeiros presos no Rio estarão no Congresso Nacional em busca de anistia

Na próxima quarta-feira (29), os 439 bombeiros presos na manifestação realizada no Quartel Central da corporação no Rio de Janeiro, bem como os líderes do protesto, estarão na Câmara dos Deputados para pleitear anistia administrativa e criminal. Na ocasião da manifestação realizada no início do mês, os militares protestavam por melhores salários e condições de trabalho.

Os líderes do movimento, Cabo BM Balthar, Capitão BM Bilbao, Cabo BM Daciolo, Capitão BM De Marco, Cabo BM Leal, Major BM Marcio Garcia, Capitão BM Marchesini e o 1º Sargento BM Valdelei estarão reunidos com o Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, o Deputado Mendonça Prado (DEM/SE), e demais membros da Comissão. A reunião está prevista para as 9h30 na sala de reuniões da CSPCCO (Anexo II, Sala 166C), aberta a imprensa.

Logo após, as 10h30, toda a comitiva de bombeiros, que inclui não só os 439 manifestantes presos, mas suas esposas e filhos estarão no salão negro com a finalidade de pressionar os parlamentares para dar agilidade na tramitação

dos projetos que tratam sobre a anistia dos militares. Em virtude da grande quantidade de pessoas, a entrada está prevista para ser realizada pela rampa do Congresso Nacional.

Os deputados da Comissão de Segurança, Alessandro Molon (PT/RJ), Mendonça Prado, Delegado Protógenes (PCdoB-SP) conseguiram, após uma semana de negociações, a libertação dos militares, todavia, os bombeiros ainda são passíveis de punição administrativa e criminal.

Na Câmara, o Deputado Alessandro Molon apresentou um Projeto de Lei (PL 1524/2011) para a concessão de anistia aos bombeiros militares do Estado do Rio unidos por participar de movimentos reivindicatórios. Proposta no mesmo sentido (PLS 325/2011), de autoria do Senador Lindbergh Farias (PT/RJ) foi aprovada na última quarta-feira (22) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal em decisão terminativa.

A comitiva de bombeiros do Rio de Janeiro está viajando em sete ônibus e chegará a Brasília por volta das 18h30. Os militares pernoitarão no Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército.

(Agência Câmara de Notícias – 29/6/11)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 29/6/11

Comissão de Segurança vai investigar terceirização em aeroportos

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado vai investigar a terceirização de serviços da Polícia Federal (PF). A decisão foi tomada após audiência pública que discutiu o tema, nesta terça-feira, com representantes de servidores concursados da PF. De acordo com sindicalistas concursados, a PF abriga hoje em seu quadro 4.539 terceirizados, vinculados a 179 empresas que geram um gasto mensal de quase R\$ 10 milhões. Segundo os servidores, 400 terceirizados estariam atuando diretamente no controle de imigração nos aeroportos, que é uma atividade com poder de polícia e restrita aos servidores de carreira.

A terceirização, que também já chegou ao serviço de emissão de passaporte, foi adotada como medida emergencial para atender o aumento do fluxo de passageiros nos aeroportos durante o Governo Lula, mas a prática vem sendo mantida e tem tendência de ampliação, como informou o Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Telmo Corrêa. Ele afirmou que esse processo é "ilegal" e favorece a corrupção.

Tráfico de drogas

Telmo Corrêa também atribuiu à terceirização o afrouxamento da fiscalização preventiva de crimes nos aeroportos e o aumento do tráfico de drogas, sobretudo do Brasil para o exterior. "O Departamento da PF arrumou um problema internacional e político para o Brasil, enchendo as famílias europeias de cocaína e maconha". Telmo garantiu que o órgão tem servidores suficientes para o controle migratório e para a emissão de passaportes.

A Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, Leilane de Oliveira, informou que a maior incidência de desvios se dá entre os contratados como recepcionistas e digitadores, que acabam sendo aproveitados em atividades administrativas e policiais.

Ela contou que, no Maranhão, uma terceirizada foi afastada de suas atividades após receber suborno para emitir passaporte para um procurado da Justiça; em Jales (SP), a recepção de armas da campanha do desarmamento é controlada por um digitador; e em Porto Alegre (RS), terceirizados comandaram, em 2008, um esquema de desvio de armas entregues na campanha nacional de desarmamento. "Os concursados não são contra os terceirizados em si, mas contra a ocupação de postos que, segundo a legislação, deveriam ser ocupados por servidores de carreira", disse.

Apuração

Na Câmara, caberá à Subcomissão de Investigação de Denúncias apurar os efeitos da terceirização nos serviços essenciais da Polícia Federal. O Presidente do grupo, Deputado Fernando Francischini (PSDB-PR), informou que a comissão deverá buscar nos órgãos públicos documentos e informações revelando se realmente ocorreu uma privatização dos serviços da Polícia Federal. "A denúncia é grave e compromete tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil faz parte, principalmente no controle migratório", avaliou.

Durante a audiência pública, deputados manifestaram a intenção de futuramente convocar para depor o ex-diretor geral da Polícia Federal Luiz Fernando Corrêa. Na gestão dele, segundo as denúncias dos servidores, a terceirização teria sido intensificada. Corrêa foi convidado para a audiência desta terça-feira, mas não compareceu.

O Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado Mendonça Prado (DEM-SE), não descarta inclusive a possibilidade de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Os sindicalistas também pediram o apoio dos deputados para a reestruturação das carreiras da Polícia Federal.

(Agência Câmara de Notícias – 30/6/11)

Matéria relativa à visita dos bombeiros do Rio de Janeiro à Comissão

Câmara recebe 400 bombeiros e deputados se mobilizam para votar anistia

Cerca de 400 bombeiros militares do Rio de Janeiro vieram à Câmara nesta quarta-feira (29), em passeata que partiu da Câmara Legislativa do DF, pedir a aprovação dos projetos que concedem anistia criminal aos profissionais que participaram de protestos por melhoria salarial. Durante todo o dia, integrantes da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado se reuniram com líderes do movimento na tentativa de pressionar os líderes a incluir as propostas na pauta do Plenário ainda nesta quarta.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Rio, os 429 bombeiros e os dois policiais militares presos no dia 4 de junho pela invasão do quartel da corporação vão responder a ação penal militar pelos crimes de motim, dano em material ou aparelhamento de guerra, dano em aparelhos e instalações de aviação e navais e em estabelecimentos militares.

A Juíza Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros, da Justiça Militar, recebeu no dia 13 a denúncia oferecida pelo Ministério Público estadual contra eles. Nesta terça (28), a anistia administrativa foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio e, com isso, os bombeiros não poderão ser punidos pela corporação.

"A anistia administrativa é para evitar as punições previstas nas leis estaduais relacionadas à relação dos servidores públicos com o estado. A anistia criminal evita as punições previstas no Código Penal Militar", explicou o Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado Mendonça Prado (DEM-SE). Ele disse que iria pedir ao

Presidente da Casa, Marco Maia, urgência na votação da anistia.

Projetos

Além dos três projetos apresentados por deputados, a Câmara vai analisar outra proposta de anistia aos bombeiros – o PLS 325/11, do Senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Segundo os líderes dos bombeiros, porém, a proposta do Senado tem problemas. Um deles é que o texto não anistia os dois policiais militares que apoiaram o movimento e também estão sendo processados. Além disso, só vai chegar à Câmara na próxima terça-feira (5), pois aguarda prazo regimental.

Reivindicação

O cabo bombeiro Daciolo, um dos coordenadores do movimento, afirma que, após dois meses de tentativas, o movimento ainda não conseguiu uma interlocução com o governo estadual para negociar as melhorias salariais.

Os bombeiros pedem aumento do piso atual, de R\$ 950 para R\$ 2,9 mil, com direito a vale-transporte. "Nós queremos um salário real e verdadeiro, de R\$ 2 mil líquidos. Hoje o militar do estado do Rio de Janeiro tem o pior salário do País", disse. "Viemos pedir socorro a Brasília. Por já termos tentado de todas as formas falar com a esfera estadual, recorremos agora à esfera federal."



(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 15/7/11)

Matéria relativa à atividade da Comissão

Comissão de Segurança defende a criação de delegacias estaduais para idosos e deficientes

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados irá enviar um ofício ao Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e à Ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), Maria do Rosário Nunes, sugerindo a criação em todos os Estados de Delegacias Especializadas de Atendimento aos Idosos e Deficientes, onde a União coloque aos parceiros estaduais sua pré-condição para liberação de recursos federais.

A iniciativa é dos Deputados Delegado Waldir (PSDB/GO) e Marlos Sampaio (PMDB/PI), que solicitaram o

envio do ofício através do Requerimento n.º 68/11, aprovado na reunião da CSPCCO de quarta-feira (6). "Temos delegacias para mulheres e para as crianças, mas não temos para os idosos e deficientes", afirmou o Delegado Waldir.

O Deputado Marlos Sampaio, que atuou como delegado do idoso e participou de várias conferências sobre o tema, afirma a importância das delegacias nos Estados. "É uma bandeira justa defender os idosos que tanto precisam e carecem desse tipo de atendimento", afirmou.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 16/7/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

Comissão de Segurança aprova parecer de proposta sobre contrabando e descaminho

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do Projeto de Lei n.º 643/11, que altera o Código Penal, no que se refere à penalidade dos crimes de contrabando e descaminho, na forma do texto apresentado pelo relator, Deputado Enio Bacci (PDT/RS).

Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria é o que conceitua o crime de descaminho. Já contrabando se trata da importação ou exportação de mercadoria proibida.

A Lei nº 9.099/95 trouxe o instituto despenalizador da suspensão condicional do processo aos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano. Pela lei, contrabando e descaminho são considerados crimes de menor e médio potencial ofensivo contemplados pela suspensão condicional do processo.

De acordo com o autor do PL, o Deputado Efraim Filho (DEM/PB), o objetivo do projeto é aumentar a pena de ambos os crimes para reclusão de dois a cinco anos. A pena

será aplicada em dobro, se os crimes forem praticados por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

“A pena base estabelecida para o crime de contrabando ou de descaminho foi fixada pelo legislador de 1940, período histórico anterior à globalização, época em que esse crime, embora problemático, não possuía a relevância e importância dos tempos atuais”, afirmou Efraim Filho.

Em sua justificativa, o parlamentar destaca que contrabando e o descaminho são causa de desequilíbrio nos mais diversos setores da sociedade, produzindo e impulsionando desemprego e violência à medida que impede a criação de milhões de empregos por ano e prejudica a economia formal. Além disso, representa concorrência desleal em relação às empresas e indústrias que honestamente recolhem em dia seus tributos e encargos sociais.

Após o exame da CSPCCO, o projeto será submetido à apreciação da Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para posteriormente ser analisado pelo Plenário da Câmara Federal.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 3/8/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

Comissão de Segurança delibera sobre tratamento ambulatorial e psiquiátrico de crianças e adolescentes

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do Projeto de Lei n.º 348/11, que dispõe sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado, na forma do substitutivo apresentado pelo relator, Deputado William Dib (PSDB/SP).

De autoria do Deputado Hugo Leal (PSC/RJ), a proposta inicialmente pretende criar dispositivos na Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo o parlamentar, o texto da lei deveria ser alterado para que a prática de ato infracional por adolescente, com 16 anos ou mais, seja considerada como antecedentes para fins de fixação da pena-base de ilícitos por ele praticados quando maior de 18 anos. A ideia é dar um tratamento repressivo maior para os que são reincidentes nas práticas delituosas.

Além disso, o tratamento ambulatorial deveria ser aplicado ao adolescente portador de transtorno mental não perigoso, ou seja, àquele que não expõe a sociedade e a si próprio à situação de risco. Já para os adolescentes com transtorno mental grave, a internação deveria ser em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e iria durar enquanto não for averiguado, mediante perícia médica subscrita por no mínimo dois peritos, o fim da periculosidade.

Hugo Leal explica que a finalidade do projeto é o aperfeiçoamento do Estatuto, que já conta com mais de duas décadas, merecendo atender as novas necessidades dos menores infratores e da sociedade. “Pela legislação em vigor, são restritas as hipóteses de internação para os adolescentes que cometem crimes, deixando de considerar crimes graves

como o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas a fins, praticado em ações de quadrilha, bando ou do crime organizado”.

De acordo com o relator do PL, Deputado William Dib, o tema é polêmico tendo em vista que a Constituição Federal considera penalmente inimputáveis as pessoas com idade inferior aos 18 anos e o ECA já tem previsão de que o juiz deve considerar os antecedentes na fixação das medidas socioeducativas. “Acreditamos que mesmo os defensores da redução da maioridade penal não têm interesse nesse tipo de alteração.” O substitutivo do relator determina que a medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, seus antecedentes, as circunstâncias e a gravidade da infração.

Sobre a questão da saúde do adolescente, William Dib ofereceu uma proposta alternativa, já que as últimas estatísticas sobre os usuários do Sistema Socioeducativo indicam que mais de 80% dos adolescentes possuem algum envolvimento com substâncias psicoativas. O substitutivo oferece ao Juiz de Execução um conjunto mais completo e integrado de medidas, que incluem a inserção do jovem em programas de atenção integral à saúde mental, inclusive com terapias residenciais. “Devemos ampliar os cuidados com os adolescentes no contexto da atenção integral à saúde que já é oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS).”

Após o exame da CSPCCO, o projeto será submetido à apreciação da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e da Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para posteriormente ser analisado pelo Plenário da Câmara Federal.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 4/8/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

Comissão de Segurança aprova novos procedimentos para combate ao crime organizado

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer, com emendas, do Projeto de Lei n.º 6.578/2009, que dispõe sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção da prova, crimes correlatos e procedimento criminal, na forma do texto apresentado pelo relator, Deputado João Campos (PSDB/GO).

A proposta já foi aprovada no Senado e é de autoria da ex-Senadora Serys Slhessarenko. De acordo com o texto do PL, considera-se organização criminosa a associação de três ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a quatro anos ou que sejam de caráter transnacional (praticados em outros países).

Os crimes especificados na proposta são: promover, constituir, financiar, cooperar, integrar, favorecer, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa; fraudar concursos públicos, licitações, em qualquer de suas modalidades, ou concessões, permissões e autorizações administrativas, por meio de organização criminosa; impedir e/ou embaraçar a investigação de crime que envolva organização criminosa; financiar campanhas políticas destinadas à eleição de candidatos com a finalidade de garantir ou facilitar as ações de organizações criminosas e o tráfico de armas; fornecer, ocultar ou ter em depósito armas, munições e instrumentos destinados ao crime organizado, lhe proporcionar locais para reuniões ou aliciar novos membros.

Durante a reunião da quarta-feira (03), os membros da CSPCCO alteraram a aplicação da pena estabelecida no projeto original, determinando reclusão de quatro a dez anos e multa, sem prejuízo das penas correspondentes aos demais crimes praticados. Os parlamentares também incluíram no rol

de crimes: intimidar ou influenciar testemunhas, vítimas, seus familiares ou funcionários públicos incumbidos da apuração de atividades de organização criminosa; oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público para que retarde ou pratique qualquer ato de ofício infringindo dever funcional; ou, o próprio funcionário solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la.

A cooperação entre órgãos federais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal também foi incluída na proposta durante a reunião da CSPCCO. A pena será aplicada em dobro em caso de uso de arma de fogo. Também são agravadas para quem comanda a organização criminosa, mesmo que não participe pessoalmente da execução do crime. A pena será aumentada de um sexto a dois terços se houver colaboração de criança ou adolescente, participação de funcionário público, se o produto da infração destinar-se ao exterior, se a organização criminosa mantém conexão com outra organização criminosa, ou se mantém conexões no exterior.

O projeto também define formas de obtenção de provas como delação premiada, captação ambiental de conversas, interceptação de ligações telefônicas, acesso a dados cadastrais públicos e privados e de provedores de internet, além de infiltração de agentes. E aumenta a pena para o crime de formação de quadrilha ou bando, que passa de reclusão de um a três anos para reclusão de dois a quatro anos e multa.

Após o exame da CSPCCO, o projeto será submetido à apreciação da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e da Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para posteriormente ser analisado pelo Plenário da Câmara Federal em regime de prioridade.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 5/8/11)

Matéria relativa a seminário realizado pela Subcomissão Permanente de Orçamento

Mendonça Prado quer mais verbas para a segurança pública

Durante o seminário realizado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, o Deputado Federal Mendonça Prado (DEM/SE), Presidente da CSPCCO, defendeu o aumento do orçamento para a área de segurança pública. "Há a necessidade de se realizar concursos públicos para as forças de segurança do Brasil, a exemplo da Polícia Federal que está com o seu efetivo reduzido".

Mendonça Prado lembrou que a fronteira do Brasil tem aproximadamente 17.000 quilômetros e, por essa razão, necessita de uma vigilância maior a fim de coibir o ingresso de drogas e armas ilegais no País. "Essas questões geram violência e criminalidade e devem ser evitadas".

O parlamentar sergipano falou também do efetivo e de melhorias orçamentárias para a Polícia Rodoviária Federal. "O número de policiais rodoviários é ínfimo para a quantidade e extensão das rodovias brasileiras. Isso facilita o aumento de acidentes e consequentemente o número de mortes nas estradas. É preciso fiscalizar e exigir o cumprimento das regras de trânsito para que os acidentes não aconteçam e as vidas sejam preservadas".

Quando se tratou das forças de segurança dos Estados, Mendonça enalteceu a importância da aprovação da PEC 300/2008 e a criação de um fundo constitucional com recursos federais visando o compartilhamento das responsabilidades entre a União e os Estados. O deputado

informou que vai apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição na próxima terça-feira (09) com o intuito de alterar o sistema tributário nacional. "A proposta destina 5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e 5% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para um fundo de segurança pública que irá financiar, dentre outras coisas, a valorização profissional". A PEC de Mendonça Prado já tem o apoio de mais de 200 parlamentares.

Mendonça Prado ainda disse que o aumento de investimentos para a segurança pública é algo imprescindível e urgente. "Estamos perdendo os nossos jovens para as drogas e a vida de muitos cidadãos para uma violência abominável. Não é possível continuar com essa condição de insuficiência financeira para esse setor importante num País que se caracteriza por possuir uma das mais elevadas cargas tributárias do planeta", enfatizou.

Por fim, o Presidente da CSPCCO disse que a segurança se tornou o tema de maior preocupação para a sociedade brasileira. "Não há que se falar em óbices para o aumento das receitas orçamentárias, é preciso destinar mais recursos para esse setor imediatamente. Nós temos que aumentar o orçamento das polícias federal, rodoviária federal, civil, militar e dos bombeiros. O Brasil tem que tratar as forças de segurança com responsabilidade", concluiu Mendonça Prado.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 6/8/11)

Matéria relativa a seminário realizado pela Subcomissão Permanente de Orçamento

Seminário sobre investimentos nos Estados produz a “Carta de São Luís”

A “Carta de São Luís” é um documento firmado pelos participantes do seminário que destaca as propostas mais importantes e discutidas no evento e as demandas necessárias sobre os investimentos destinados para a área da segurança pública nos Estados brasileiros.

O seminário da Subcomissão Permanente para Estudar Políticas, Orçamento e Financiamento da Segurança Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, realizado nesta sexta-feira (05), produziu a “Carta de São Luís”, documento firmado pelos participantes que destaca as propostas mais importantes e discutidas no evento e as demandas necessárias sobre os investimentos destinados para a área da segurança pública nos Estados brasileiros.

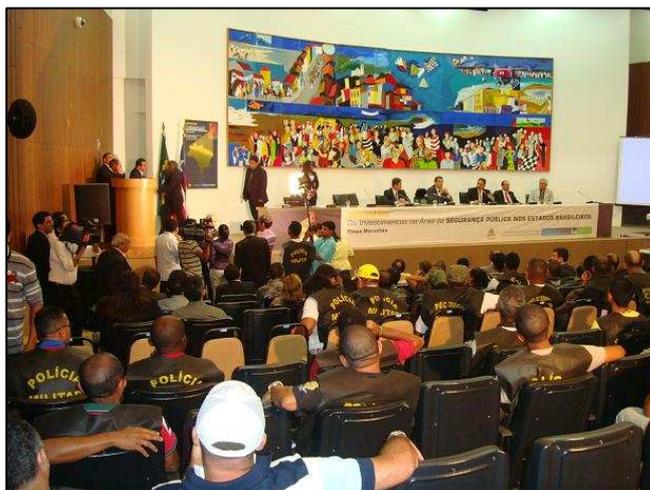
A “Carta de São Luís” considera que o Governo Brasileiro, em suas diversas instâncias, por vezes não dedica à segurança pública a necessária atenção no que diz respeito aos recursos orçamentários a ela destinados, e por isso, propõe que a segurança pública deva ser prioridade efetiva do Governo.

O documento também destacou a necessidade da votação urgente em segundo turno da PEC 300/08, que trata do piso nacional para o operador da segurança pública, com a indicação de fundo constitucional para permitir a execução da proposta; da criação do Ministério da Segurança Pública; da valorização do profissional da área, incluindo os agentes do sistema penitenciário nacional, pela capacitação e realização de concursos públicos; do apoio a ações voltadas ao reaparelhamento das instituições do sistema penitenciário; e da vinculação constitucional de recursos orçamentários destinados à segurança pública, assim como acontece com educação e saúde, garantindo-se um percentual mínimo de recursos em favor do setor.

Além disso, a “Carta de São Luís” sugere viabilizar instrumentos legais que impeçam os constantes contingenciamentos de recursos, tais como fazer incluir disposição nas leis de diretrizes orçamentárias no sentido de se evitar eventuais limitações de despesa; possibilitar maior

integração das esferas federal, estadual e municipal, com vistas a obter melhores resultados das linhas de ação voltadas ao combate ao crime organizado e ao enfrentamento das drogas; tornar visíveis outras fontes de recursos, tais como as advindas do pré-sal e as decorrentes de um maior controle das riquezas minerais ou fruto do combate mais eficaz da evasão de divisas e da lavagem de recursos; divulgar o abandono e a situação precária das instalações do IML, ICRIM, IDENT, CPTCA; reduzir a desigualdade dos recursos destinados aos diversos entes da federação; criar, nos Estados que ainda não possuem, o regime disciplinar próprio; e propor instrumentos de informação integrada, compartilhada e de caráter nacional, unificando os dados estaduais e municipais.

O evento aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, na cidade de São Luís – MA e foi proposto pelos Deputados José Augusto Maia (PTB/PE) e Lourival Mendes (PTdoB/MA), respectivamente, presidente e relator da Subcomissão. Será o primeiro de uma série de eventos e viagens, com o intuito de, ao fim de seus trabalhos, propor medidas efetivas destinadas à dotação de recursos financeiros suficientes para o bom funcionamento dos setores ligados à segurança pública.



Participaram do evento o Presidente da CSPCCO, Deputado Mendonça Prado; o Secretário de Segurança Pública do Estado Aluísio Guimarães Mendes Filho; o Deputado Estadual Arnaldo Melo, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão; o Deputado Estadual Zé Carlos, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Maranhão; o Deputado Federal José Augusto Maia, Presidente da Subcomissão; o Deputado Federal Lourival Mendes, Relator da Subcomissão.

Também estiveram presentes como palestrantes, o Secretário de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão Sérgio Vítor Tamer; o Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do Maranhão Fábio Gondim Pereira da Costa; o Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão Amon Jessen; e o representante da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Maranhão Sebastião Carlos.

(Agência Câmara de Notícias – 10/8/11)

Matéria relativa à atividade da Comissão

PMs defendem criação de fundo constitucional para viabilizar piso salarial

Líderes do movimento em defesa das PECs 300/08 e 446/09 se reuniram nesta quarta-feira com o Presidente da Câmara, Marco Maia, e defenderam a criação de um fundo constitucional com recursos federais para custear a criação do piso salarial nacional dos policiais e bombeiros militares. Conforme a proposta, esse fundo será formado com 5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e 5% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Os policiais e bombeiros que acamparam no auditório Nereu Ramos, na Câmara, estão se dirigindo para o Palácio do Planalto neste momento e pretendem apresentar a proposta para a Presidente Dilma Rousseff. Eles esperam contar com o apoio dos líderes partidários da Câmara, após a reunião do Colégio de Líderes, prevista para as 15 horas.

O Fundo Nacional de Valorização do Profissional de Segurança Pública está previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/11, apresentada na terça-feira (9) pelo

Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Deputado Mendonça Prado (DEM-SE).

O cabo Daciolo Benvenuto da Silva, um dos líderes do movimento, disse que a criação do fundo soluciona o principal problema apontado pelo governo em relação à PEC 300, que é criar despesa sem indicar a origem dos recursos para seu custeio. "Existe o fundo da saúde, existe o fundo da educação, mas não existe o fundo da segurança. Sendo criado o fundo da segurança com desconto de 5% do IPI e 5% do imposto de renda, nós estamos falando de R\$ 40 bilhões anuais", estimou Silva.

Ele disse que Dilma não está recebendo as informações corretas a respeito da PEC 300. "O governo federal e os governadores alegam não ter recursos, mas já existe a solução", argumentou.

Quanto à reunião com Marco Maia, ele disse que não poderia ter sido melhor. "Todos os parlamentares presentes acharam excelente a ideia", disse.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 10/8/11)

Matéria relativa à atividade da Comissão

Parlamentares e líderes da PEC 300 se reúnem com Marco Maia

Nesta manhã, o Deputado Mendonça Prado (SE), Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), juntamente com o Presidente da Comissão Especial, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), vários parlamentares, representantes estaduais e líderes do movimento dos bombeiros e policiais militares, estiveram reunidos com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia (PT/RS), para tratar da inclusão da PEC 300/08 na pauta do Plenário.

Após os argumentos apresentados pelo grupo, o Deputado Marco Maia destacou a impossibilidade de se levar o projeto para votação sem um acordo político capaz de definir como serão estabelecidos os recursos financeiros nos Estados para comportar o aumento salarial.

"O foco dos bombeiros e policiais militares está errado. Eles precisam ir ao encontro com os governadores em seus Estados. Se não apresentarmos acordos políticos, não teremos como incluir a PEC no Plenário. A pauta está completamente trancada. Se alguém vendeu a ideia de que a PEC 300 iria ser incluída hoje, vendeu errado", afirmou. O petista sugeriu o requerimento pela Comissão Especial de uma audiência pública para trazer os governadores e tratar do tema e destacou a importância dessa comissão para o debate.

O líder dos bombeiros do Rio de Janeiro, cabo Benevenuto Daciolo, afirmou que a proposta de Mendonça Prado para a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (PEC 63/2011) é a solução para o empasse pecuniário. "Nós temos que pegar os líderes partidários, com o apoio dos representantes estaduais e dos parlamentares e nos reunir com a presidenta Dilma Rousseff. A saúde tem um fundo destinado para o setor e nós não temos. Já há um importante projeto que cria o Fundo Nacional de Segurança Pública, basta aprová-lo."

Mendonça Prado agradeceu Marco Maia por ter recebido o grupo e enfatizou que o problema da Comissão Especial é que a PEC 300 já foi aprovada em primeiro turno. "Precisamos aprová-la em segundo turno para posteriormente ser criada uma comissão especial a fim de discutir as divergências financeiras, inclusive com integrantes do Senado Federal e com o compromisso dos representantes e líderes estaduais", afirmou o Presidente da CSPCCO.

Agora o grupo pretende se encontrar com a presidenta Dilma Rousseff e apresentar a Emenda de Mendonça Prado (PEC 63/2011), como a melhor proposta de custeio para a PEC 300/2008, a fim de sensibilizá-la para a inclusão do projeto na pauta, já que há uma solução para a origem dos recursos.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 12/8/11)

Matéria relativa à atividade da Comissão

Mendonça Prado lamenta assassinato da Juíza Patrícia Acioli

O Deputado Mendonça Prado (DEM/SE), Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, lamentou o assassinato na madrugada desta sexta-feira (12) da Juíza Patrícia Acioli e afirmou que a CSPCCO também quer a participação da Polícia Federal na investigação desse crime.

De acordo com fontes da polícia, a magistrada, que levou 16 tiros na porta de casa em Niterói, estava em uma lista de marcados para morrer. Nos últimos dez anos a juíza foi responsável pela prisão de cerca de 60 policiais ligados a milícias e a grupos de extermínio.

“Trata-se da mais clara demonstração de enfrentamento dos marginais contra o Estado brasileiro. Os agentes públicos, em nome da sociedade, não podem admitir a violência que está acontecendo em nosso País e essa ousadia desacerbada dos bandidos que perderam completamente o respeito em relação ao Estado, em função da fragilidade da segurança pública brasileira”, afirmou o Presidente da CSPCCO.

Para o parlamentar sergipano, é preciso elucidar e punir exemplarmente os criminosos para que não haja uma

crescente sensação de insegurança entre os brasileiros. “No Brasil, durante um ano se morre mais gente do que na maioria dos conflitos mundiais e, agora, com mortes como de uma magistrada que sempre decidiu contra os criminosos, fica evidente a completa ineficiência do combate à violência”.

Mendonça Prado disse que na próxima semana irá designar um grupo de trabalho, constituído de parlamentares membros da CSPCCO, para acompanhar de perto as investigações a fim de posteriormente elaborar propostas que indiquem uma melhor proteção aos juizes. Entre os integrantes da comitiva, o Presidente da Comissão de Segurança irá indicar o Deputado Delegado Protógenes (PCdoB/SP), Fernando Francischini (PSDB/PR), Alessandro Molon (PT/RJ) e João Campos (PSDB/GO).

“Não podemos admitir que magistrados e promotores se tornem alvos fáceis de marginais que não querem o fortalecimento do Estado brasileiro. É preciso dar condições de trabalho e proteção aos que denunciam e julgam de forma corajosa, sem permitir qualquer tipo de retaliações por parte dos criminosos”, finalizou o parlamentar.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 16/8/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

CSPCCO aprova novos procedimentos para coibir operações financeiras realizadas por políticos

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do Projeto de Lei n.º 1.741/2007, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas jurídicas indicadas na Lei 9.613/98, relativamente a operações realizadas por pessoas politicamente expostas, na forma do substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Stepan Nercessian (PPS/RJ). A proposta passou pela apreciação da CSPCCO na reunião da quarta-feira (10) e é de autoria do Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ).

De acordo com o texto do substitutivo, são consideradas pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, seus familiares e as pessoas que detenham poderes de gestão em empresas nas quais os agentes públicos sejam sócios majoritários. São considerados familiares os parentes, na linha direta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada.

“Em não poucas ocasiões, a sociedade é confrontada por notícias de prática de atos de desvios de recursos orçamentários ou de negociatas nas licitações de obras estatais, praticados por pessoas que, investidas de uma função pública ou de um mandato eletivo, deveriam estar zelando pela correta aplicação dos recursos do erário, recursos cuja fonte são os tributos que oneram todos os cidadãos”, afirmou o relator do PL, Deputado Stepan Nercessian.

A Lei 9.613/98, que trata dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, criou, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas. Em 28 de março desse ano, o COAF baixou a Resolução nº 16, dispondo sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades

financeiras sujeitas à sua regulação, quanto às operações realizadas por pessoas politicamente expostas.

O autor do texto original do PL destacou que, embora a Lei nº 9.613/98 atribua competência normativa à COAF, pela relevância da matéria seria recomendável a edição de lei formal sobre o tema. “Isso conferirá maior segurança jurídica à atuação da COAF e das pessoas jurídicas submetidas à sua regulação. Não se deve ignorar que as pessoas politicamente expostas encontram-se entre aquelas capazes de contratar bons advogados e buscar todas as brechas legais para furtar-se à fiscalização de suas operações financeiras”, afirmou Chico Alencar.

Dentre as pessoas politicamente expostas, são considerados cargos brasileiros: os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União; os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União, com especificações; os membros do Conselho Nacional de Justiça e os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores; os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal; os Ministros do Tribunal de Contas da União e o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; os Governadores e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Desembargadores de Tribunal de Justiça, os Deputados Estaduais e Distritais e os conselheiros de Tribunal e de Conselho de Contas de Estado, de Municípios e do Distrito Federal; e os Prefeitos, Vice-Prefeitos, os Presidentes das Câmaras Municipais e os membros das suas Mesas Diretoras.

O PL já tramitou pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Após o exame da CSPCCO, o projeto será submetido à apreciação da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e da Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e pode ter sua apreciação concluída por essas comissões.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 17/8/11)

Matéria relativa a audiência pública ocorrida na Comissão

Presidentes das Federações de Policiais Federais explicam uso de algemas na Comissão de Segurança

Diante de sucessivos escândalos no Governo, o Presidente da CSPCCO, Deputado Mendonça Prado (DEM/SE) e o Vice-Presidente, Deputado Fernando Francischini (PSDB/PR), lamentaram o fato de o Governo mostrar mais preocupação com as algemas do que com as prisões e a corrupção nos ministérios.

Nesta quarta-feira (17), os Presidentes das Federações, Associação e Sindicato dos Policiais Federais explicaram aos parlamentares da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados o uso das algemas durante a Operação Voucher, que prendeu 36 pessoas suspeitas de desviar verbas do Ministério do Turismo.

O uso das algemas foi criticado pela Presidenta da República Dilma Rousseff, pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello e pelo Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, que determinou abertura de sindicância interna, caso seja confirmado que houve desrespeito à regra do Supremo. O STF determinou, através da Súmula Vinculante n.º 11, o uso das algemas apenas em casos de resistência, receio de fuga ou de perigo à integridade física do próprio preso ou de terceiros.

O Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais do Departamento de Polícia Federal (APCF), Hélio Buchmüller, afirmou que os procedimentos são seguidos de acordo com as normas, inclusive as internacionais. “Sempre que se coloca esse tema em voga, é por que querem tirar o foco de uma investigação principal que a Polícia Federal está fazendo. Se existe algum vácuo na legislação que normatiza o procedimento, é o Congresso Nacional que tem a competência para regulamentar o uso de algemas e não o Poder Judiciário, por um dispositivo que não foi colocado em uma ampla discussão.” Em 2008, as algemas já haviam sido criticadas durante a Operação Satiagraha.

O Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Bolivar Steinmetz, asseverou que a instituição é subordinada ao posicionamento do Governo e do STF e por isso não há que se falar em descumprimento da lei. “Não somos arbitrários, estamos cumprindo uma determinação legal que é bem clara: o preso tem que ser algemado para a proteção dele e do condutor. A algema foi

instituída para ser usada. Alguém tem que ser o bode expiatório (dos atos de corrupção). Infelizmente quem foi o bode expiatório, nesse caso, foi a Polícia Federal. O STF disciplinou o uso das algemas nos casos de periculosidade, mas o policial que está no dia-a-dia é quem sabe o risco que está correndo e que corre o próprio conduzido. Sempre iremos tratar todas as pessoas, rico ou pobre, com a mesma distinção.”

O Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), Marcos Wink, destacou que toda vez que a Polícia Federal efetua uma prisão de uma pessoa de classe social mais alta, há essa reação em relação ao uso da algema. “Diariamente prendemos pessoas com algemas e não há essa repercussão da imprensa. O que nos causa estranheza é essa reação do Governo diante desse caso especificamente. Não discutimos ordem judicial dentro da Polícia. A súmula do STF não proíbe o uso da algema. A análise das três possibilidades é subjetiva e quem decide na hora é o policial.”

O Presidente da Federação Nacional de Delegados de Polícia Federal (FENADEPOL), Antônio Góis, enfatizou que a Polícia Federal sempre cumpre exatamente o que está previsto na legislação e em relação ao uso das algemas também. “Está havendo uma confusão ou uma situação proposital. A Presidenta fez um pronunciamento informando que pretende investigar um possível excesso. Como não há excessos, e será confirmado na apuração, não há dúvidas a respeito do posicionamento da Polícia Federal na Operação”.

A presidenta do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (SINPECDF), Leilane Ribeiro de Oliveira, acredita que o Governo tenha colocado a segurança pública em segundo plano. “Qualquer missão desempenhada pela Polícia Federal hoje é em cumprimento de uma determinação judicial, e é em favor da sociedade brasileira, e é em prol da segurança pública. Há cortes de despesas e de diárias, as fronteiras estão abandonadas, não há delegacias em todas as unidades, e as poucas que existem são postos de controle de fronteira mantidos com servidores em missão. Estamos muito preocupados com a atual situação da Polícia Federal em virtude do descaso e da omissão do Governo.”

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 18/8/11)

Matéria relativa à atuação do Presidente da Comissão

Mendonça Prado pede o apoio dos governadores para aprovação da PEC 300

O Deputado Federal Mendonça Prado (DEM/SE), Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, enviou um ofício aos governadores brasileiros solicitando o apoio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 300/2008, que trata do piso nacional para policiais e bombeiros militares, bem como à PEC 63/2011, de sua autoria, que cria o Fundo Nacional de Valorização do Profissional de Segurança Pública (FNSP).

O intuito do parlamentar sergipano é informar aos representantes estaduais que a PEC 63/11 é a melhor proposta de custeio para a PEC 300/08, pois resolve o empasse pecuniário enfatizado pelo governo federal. A PEC 300/08 ainda não foi pautada e votada em 2º turno em decorrência do receio por parte de alguns governadores de que o aumento salarial das categorias irá comprometer o orçamento estadual.

Mendonça Prado explica que é preciso robustecer os orçamentos estaduais e, por conseguinte, a folha de pagamento dos trabalhadores de segurança pública. “Estados pobres pagam salários razoáveis, porém, dignos aos policiais, bombeiros e outros servidores de segurança, enquanto Estados privilegiados economicamente, como o Rio de Janeiro, pagam pouco mais de R\$ 1.198,00 (mil e cento e noventa e oito reais) brutos. É inadmissível que profissionais que dedicam suas vidas para salvar as nossas recebam

salários que não são compatíveis com suas atribuições”, afirmou.

De acordo com o texto da Emenda de Mendonça Prado, a ideia é reajustar o percentual de distribuição dos recursos com impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) em 53%, destinando 5% destes valores ao FNSP para financiamento da segurança e para remuneração dos profissionais da área.

O recurso será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano. Eventual excedente aos 5% estabelecidos pela PEC deverá ser distribuído proporcionalmente entre os Estados membros da Federação, de acordo com o número de servidores efetivos, ativos e inativos, e pensionistas.

Atualmente, não há regulamentação fixa do envio de recursos para a Segurança Pública do Brasil. O FNSP irá complementar os salários já pagos pelos Estados. “Há uma solução para a origem dos recursos. A situação atual dos profissionais da segurança pública no Brasil é precária, pois trabalham com os salários defasados e sem os equipamentos fundamentais para a realização de suas atividades. Ao obrigar a União a contribuir com o FNSP, com apenas 5% da arrecadação anual, equivalente a pouco mais de R\$ 40 bilhões, será possível aparelhar melhor as polícias e pagar salários melhores para os profissionais”, afirmou Mendonça Prado.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 23/8/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

CSPCCO aprova PL que inclui agentes de trânsito no programa Bolsa-Formação

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer, com substitutivo, do Projeto de Lei n.º 7.410/10, que inclui os agentes de trânsito entre os beneficiários do programa Bolsa-Formação, na forma do texto apresentado com complementação de voto pelo relator, Deputado Enio Bacci (PDT/RS).

O Projeto de Lei em questão é de autoria do Deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA). De acordo com o texto da proposta, em vários municípios brasileiros, os agentes de trânsito, de fato, estão inseridos no contexto da segurança pública, todavia não fazem jus às bolsas-formação oferecidas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

“Sua atuação é da maior importância para a manutenção da ordem e preservação da segurança das pessoas no trânsito, não sendo razoável excluí-los do benefício, uma vez que exercem funções que se assemelham aos integrantes dos órgãos de segurança pública. Investir na formação e aperfeiçoamento desses servidores trará ganhos para a proteção da população”, destacou o autor.

O programa Bolsa-Formação é uma das ações que são desenvolvidas no contexto do PRONASCI. Sua principal finalidade é melhorar a qualificação profissional dos integrantes das carreiras da segurança pública. O Deputado Enio Bacci, relator do PL na Comissão de Segurança, concorda com o entendimento do autor, enfatizando que a

Bolsa-Formação também contribui para a redução das disparidades remuneratórias existentes.

“Inserir os agentes de trânsito no rol dos beneficiários do Programa da Bolsa-Formação é medida justa e necessária, uma vez que esses profissionais desempenham atividades muito semelhantes à de segurança pública. Observa-se que, em diversas Unidades Federativas, os Departamentos de Trânsito (DETRANS) estão vinculados às respectivas Secretarias de Segurança Pública. Nesse contexto, seja sob o ponto de vista do perigo a que estão sujeitos esses servidores estaduais, seja pela ótica do seu posicionamento administrativo, a proposição promove justiça a esses profissionais uma vez que os alça à igualdade com seus homólogos”, afirmou Enio Bacci.

Durante a reunião da quarta-feira (17), os membros da CSPCCO também incluíram os agentes penitenciários entre os beneficiários do programa. Porém, há que se atentar que os agentes penitenciários já são contemplados pela legislação do PRONASCI (Lei n.º 11.530/2007).

Em 08 de junho de 2011, o PL 7.410/10 foi aprovado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). Após o exame da CSPCCO, o projeto será submetido à apreciação da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e da Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A proposta está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

(Agência Câmara de Notícias – 25/8/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

Comissão aprova obrigatoriedade de presídios manterem lista atualizada de presos

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira (24) proposta que obriga os presídios a manter atualizada a lista com os nomes dos presos. O texto também determina que serão emitidos gratuitamente, inclusive pela internet, qualquer certidão de antecedentes criminais e atestado de pena a cumprir.

Emitido pela Justiça, o atestado de pena a cumprir tem o objetivo de informar ao detento sobre a proximidade dos prazos para pedido de progressão de pena ou de liberdade condicional. Hoje, de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei 7210/84), o documento é emitido anualmente. Pela proposta, o atestado poderá ser emitido a qualquer tempo, sempre que for solicitado.

A medida aprovada está prevista no Projeto de Lei 7977/10, da Comissão de Legislação Participativa, que é resultado de sugestão do Conselho de Defesa Social do município de Estrela do Sul (MG). O texto original tratava somente da lista atualizada de presos e do atestado de pena a cumprir. A gratuidade da certidão de antecedentes criminais foi acrescentada à proposta por uma emenda da Comissão de Segurança Pública.

Presunção de inocência

A emenda aprovada pela Comissão também prevê que a certidão de antecedentes criminais somente citará processos após sentença transitada em julgado. Hoje, caso uma pessoa responda por um crime, por exemplo, mesmo sem sentença final condenatória, esse fato constará na certidão.

De acordo com o relator, Deputado Hugo Leal (PSC-RJ), a medida cumpre o princípio da presunção de inocência previsto na Constituição. "A proposta, portanto, tem a relevante função de proteger os direitos fundamentais já conquistados", disse.

Divulgação da lista

De acordo com o projeto, os presídios deverão elaborar todo mês uma listagem com os nomes dos presos, a data de início do cumprimento da pena, o dispositivo penal infringido e a modalidade da prisão de cada um deles.

A lista será encaminhada à Justiça, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a outros órgãos responsáveis pela prestação de assistência jurídica a presos. Atualmente a lei não prevê qualquer obrigação quanto à manutenção de listagem atualizada de detentos.

Hugo Leal elogiou a proposta e disse que a manutenção da lista vai garantir o controle do número de presos e, conseqüentemente, a identificação dos casos de superlotação das unidades prisionais. "Além disso, a identificação da data do início da pena e da modalidade da prisão permite o controle do cumprimento, pelo Estado, das regras legais relativas ao tempo máximo de privação de liberdade", afirmou.

Tramitação

A proposta, que tramita em regime de prioridade, segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise de constitucionalidade e mérito. Depois, será votada no Plenário.

(Agência Câmara de Notícias – 30/8/11)

Matéria relativa a audiência pública ocorrida em 30/8/11

Polícia Judiciária facilitará proteção a magistrados, afirma juiz

O Diretor da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Luis Bezerra, defendeu há pouco a criação da Polícia Judiciária. Segundo ele, a nova instituição dará agilidade à proteção dos juízes. "Um atraso de 15 dias para oferecer escolta pode levar à morte de um juiz", disse. Outra medida proposta por ele foi facilitar a compra de carros blindados e o registro de armas para os juízes.

O Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Bechara, defendeu a uniformização dos procedimentos de segurança da magistratura e do Ministério Público em todo o País. "Devemos sair do discurso e implantar medidas eficazes para garantir a segurança dessas pessoas", declarou.

Por sua vez, o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Alexandre Assis, pediu mais rigor no combate ao crime. "Assim, não haveria juízes considerados 'rigorosos' ou 'liberais', mas apenas juízes que cumprem a lei", afirmou.

Os debatedores participam de audiência pública sobre o crescente número de casos de intimidações e ameaças de morte sofridas por juízes e outros agentes públicos.

O debate, que é promovido pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, prossegue no Plenário 8.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 30/8/11)

Matéria relativa à proposição que tramitou na Comissão

Comissão de Segurança delibera sobre certidão de antecedentes criminais

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer, com emenda, do Projeto de Lei n.º 7.977/10, que estabelece normas relacionadas à execução penal, emissão de certidão de antecedentes criminais e atestados de penas a cumprir, na forma do texto apresentado pelo relator, deputado Hugo Leal (PSC/RJ).

De autoria da Comissão de Legislação Participativa (CLP), o PL propõe a alteração dos dispositivos da Lei de Execução Penal que versam sobre direitos do preso, competências do juiz de execução e capacidade física do estabelecimento penal. A proposta foi baseada em anteprojeto de lei encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul.

Segundo o texto apresentado, o preso terá direito a requerer a emissão gratuita de atestado de pena a cumprir. Ao juiz é imposta a disponibilidade do conteúdo do atestado em site na internet. Além disso, os estabelecimentos penais serão obrigados a encaminhar aos órgãos e autoridades com competências relativas à execução penal, a relação nominal dos presos existentes no estabelecimento penal, constando o dispositivo penal infringido, a data e modalidade de prisão. A data de referência será o dia 20 do mês anterior.

O relator do PL na CSPCCO, deputado Hugo Leal, destaca que a proposição significa um avanço para o controle da população carcerária tendo em vista que, pela certidão, a

fiscalização do tempo restante de execução de pena será mais eficiente, evitando assim que os presos que já deveriam ter sido soltos continuem anos em cativeiro.

O parlamentar também salientou a importância de se manter atualizado o censo carcerário. "A identificação nominal do preso permite o controle do efetivo encarcerado e, portanto, o controle de eventual esgotamento da capacidade da unidade prisional. Por sua vez, a data do início da pena e a modalidade da prisão permite o controle do cumprimento, pelo Estado, das regras legais relativas ao tempo máximo de privação de liberdade associado a cada modalidade de prisão, além de possibilitar o controle da incidência do direito de progressão de regime", afirmou.

Hugo Leal apresentou seu parecer na CSPCCO com uma emenda para garantir a gratuidade da certidão, bem como a presunção de inocência, diante da disponibilidade dos dados na internet. Para ele, os dados só poderão ser divulgados desde que haja sentença transitada em julgado. "A frase 'desde que haja sentença transitada em julgado' não tem somente a tarefa de apontar o futuro, inspirando a interpretação da futura lei. Tem, igualmente, a relevante função de proteger os direitos fundamentais já conquistados", justificou.

Após o exame da CSPCCO, o projeto será submetido à apreciação da Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para posteriormente ser analisado pelo Plenário da Câmara Federal.



(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 1º/9/11)

Matéria relativa à atividade da Comissão

Parlamentares da CSPCCO buscam informações sobre o caso da Juíza Patrícia Acioli no Rio de Janeiro

A comitiva esteve em reunião com os familiares da magistrada, com o Presidente do TJ/RJ, com o Presidente da AMERJ e com a Chefe da Polícia Civil do RJ.

O Deputado Mendonça Prado (DEM/SE), Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, juntamente com os Deputados Alessandro Molon (PT/RJ), Dr. Carlos Alberto (PMN/RJ), Hugo Leal (PSC/RJ), Alberto Filho (PMDB/MA) e Otávio Leite (PSDB/RJ), estiveram no Rio de Janeiro acompanhando as investigações sobre o assassinato da Juíza Patrícia Accioli.

O assassinato da magistrada aconteceu na noite da quinta-feira, 11 de agosto. De acordo com fontes da polícia, Patrícia Acioli, de 47 anos, levou 21 tiros na porta de casa em Niterói, e estava em uma lista de marcados para morrer. Nos últimos dez anos, a juíza foi responsável pela prisão de mais de 60 policiais ligados a milícias e a grupos de extermínio. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recentemente entrevistou na apuração do crime.

Os parlamentares da CSPCCO receberam informações do Dr. Tício Lins e Silva, advogado dos familiares da vítima, referente ao andamento do processo. Estiveram presentes na reunião, o enteado, primos, cunhados e tios da juíza. Os familiares lembraram o trabalho e a personalidade de Patrícia Acioli, enfatizando o seu idealismo pela justiça brasileira. Os deputados confortaram a família das vítimas e Mendonça Prado manifestou o apoio da Comissão.

A comitiva também esteve reunida com o Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ), Desembargador Manoel Alberto Rebelo dos Santos e com o Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMERJ), Desembargador Antônio César Rocha Antunes Siqueira.

O Presidente da CSPCCO enfatizou a necessidade de se aperfeiçoar o ordenamento jurídico para garantir mais segurança aos magistrados e salientou a importância do controle de armas no país. "Devemos estabelecer uma parceria com todos os agentes públicos para que o Poder Judiciário possa atender às expectativas da sociedade com maior segurança", afirmou.

Durante o encontro, o Presidente da AMERJ sugeriu algumas medidas: a criação de uma unidade específica para proteção de autoridades; a consultoria de um especialista de segurança nos projetos de construção dos prédios de Varas Criminais, entre outras. "Essas medidas não são privilégios, são todas fundamentais para a segurança dos juizes", afirmou o Desembargador.

Por fim, a comitiva esteve reunida com a Chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, a Delegada Martha Rocha. Na oportunidade, a delegada destacou que está investigando exaustivamente o crime e que todas as possibilidades estão sendo analisadas com cautela. "Esse é um caso complexo que vai levar à indicação de uma autoria".

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 6/9/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

CSPCCO rejeita porte de arma para Conselheiros Tutelares

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer pela rejeição do Projeto de Lei n.º 1.053/2011, que concede porte de arma aos Conselheiros Tutelares, na forma do texto apresentado pelo relator, Deputado Alexandre Leite (DEM/SP), com os votos contrários dos Deputados Jair Bolsonaro (PP/RJ) e Edio Lopes (PMDB/RR).

Atualmente, a proposta é de autoria do Deputado Dr. Ubiali (PSB/SP), todavia já foi anteriormente apresentada pelo ex-Deputado Márcio França. O autor justifica sua proposição, destacando a importância dos Conselhos Tutelares como órgãos encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Além disso, enfatiza o risco rotineiro dos Conselheiros, que visitam regularmente comunidades longínquas e perigosas e atendem casos no local, não sendo raro sofrerem ameaças, agressões físicas ou até mesmo perderem a vida no desempenho de suas funções.

“Os profissionais para os quais solicitamos o porte de armas são pessoas comprometidas com o futuro de nossa nação, com o equilíbrio social, mas que se encontram

vulneráveis às ações externas que comprometem seus próprios desempenhos e até mesmo as suas condições de vida, fazendo-se necessária a autorização para o porte de arma de fogo a esse servidor, quando no exercício de sua atividade”, afirma o Deputado Dr. Ubiali.

O relator, Deputado Alexandre Leite, justifica sua rejeição destacando o ímpeto de diversas categorias profissionais na busca pela alteração do Estatuto do Desarmamento, com a finalidade de demonstrar a necessidade de portar arma fora do serviço, ou durante sua permanência no trabalho.

“No caso de policiais civis, por exemplo, que têm a prerrogativa, não só de portar a arma fora do serviço, mas, em todo o território nacional, é concreto o risco que correm mesmo quando fora de atividade. Entretanto, no caso em análise, é completamente questionável que integrantes de Conselhos tutelares, façam jus ao porte de arma fora do serviço. É preciso esclarecer que a permissão da proliferação de armas é um equívoco na política de Segurança Pública.”, destacou Alexandre Leite.

(Agência Câmara de Notícias – 13/9/11)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 13/9/11

Conciliação em delitos de menor potencial ofensivo gera divergências

Delegados e integrantes do Poder Judiciário divergiram sobre o Projeto de Lei 1028/11, que autoriza delegados de polícia a promover conciliação entre as partes envolvidas em delitos de menor potencial ofensivo. O debate ocorreu durante audiência pública realizada nesta terça-feira pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para discutir a proposta.

Gabriel de Jesus Tedesco Wedy (Presidente da AJUFE), dep. Fernando Francischini (PSDB-PR), Antonio Henrique Graciano (representante da CONAMP), Siqueira Campos (Presidente do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF).

Delegados e integrantes do Poder Judiciário divergiram sobre o Projeto de Lei 1028/11, que autoriza delegados de polícia a promover conciliação entre as partes envolvidas em delitos de menor potencial ofensivo. O debate ocorreu durante audiência pública realizada nesta terça-feira pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para discutir a proposta.



O Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel de Jesus Tedesco, afirmou que o projeto é inconstitucional, pois viola o princípio da harmonia e independência dos poderes. Além disso, observou o juiz, as polícias dos estados não têm “estrutura material” para promover a conciliação. Segundo ele, se o projeto for aprovado será questionado pela Justiça. “Não vai durar 24 horas”, previu.

Para o representante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) Siqueira Campos o projeto quebra princípios constitucionais sem que haja a garantia da celeridade desejada.

Também o representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) Antônio Henrique

Suxberger manifestou-se contra a proposta, seguindo o mesmo raciocínio dos que o antecederam no debate.

Interesse corporativo

Já na opinião do Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Marcos Vinício de Souza Wink, o projeto atende apenas o interesse corporativo dos delegados. Segundo ele, a preocupação do Parlamento deveria ser com as outras categorias. “Vamos nos preocupar com os agentes de polícia que estão nas ruas; vamos nos preocupar com a PEC 300”, disse. A PEC 300 prevê um piso salarial nacional para os policiais e bombeiros militares.

Por sua vez, o representante da Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Marcos Leôncio Ribeiro, argumentou que já foi feita a correção técnica do projeto. O delegado ressaltou que a magistratura paulista aprova o projeto.

Com a aprovação da medida, acrescentou, o cidadão tem o direito de compor rapidamente os seus danos. “A justiça que tarda não é justiça”, disse. Se o projeto for rejeitado,

advertiu, está-se negando ao cidadão o direito de ter a sua queixa resolvida rapidamente.

No entendimento do representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol-BR), Fernando Lopes Nogueira, o delegado é o mediador preparado a promover a conciliação entre as partes envolvidas em delitos de menor potencial ofensivo. Em sua avaliação, o projeto não usurpa a função do juiz. “A sociedade não pode sofrer por questões de carreira”, disse.

Autor do requerimento para realização do debate, o Deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) observou que, se o projeto não puder ser aprovado como está, é preciso encontrar uma saída para dar mais celeridade ao processo e desafogar o Poder Judiciário.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 15/9/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

Comissão de Segurança aprova projeto que proíbe o cerol

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer, com complementação de voto, do Projeto de Lei n.º 402/2011, que proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado semelhante aplicado nas linhas utilizadas para manusear pipas, papagaios ou pandorgas. O parecer foi aprovado na última quarta-feira (14), na forma do substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Edio Lopes (PMDB/RR).

De acordo com a autora do PL, deputada Nilda Gondim (PMDB/PB), considera-se cerol a mistura de pó de vidro ou material análogo (moído ou triturado) com a adição de cola de madeira ou outra substância glutinosa, passada na linha dos brinquedos para torná-la agudo cortante.

“O cerol é uma substância bastante perigosa e tem trazido uma série de transtornos a muitos, especialmente nos períodos de férias. Os mais atingidos são motociclistas e ciclistas. O material é capaz de provocar lesões, mutilações ou pior ainda, causar a morte. Isso em decorrência de irresponsabilidades e negligências dos que usam tal meio como diversão. Sem a mínima preocupação com os resultados que a brincadeira pode trazer. Tampouco se pessoas venham a ser surpreendidas abruptamente com os fios ou linhas quase invisíveis”, explica a deputada.

O relator do PL concorda com o entendimento da autora, afirmando que a situação é tão grave que já se fabricam varetas no formato de antenas a serem fixadas nas motocicletas, para impedir que as linhas, caídas nos vãos das ruas e vielas, acabem por degolar os motociclistas. Além disso, o parlamentar destaca o prejuízo aos equipamentos públicos, pela danificação dos cabos elétricos de iluminação pública e distribuição de energia, onde caem as linhas das pipas, que, por fricção, acabam causando curtos-circuitos, rompimento e queda dos cabos, ocasionando novos acidentes e a interrupção no fornecimento de energia.

Durante a apreciação da CSPCCO, Edio Lopes incluiu no texto do projeto a aplicação da penalidade também para o uso da “linha chilena”, composta por óxido de alumínio e silício ou quartzo moído. Além disso, o parlamentar propôs a criminalização das condutas referidas à fabricação, ainda que artesanalmente, importação, depósito, comercialização ou intermediação desses produtos, estabelecendo detenção de três a seis anos, e multa.

O parecer do projeto foi aprovado na Comissão de Segurança, com o voto contrário dos Deputados Alessandro Molon (PT/RJ) e Lourival Mendes (PTdoB/MA). Após o exame da CSPCCO, o projeto será analisado pela Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pode ter sua apreciação concluída por essas Comissões.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 20/9/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

CSPCCO aprova PL para proibir divulgação de informações sobre investigações policiais

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer, com complementação de voto, do Projeto de Lei n.º 410/2011, que altera o Código de Processo Penal e o Código de Processo Penal Militar, para dispor sobre vedações à divulgação de informações sobre investigações policiais. O parecer foi aprovado na reunião da quarta-feira (14), na forma do texto apresentado pelo relator, Deputado Dr. Carlos Alberto (PMN/RJ).

Em sua justificativa, o autor do PL, Deputado Fábio Faria (PMN/RN), explica que a proposta pretende estabelecer vedações à autoridade policial e seus subordinados, e aos demais agentes públicos integrantes do sistema de persecução criminal, relativas à divulgação de técnicas investigativas e ao proveito obtido pelos delinquentes com o ato criminoso.

As vedações são idênticas, tanto para a autoridade policial civil, como para a militar, e referem-se à impossibilidade de se mandar arquivar autos de inquérito ou de termo circunstanciado ou de divulgar, pessoalmente ou por seus agentes, a técnica investigativa utilizada, o modo de operação do infrator e o valor estimado do produto da infração penal ou do proveito obtido pelo infrator. Todavia, há uma exceção: quando a divulgação for feita em evento ou em uma produção acadêmica, ou implicar alerta à população.

“É comum, após as investigações ou operações policiais, a divulgação, pela imprensa, de detalhes acerca das técnicas investigativas e do modus operandi dos delinquentes. Essa divulgação é duplamente prejudicial à prevenção geral resultante da persecução criminal. Por um lado, alerta aos infratores sobre a forma de atuação policial, levando-os a se especializarem cada vez mais na burla aos mecanismos de prevenção e repressão. Por outro, induz potenciais

delinquentes à reprodução da atividade criminosa, utilizando a técnica “ensinada” pela própria polícia”, explica o parlamentar.

O relator do PL concorda com o entendimento do autor, lembrando que o comportamento humano é frequentemente baseado na observação do outro, conforme as abordagens psicológicas e sociológicas da teoria da aprendizagem social. “A divulgação pela mídia das técnicas utilizadas em um crime e das falhas cometidas que permitiram uma atuação eficaz dos órgãos de segurança pública no seu combate, não só estimulam a que outros indivíduos tentem copiar o crime cometido como ainda dificultam a atuação policial na defesa da vida e do patrimônio dos cidadãos, uma vez que o novo ato ilícito não incorrerá nas falhas que permitiram o sucesso anterior da atuação policial”, destacou Dr. Carlos Alberto.

O Deputado Delegado Protógenes (PCdoB/SP) apresentou voto em separado, o qual foi acatado pelo relator. Segundo ele, a autoridade deve assegurar, no inquérito policial, o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Estado, ressalvado o acesso à defesa de dados da investigação, exceto interceptação telefônica, telemática, quebra de contas bancárias e dados fiscais.

“O que ocorre normalmente é a divulgação da investigação ou ação judicial concluída de casos de repercussão nacional que envolva corrupção e desvio de dinheiro público, o que é dever do poder público de prestar contas à sociedade dos crimes praticados contra a administração pública em geral”, esclareceu Delegado Protógenes.

Após o exame da CSPCCO, o projeto será analisado pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), podendo ter sua apreciação concluída por essas Comissões.

(Agência Câmara de Notícias – 20/9/11)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 20/9/11

Contrabando: Polícia Rodoviária reclama de efetivo restrito nas fronteiras

O Chefe da Divisão de Combate ao Crime do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PRF), Moisés Dionísio da Silva, afirmou que atualmente existem 99 unidades da força localizadas a até 100 km da fronteira entre Brasil e Paraguai. Segundo ele, embora haja ao todo 500 homens da PRF por dia nesta região, este número precisaria ser pelo menos duas vezes maior. “Não temos dúvida que o nosso efetivo é baixíssimo. O cigarro é tão rentável quanto as drogas, porém, a pena para quem trafica é muito maior do que para quem faz contrabando ou descaminho de cigarro e isso atrai um grande número de criminosos”, explicou o inspetor.

Ainda segundo ele, o problema do contrabando é moral, por que muitos brasileiros defendem este tipo de crime. “Existe no imaginário popular uma ideia de que trazer cigarros do Paraguai ilegalmente é apenas uma maneira de ganhar a vida”, lamentou.

A audiência pública sobre o contrabando e o descaminho de cigarros vindos do Paraguai realizada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado já se encerrou.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 20/9/11)

Matéria relativa ao Seminário “Os Investimentos na Área da Segurança Pública nos Estados Brasileiros” – Etapa Pernambuco, ocorrido em Recife-PE.

Seminário sobre investimentos nos Estados produz a “Carta de Recife”



A Subcomissão Permanente para Estudar Políticas, Orçamento e Financiamento da Segurança Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, realizou, na última sexta-feira (16), o segundo seminário com o intuito de estudar a situação atual dos investimentos que estão sendo feitos na área da segurança pública nos Estados brasileiros.

O segundo seminário aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, na cidade de Recife – PE. Os participantes da região produziram a “Carta de Recife”, documento que destaca as propostas mais importantes e discutidas no evento e as demandas necessárias.

O primeiro evento aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, na cidade de São Luís – MA, no início de agosto. Assim como a “Carta de São Luís”, a “Carta de Recife” considera que o Governo Brasileiro, em suas diversas instâncias, não dedica à segurança pública a necessária atenção no que diz respeito aos recursos orçamentários a ela destinados, e por isso, propõe que a segurança pública deve ser prioridade efetiva do Governo.

Em se tratando das verbas públicas, o documento destacou a importância das autoridades constituídas pelo Governo Federal, em especial as compreendidas no Ministério da Justiça, descentralizarem recursos, a fim de liberar com rapidez aqueles previstos para o Fundo Nacional de Segurança Pública e para o Fundo Penitenciário Nacional; o apoio a medidas e disposições legais com o intuito de garantir um percentual mínimo de recursos orçamentários e financeiros em favor do setor e evitar eventuais limitações de empenho; e a criação do Ministério da Segurança Pública.

No que se refere aos profissionais do setor, a “Carta de Recife” também promoveu a valorização das categorias, incluindo os agentes do sistema penitenciário nacional e oportunizando treinamento, melhores condições de trabalho e realização de concursos públicos; o apoio a ações voltadas ao reaparelhamento das instituições do sistema penitenciário, estabelecendo inclusive acesso as novas tecnologias; e a necessidade da votação urgente em segundo turno da PEC 300/08, que trata do piso nacional para o operador da segurança pública.

Além disso, o documento da Subcomissão propôs uma maior integração das esferas federal, estadual e municipal, com vistas ao combate do crime organizado e ao enfrentamento do tráfico de drogas; tornar visíveis outras fontes de recursos, tais como as advindas do pré-sal e as decorrentes de um maior controle das riquezas minerais ou fruto do combate mais eficaz da evasão de divisas e da lavagem de recursos; divulgar o abandono e da situação precária das instalações do IML, das cadeias públicas e das penitenciárias estaduais; criar o regime disciplinar próprio, nos Estados que ainda não possuem, em substituição ao Regime Disciplinar do Exército; integralizar e compartilhar informações de caráter nacional, unificando os dados estaduais e municipais.

Por fim, os participantes enfatizaram na “Carta de Recife”, entre outros dispositivos, o apoio a medidas que busquem integralizar ações de segurança pública com outras voltadas a valorizar as bases da cidadania, especialmente em localidades desassistidas pelo Estado; que objetivem o fortalecimento da segurança das fronteiras do País; e que visem à criação e ao fortalecimento de políticas públicas com vistas a reduzir a violência doméstica e urbana, e os crimes hediondos.

O evento foi proposto pelos deputados José Augusto Maia (PTB/PE) e Lourival Mendes (PTdoB/MA), respectivamente, presidente e relator da Subcomissão. A deputada Keiko Ota (PSB/SP), membro titular da CSPCCO, também compôs a mesa de convidados. Uma série de eventos e viagens está sendo organizada, com o intuito de, ao fim de seus trabalhos, propor medidas efetivas destinadas à dotação de recursos financeiros suficientes para o bom funcionamento dos setores ligados à segurança pública.

As etapas Pernambuco, São Paulo, Acre e Paraná foram propostas pelos deputados José Augusto Maia (PTB/PE) e Delegado Protógenes (PCdoB/SP). A CSPCCO também incluiu os Estados de Goiás e do Piauí, respectivamente por solicitação dos deputados João Campos (PSDB/GO) e Marllós Sampaio (PMDB/PI). Nesses Estados, ainda não há data e programação definida.

(Agência Câmara de Notícias – 20/9/11)

Matéria relativa a audiência pública realizada pela Comissão

Baixos impostos paraguaios atraem contrabandistas de cigarros, diz Receita

O representante da Receita Federal do Brasil, Marcelo Fisch, destacou nesta terça-feira, em audiência na Câmara, que a pequena carga tributária do Paraguai atrai criminosos interessados em investir na produção de cigarros. Segundo ele, o Chile e o Uruguai têm taxa de tributos sobre o tabaco de aproximadamente 75% e o Brasil tem cerca de 60%, a qual deve subir com algumas leis que estão tramitando na Câmara. Já o Paraguai, tem carga tributária de apenas 18% sobre o fumo. A audiência pública sobre cigarro paraguaio foi promovida pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Fisch afirmou ainda que, com o descaminho e o contrabando, o Brasil deixa de arrecadar mais de R\$ 2 bilhões anualmente. Ele acredita que o Paraguai tem mais dificuldade para realizar o combate do que o Brasil. Para ele, os recursos no País vizinho são ainda mais escassos. Porém, acrescentou, se os órgãos de fiscalização paraguaios sofrem com a falta de investimento, as quadrilhas produtoras de tabaco têm grande poderio econômico. O país vizinho já tem 59 fábricas de cigarros e a produção está em franco crescimento.

O auditor fiscal da Receita Federal, Waltoedson Dourado, defendeu o fortalecimento da atuação integrada dos órgãos de segurança. Para ele é importante entrelaçar as ações da Receita Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal e dos órgãos de segurança estaduais. O auditor também defende o crescimento do efetivo destas forças policiais. "Atualmente temos 600 auditores atuando na fronteira. Porém, estudos mostram que precisaríamos ter no mínimo 1800 servidores atuando no combate aos crimes fiscais", defendeu Dourado.

Falta vontade política

Para o jornalista Marcelo Rezende a solução para o problema é do conhecimento de todos: fiscalização. "As fronteiras são regiões difíceis de controlar. Porém, isto não é desculpa para a falta de pessoal que vai trabalhar no combate aos delitos. Falta vontade política", defendeu o jornalista que realizou reportagem extensa sobre o tema, o que levou os

Deputados Enio Bacci (PDT-RS) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) a proporem a audiência pública.

Rezende afirmou ainda que o problema não está só nas fronteiras, mas também em outros pontos de entrada de mercadorias no País. Segundo ele, no porto de Santos existem apenas 160 auditores fiscais, enquanto no porto de Amsterdam, que é menor que o brasileiro, existem 4.000 auditores.

Além da falta de pessoal, Rezende acredita ainda que faltam recursos. "Os órgãos que trabalham neste combate atuam com muita eficiência. O que nós precisamos é de mais investimentos, mais capacitação, mais homens para que nós consigamos obter melhores resultados. Nós temos 6.500 quilômetros de fronteira seca com Paraguai, Bolívia e Colômbia, e estas regiões ficam muito abandonadas", afirmou Rezende.

Baixo preço, baixa qualidade

O Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), Roberto Abdenur, afirmou que, no Paraguai, a carga tributária representa apenas 15% do preço final do produto, enquanto no Brasil esta carga é muito maior. Segundo ele, 1/3 da produção paraguaia vem para o Brasil. Porém, apenas 4% destes cigarros são exportados legalmente.

Abdenur disse que o preço médio do maço de cigarro no Brasil é R\$ 4,00. O produto ilegal é vendido por menos da metade deste preço. Por isso, só no Centro-Oeste, o contrabando representa 40% do mercado. No Sudeste, os cigarros ilegais perfazem 11% do mercado. No Sul, são 22%. Nas outras regiões esses números são menos significativos.

Roberto Abdenur mostrou dados que comprovam que a produção do cigarro paraguaio não observa qualquer tipo de cuidado sanitário. "Uma pesquisa da Universidade Estadual do Paraná provou que o cigarro contrabandeado tem grande incidência de pedaços de insetos, bactérias, fungos, metais, entre outros", afirma o Presidente da ETCO.

(Agência Câmara de Notícias – 23/9/11)

Matéria relativa a audiência pública realizada pela CSPCCO

Comissão pede à PF relatório sobre registro de armas

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado solicitou à Polícia Federal um relatório completo dos pedidos de registro de armas concedidos ou não. De acordo com parlamentares, os pedidos de registros ou renovações de posse de arma têm sido negados de forma arbitrária.

O Deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP), autor do requerimento para realizar a audiência pública sobre o assunto nesta quinta-feira, disse que a PF está usando um formulário padrão para indeferir os pedidos de forma subjetiva. "É uma insegurança não só do ponto de vista legal, mas também no aspecto de segurança pessoal, porque aqueles portadores de armas registradas passam a atuar na ilegalidade ao terem a renovação do seu registro indeferida", afirmou.

Quem compra uma arma precisa ter um registro na PF. O interessado precisa atender a diversos requisitos. Entre eles, fazer exames psicotécnico e físico e apresentar certidões

de que não tem ficha criminal. A cada três anos, esse registro deve ser renovado.

Índice

De acordo com o Delegado da PF Douglas Saldanha, 10% dos pedidos de registro nos últimos anos foram negados por não atender a algum dos requisitos. Ele disse que não há uma diretriz da PF de negar os pedidos. "Entre as razões para o indeferimento estão, por exemplo, os fatos de a pessoa ter ultrapassado o limite de seis armas; de a arma ser inadequada para a finalidade para a qual o registro foi solicitado; de existirem antecedentes criminais; ou de o interessado não ter passado pelos exames técnicos", explicou.

A pessoa também precisa indicar fatos e circunstâncias que justifiquem a necessidade daquela arma. Saldanha negou que haja orientações diferentes nos diversos estados, mas ressaltou que cada lugar pode legislar de forma complementar para se adequar às exigências do Judiciário local, nos limites da lei.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 3/10/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

CSPCCO aprova PL que garante seguro de vida aos profissionais da segurança pública

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do Projeto de Lei n.º 5.017/05. O texto do PL foi aprovado no formato apresentado pelo Deputado Otoniel Lima (PRB/SP), com substitutivo, resultando na instituição de um seguro de vida e de acidentes para os policiais federais, rodoviários federais, civis e militares e para os bombeiros militares, entre outras providências.

Explica o autor do PL n.º 5.017/05, o ex-Deputado Cabo Júlio (PMDB/MG), que a proposta pretende garantir aos dependentes do policial militar e do bombeiro militar, morto no cumprimento do dever, em serviço ou não, o pagamento de uma indenização. O objetivo é corrigir uma injustiça legal, eliminando a omissão da norma federal em relação às garantias desses profissionais da área de segurança pública.

“Em diversos Estados, há o pagamento de um seguro que cobre as hipóteses de morte do policial ou do bombeiro militar em razão de ato em serviço. Porém, não é prática comum que esse seguro cubra os casos de morte do militar em razão de ato praticado ou sofrido em decorrência do dever funcional ou da condição de militar estadual.”, destacou o autor.

Outras proposições foram apensadas a esse PL sobre o mesmo tema. Durante a apreciação da CSPCCO, a proposta recebeu três emendas. O Deputado Otoniel Lima, relator do PL na Comissão de Segurança, concorda com o entendimento do autor, porém alterou o texto original.

O substitutivo apresentado pelo relator da CSPCCO estabelece a instituição, no âmbito dos entes federados, de um seguro para a cobertura de acidentes e morte, custeado com recursos públicos, para os integrantes dos respectivos órgãos de segurança pública, que forem vítimas do desempenho de suas funções ou em decorrência delas.

“Sob o ponto de vista da segurança pública, mesmo reconhecendo que possa haver alguma polêmica, a obrigatoriedade de instituição de indenização ou de seguro, nos termos propostos e desde que com as adaptações necessárias para que se preserve a autonomia estadual, encontra amparo nos referidos dispositivos constitucionais, podendo ser inserida no rol das garantias ali mencionadas”, justificou Otoniel Lima.

As condições de concessão do seguro serão disciplinadas por legislação estadual e do Distrito Federal, e pelo regulamento no caso dos policiais de nível federal, observadas as respectivas disponibilidades de recursos orçamentários e financeiros. Quanto à forma de indenização e às condições de concessão, incluindo a definição dos beneficiários, as decisões pertinentes ficam a cargo de cada ente federado.

Após o exame da CSPCCO, o projeto será submetido à apreciação das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP); Finanças e Tributação (CFT); e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A proposta está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 4/10/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

CSPCCO rejeita PL que pretendia terceirizar sistema prisional feminino

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer pela rejeição do Projeto de Lei n.º 7.317/10, que acrescenta dispositivo na Lei de Execução Penal (LEP) para adequar o sistema prisional feminino a modelos de terceirização já adotados em outros setores, na forma do texto apresentado pela relatora, deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC).

De autoria do Deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), a proposta pretende estabelecer que a assistência prisional, quando se tratar de presidiárias, poderá ser executada por empresas privadas que estabelecerão contrato de parceria com o Poder Público, por meio de licitação.

A direção, a supervisão e a coordenação dos presídios femininos serão realizadas por membros nomeados pelo Poder Público, incumbindo-lhes a orientação técnica das atividades a serem prestadas pela empresa que vier firmar contrato de parceria. Por sua vez, essas empresas deverão encaminhar ao juízo de execuções penais, relatório circunstanciado das atividades por elas desenvolvidas, detalhando, entre outras informações, o comportamento apresentado pelas detentas.

Justifica o autor do PL que poucas prisões femininas, como os estabelecimentos de Natal e Brasília, atendem sua capacidade ideal. Todavia, a maioria dos estabelecimentos penais está superlotada e não conta com áreas destinadas a exercício físico e banho de sol. Muitas delas incluem apenas pequenos pátios pavimentados.

“Existem no País algumas experiências de terceirização de serviços penitenciários com resultados

bastante satisfatórios, como ocorre nos Estados do Paraná e do Ceará, onde se observou a melhoria da qualidade das condições de funcionamento dos presídios sem prejuízo da segurança”, acrescentou Jorge Tadeu Mudalen.

A relatora, deputada Perpétua Almeida, justifica sua rejeição enfatizando que a LEP (em seus arts. 10 e 11) deixa claro o provimento pelo Estado da assistência ao egresso e ao prisioneiro, constituindo-se em seu dever. “É óbvio que tal dever não pode ser substituído por iniciativas, ainda que pontuais, do setor privado cujo objetivo principal é o lucro. Essa questão se torna mais delicada diante da atual realidade de desorganização do sistema prisional no País”, explicou.

A relatora da CSPCCO destacou que o projeto em questão pode criar um precedente para a privatização no contexto da execução penal, mesmo que a medida seja aplicada apenas para prisioneiras do sexo feminino. “Não vemos motivos para aplicação de tal medida, considerada benéfica pelo nobre autor, apenas para as mulheres. Se tão benéfica fosse, são os homens aprisionados os que mais precisam delas, uma vez que permanecem vivendo amontoados e, por vezes, em condições desumanas nos presídios brasileiros”, afirmou a parlamentar.

Durante o exame do PL na Comissão de Segurança, apresentou voto em separado o Deputado Alexandre Leite (DEM/SP), em concordância com o entendimento do autor. Após o parecer da CSPCCO, o projeto será submetido à apreciação da Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A proposta está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 5/10/11)

Matéria relativa ao Seminário “A Valorização do Servidor de Segurança Pública”, ocorrido nos dias 29 e 30 de setembro, em Aracaju-SE

CSPCCO realiza seminário em Aracaju sobre valorização do servidor de segurança pública

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados realizou, nos dias 29 e 30 de setembro, o seminário sobre “A Valorização do Servidor de Segurança Pública”. O evento aconteceu no auditório da Universidade Tiradentes (UNIT), na cidade de Aracaju – SE.

De iniciativa do deputado federal Mendonça Prado (DEM/SE), presidente da CSPCCO, o seminário teve como público-alvo os operadores e estudantes de Direito, os profissionais da polícia militar, civil e federal, os guardas municipais, os agentes penitenciários e a sociedade em geral.

O parlamentar justifica a realização do evento destacando que os baixos salários, os planos de carreiras ultrapassados ou inexistentes, a falta de equipamentos e de respaldo governamental são apenas algumas das dificuldades enfrentadas pelas polícias e corpos de bombeiros no Brasil.

“É com essa realidade que convivem milhares de homens e mulheres, pessoas que dedicam suas vidas a garantir a segurança de todos os cidadãos brasileiros. Por outro lado, são esses profissionais os primeiros a serem cobrados pela população, em seu justo anseio por uma segurança melhor. Assim sendo, é inaceitável a situação de completa desvalorização por que passam os servidores de segurança pública em nosso país”, afirmou Mendonça Prado.

Na abertura do seminário, realizada na quinta-feira (29), a mesa foi composta pelo deputado federal Pastor Eurico; pelo deputado estadual Capitão Samuel, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Sergipe; por Jorge Fernando Stangerlin, Corregedor Regional da Polícia Federal de Sergipe; por Major Corrêa, representando o Comandante da 19ª Circunscrição de Serviço Militar; pelo capitão de Fragata Eron Marçal, Comandante da

Capitania dos Portos de Sergipe; pelo coronel Antônio Vieira, representando o Comando da Polícia Militar de Sergipe; pelo capitão Rogério Alves, do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Aracaju; e pelo capitão Regus, representando o 28º Batalhão de Caçadores.

Ainda no primeiro dia (29), foram apresentados dois painéis. O primeiro aconteceu às 15h30, sobre Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil. Na ocasião, o palestrante Julio Jacobo, argentino, sociólogo, diretor do Instituto Sangari e coordenador do Mapa da Violência 2011 fez um diagnóstico sobre como a violência tem levado à morte de brasileiros, especialmente os jovens, nos grandes centros urbanos e também no interior do país.

O segundo painel tinha por tema “A atuação dos profissionais da Polícia Civil” e foi proferido pelo Delegado de Polícia Civil do Estado do Goiás, o deputado federal João Campos, que também é membro da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Na sexta-feira (30), no decorrer do dia, foram apresentados seis painéis: sobre a inteligência na Polícia Civil;

sobre a atuação e necessidade da valorização do profissional da Polícia Civil; da Polícia Federal; da Polícia Militar; sobre a Nova Lei das Cautelares; e sobre a valorização do profissional de segurança pública na visão do cidadão.

Entre os palestrantes do segundo dia, participaram: o deputado federal Delegado Protógenes; o coronel Paes de Lira, Polícia Militar do Estado de São Paulo; Iran Alves da Silva, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários e Servidores da SEJUC de Sergipe; Ney Lucio dos Santos, Presidente do Sindicato das Guardas Municipais e Agentes de Trânsito de Sergipe; o sargento Jorge Vieira, Polícia Militar do Estado de Sergipe; o sargento Edgar Menezes Silva Filho, Polícia Militar do Estado de Sergipe; e o advogado Carlos Alberto Menezes.



(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 5/10/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

CSPCCO rejeita porte de arma para agentes socioeducativos

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer pela rejeição do Projeto de Lei n.º 1.060/2011, que concede porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, entre outras providências, na forma do texto apresentado pelo relator, Deputado Alexandre Leite (DEM/SP).

Atualmente, a proposta é de autoria do Deputado Dr. Ubiali (PSB/SP), todavia já foi anteriormente apresentada pelo ex-Deputado Márcio França. De acordo com o texto do PL, os integrantes do quadro efetivo dos agentes de segurança socioeducativos e guardas prisionais, bem como os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação, mesmo fora de serviço.

“Os profissionais para os quais solicitamos o porte de armas são pessoas comprometidas não só com a segurança dos jovens infratores no interior das unidades de internação, mas como também de todos os prepostos que ali se encontram e da sociedade em geral. Ora, todos sabem o ambiente e risco que tais agentes enfrentam no dia a dia, não

sendo coerente dar-lhes tratamento diferenciado nessa questão”, afirmou o Deputado Dr. Ubiali.

O relator, Deputado Alexandre Leite, justifica sua rejeição destacando que a atividade fim do agente de segurança socioeducativo, de acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), é zelar pela integridade física e moral do interno; cuidar de sua segurança, alimentação e higiene pessoal; conduzi-lo para audiências, hospitais ou outras instituições; contribuir para o retorno a sociedade; ajudá-lo nas etapas de sua reeducação; entre outros.

“Levando em consideração a atividade de o agente socioeducador ser essencialmente tutorial, mestra, protetora, catedrática, doutora, educadora, e não punitiva, não tem caráter penalizatório, não se trata de um castigo a ser aplicado. Portanto, não vemos nesse desfecho que exista a necessidade de porte de armas, posteriormente a esta atividade laboral, haja vista, a mesma exposição, a mesma exibição e mostra que este profissional se encontra no meio social para com a criminalidade que nos assola hoje em dia, é a mesma que todos os civis se encontram. Não há que se falar em porte de armas para uma categoria a qual tem um teor docente”, destacou Alexandre Leite.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 18/10/11)

Matéria relativa ao seminário “Políticas Públicas Antibullying”, realizado pela Comissão

“Políticas Públicas Antibullying” é tema de Seminário da CSPCCO



A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados está realizando um seminário com o objetivo de discutir o desenvolvimento de política “antibullying” por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, disposto no Projeto de Lei nº 7.457 de 2010. O evento acontece durante todo o dia, no Plenário 06 do Anexo II, das 9h às 17h.

Para a abertura, a mesa será composta pelo deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados; deputado Mendonça Prado, Presidente da CSPCCO; e deputado William Dib (PSDB/SP), autor do Requerimento e relator do PL 7.457/10.

O seminário foi proposto pelo deputado William Dib e pela deputada Keiko Ota (PSB/SP), membros da CSPCCO, através dos respectivos Requerimentos n.º 46/11 e 21/11. “Essas autoridades, juntamente com as demais, poderão expor as ações desenvolvidas em suas respectivas áreas de atuação, o que contribuirá para que esta Comissão possa

discutir, votar e aperfeiçoar o projeto de lei em apreço”, justificou o parlamentar.

O primeiro painel, previsto para as 9h30, tem por tema “O papel e as ações do Ministério da Educação nas políticas educacionais antibullying” e será debatido por Danielly dos Santos Queiros, socióloga, representante do Ministério da Educação. Às 10h, o tema a ser debatido é “O papel e as ações do Ministério da Saúde nas políticas antibullying”, que terá como palestrante o Ministro da Saúde Alexandre Padilha. O terceiro painel será sobre “O Conselho Nacional de Justiça e as medidas antibullying, no campo da Justiça”. Está marcado para as 10h30 e terá como palestrante o Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Gilberto Valente Martins.

Às 11h acontecerá o painel sobre “Livros e trabalhos publicados na área”. Para abordar o assunto, foram convidados: a autora dos livros “A História da Menina e o Medo da Menina” e “O Menino e a Mãe do Menino”, doutora pelo Instituto de Psicologia da USP e professora da UNICAMP, Luciene Tognetta; a Orientadora Pedagógica, Mestre em Gestão em Educação, Eliane Gomes Quinonero; e a psicóloga com atuação nas áreas de psicoterapia infantil e de adolescentes e autora do livro “Guia Prático dos Pais”, Suzy Camacho.

À tarde, será realizado o 5º painel sobre “O papel e as ações das entidades representativas dos estudantes nas medidas antibullying”, debatido por Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; o 6º painel sobre “Os meios de comunicação como medida de mudança cultural e preventiva antibullying”, tendo como palestrante o cartunista Maurício de Sousa; e o 7º painel sobre os “Projetos em tramitação e leis antibullying editadas no Estado de São Paulo”, debatido pelos Deputados Federais Jonas Donizette (PSB/SP) e Marcelo Aguiar (PSC/SP). Por fim, o último painel tem por tema os “Projetos em tramitação na Câmara dos Deputados” e será conduzido pelo deputado federal William Dib.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 18/10/11)

Matéria relativa ao seminário “Políticas Públicas Antibullying”,
realizado pela Comissão

MEC apresenta programas para o combate ao *bullying* no Seminário da CSPCCO



Neste momento acontece o Seminário “Políticas Públicas Antibullying” promovido pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados. O evento ocorrerá durante todo o dia no Plenário 6 do Anexo II.

O primeiro painel sobre “O papel e as ações do Ministério da Educação nas políticas educacionais antibullying”, contou com a participação da socióloga Danielly dos Santos Queiros, representante do MEC. “As violências contra crianças e adolescentes demandam esforços sociais e políticas públicas, em especial as educacionais”, destacou.

A socióloga apresentou vários projetos e programas de Governo que buscam o enfrentamento ao *bullying* como violação de direitos de crianças e adolescentes, entre eles, o “Projeto Escola que Protege”; o “Projeto Ciranda dos Direitos”; o “Projeto ECA nas Escolas”; e o “Projeto Ética e Cidadania”.

Além disso, a representante do MEC destacou os eventos realizados pelo Ministério sobre o tema e as mudanças na Lei de Diretrizes Básicas da Educação. Alterada pela Lei nº 11.525/2007, a LDB terá a obrigação de incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo e no material didático do ensino fundamental, tendo como diretriz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

“A inserção do ECA como conteúdo obrigatório no ensino fundamental tem como objetivo principal a promoção dos direitos da criança e do adolescente, buscando parcerias junto a escola para a efetivação da proteção integral e tentando diminuir sua exposição às situações de violação de direitos”, afirmou a socióloga Danielly dos Santos Queiros.

Danielly também reiterou que o Ministério da Educação contratou a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/UERJ) para realizar pesquisa, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) sobre “Violência e Convivência nas Escolas Brasileiras”. Esta publicação deve ser distribuída em 2012 para professores e gestores da Educação Básica.

O terceiro painel já foi iniciado e trata sobre “O Conselho Nacional de Justiça e as medidas antibullying, no campo da Justiça”, com a palestra do Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Gilberto Valente Martins.

O seminário foi proposto pelo Deputado William Dib e pela deputada Keiko Ota (PSB/SP), membros da CSPCCO, através dos respectivos Requerimentos n.º 46/11 e 21/11. O objetivo do seminário é discutir o desenvolvimento de política “antibullying” por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, disposto no Projeto de Lei nº 7.457 de 2010.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 18/10/11)

Matéria relativa ao seminário “Políticas Públicas Antibullying”, realizado pela Comissão

Autoras destacam a importância da educação no combate ao Bullying

Autoras de publicações infanto-juvenis destacam a importância da educação no combate ao *Bullying*. O Seminário “Políticas Públicas Antibullying” promovido pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados continua acontecendo no Plenário 6 do Anexo II.

O quarto painel trata dos “Livros e trabalhos publicados na área”. A primeira palestra foi apresentada pela autora dos livros “A História da Menina e o Medo da Menina” e “O Menino e a Mãe do Menino”, doutora pelo Instituto de Psicologia da USP e professora da UNICAMP, Luciene Tognetta. “Precisamos de educadores que sejam pesquisadores, que entendam de desenvolvimento urbano para poderem intervir no *Bullying*”, afirmou.

Luciene Tognetta explicou os atos de violência do *Bullying* sob o aspecto da psicologia moral. Para ela, o problema pode ser resolvido através de medidas educacionais e mudanças de comportamentos. No que se refere à vítima: pela busca da superação dos medos; pelo enfrentamento da própria criança e adolescente, através do fortalecimento de sua autoestima; pela expressão de seus sentimentos; e pela necessidade do jovem de se sentir valorizado. No que se refere ao autor de bullying: aprender a se sensibilizar com o outro, com o diferente, e integrar valores morais a sua hierarquia ética pessoal. E quanto ao espectador de *bullying*: aprender a se indignar.

A Orientadora Pedagógica, Mestre em Gestão em Educação, Eliane Gomes Quinonero destacou que a escola é alvo de uma séria de expectativas que hoje não são satisfeitas, tendo em vista que o estabelecimento de ensino não dá conta de atender a todas as demandas. “Os modelos de gestão educacional devem estar vinculados a reformas institucionais pautadas em categorias que supram as

demandas locais e, expressem a realidade na qual está inserida à escola.”

Segundo ela, a escola é o local privilegiado onde as transformações sociais e os sistemas de ensino ocorrem de fato. “Uma política de formação de seus educadores pode ser um alavancador do processo de discussão coletiva no interior da escola. Os sistemas de ensino e as escolas devem assegurar nas orientações curriculares, nos projetos pedagógicos educacionais e nas práticas pedagógicas: sentimentos, emoções e valores. A participação da escola é fundamental para a construção de programas antibullying, porém esta ação não é solitária, não é só da escola, é da família também”.



A psicóloga com atuação nas áreas de psicoterapia infantil e de adolescentes e autora do livro “Guia Prático dos Pais”, Suzy Camacho enfatizou a importância dos pais respeitarem os filhos dentro de casa, para que, com o exemplo, os jovens aprendam a respeitar o próximo. “Todos nós discutimos, mas existem formas de se discutir de forma respeitosa, e é isso que os pais

devem fazer.”

À tarde, será realizado o 5º painel sobre “O papel e as ações das entidades representativas dos estudantes nas medidas antibullying”, debatido por Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; o 6º painel sobre “Os meios de comunicação como medida de mudança cultural e preventiva antibullying”, tendo como palestrante o cartunista Maurício de Sousa; e o 7º painel sobre os “Projetos em tramitação e leis antibullying editadas no Estado de São Paulo”, debatido pelos Deputados Federais Jonas Donizette (PSB/SP) e Marcelo Aguiar (PSC/SP). Por fim, o último painel tem por tema os “Projetos em tramitação na Câmara dos Deputados” e será conduzido pelo Deputado Federal William Dib.

(Agência Câmara de Notícias – 24/10/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

Segurança aprova destinação de recursos de loterias para combate às drogas

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o Projeto de Lei 964/11, do Deputado Edinho Araújo (PMDB-SP), que destina 2% da arrecadação das loterias e concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad). Caso a proposta seja transformada em lei, o valor será repassado exclusivamente para as instituições cadastradas no fundo, para a execução de projetos de interesse da Política Nacional Contra Drogas.

Como o Projeto de Lei 1576/11 tramita apensado ao principal com objetivo semelhante, o relator Gonzaga Patriota (PSB-PE) apresentou um substitutivo contemplando as duas propostas. Este último projeto, de autoria do Deputado Wilson Filho (PMDB-PB), estabelece a obrigatoriedade da realização de um concurso anual e especial da Mega Sena em favor do Fundo Nacional Antidrogas.

Os recursos deste prêmio anual da Mega Sena serão distribuídos da seguinte forma, de acordo com o substitutivo aprovado: 44,02% para o prêmio bruto; 8,61% para a remuneração dos lotéricos; e 47,37% para o Fundo Nacional Antidrogas.

“Esse tipo de estratégia pode ajudar a levantar uma boa quantia de recursos para enfrentar as drogas, dentro do contexto de uma campanha nacional”, disse.

O autor do PL 964/11 justifica a proposta pelo aumento do consumo de drogas por crianças e adolescentes. O uso abusivo de muitas substâncias legais, como álcool e tabaco, acaba, segundo a Comissão, levando crianças e jovens ao uso de produtos ilegais como a maconha, a cocaína e, principalmente, o crack.

O relator acatou ainda argumento de Edinho Araújo segundo o qual não é admissível que jovens brasileiros “fiquem sujeitos aos apelos de traficantes inescrupulosos porque os programas de prevenção não dispõem de recursos para a prevenção do tráfico”. “Sob o ponto de vista da segurança pública, é muito apropriado que se apertem novos recursos para as políticas de combate às drogas. Por isso concordamos integralmente com essas propostas”, disse o relator.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado ainda pelas Comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Agência Câmara de Notícias 25/10/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

Relator diz que projeto vai modernizar legislação sobre lavagem de dinheiro

Relator do projeto que endurece a lei de lavagem de dinheiro (PL 3443/08), o Deputado Alessandro Molon (PT-RJ) avalia que as mudanças vão permitir o combate à impunidade e o fortalecimento do Judiciário. Segundo ele, as linhas gerais da proposta foram mantidas: a ampliação do rol de entidades fiscalizadas e da aplicação da lei e ainda a criação de medidas que permitam a venda dos bens de origem ilícita.

Atualmente, o crime de lavagem de dinheiro está vinculado à ocultação dos bens oriundos de um rol de oito crimes, que inclui o tráfico. Pela proposta, a tipificação de crime de lavagem de dinheiro vai atingir quaisquer recursos obtidos por meio de infração penal, incluindo, por exemplo, o jogo do bicho.

“A proposta torna totalmente independente o crime de lavagem dos crimes de origem. Assim, recursos de qualquer atividade ilícita passam a ser passíveis de enquadramento no tipo de lavagem de dinheiro”, defendeu.

Molon ressaltou ainda a ampliação das entidades fiscalizadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Pelo texto, juntas comerciais, empresas

que comercializem artigos de luxo, assessorias e consultorias, entre outros, ficam obrigados a manter registros e enviar informações ao Coaf.

Outro ponto destacado pelo relator é a criação de medidas que permitem a venda dos bens suspeitos de ter origem ilegal para permitir o ressarcimento aos cofres públicos. “Por exemplo, o juiz poderá determinar a venda antecipada de um carro de luxo, para evitar que ele se deprecie até o final do processo. Esse recurso vai ficar depositado em juízo”, disse.

Mudanças

Alessandro Molon afirmou que o texto sofreu várias mudanças, algumas delas para tornar a redação da proposta mais clara. Uma das mudanças, segundo ele, foi a derrubada do dispositivo que permitia o uso de bens suspeitos antes do final do processo. Pela nova redação, o juiz só vai poder determinar a venda antecipada desse bem, para que não haja prejuízo em caso de absolvição. “Assim não haverá ônus porque o dinheiro ficará depositado em juízo e sofrerá reajuste.”

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO, com informações da Agência Câmara de Notícias – 26/10/11)

Matéria relativa a audiência pública ocorrida na Comissão

Comissão de Segurança realiza audiência pública sobre corrupção e lavagem de dinheiro

Nesta terça-feira (25), a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados realizou uma Audiência Pública, para discutir medidas eficazes de combate à corrupção, em especial, ao crime de lavagem de dinheiro, modalidade de crime organizado que consiste na tentativa de conferir aparente licitude a recursos provenientes de atividades criminosas.

O Deputado Mendonça Prado (DEM/SE), Presidente da CSPCCO, conduziu o evento. Participaram do debate o Procurador da República, Vladimir Aras; o Desembargador Federal do TRF da 3ª Região, Fausto Martin De Sanctis; o Juiz Federal da Seção Judiciária do Paraná, Sérgio Fernando Moro; o Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Ricardo Andrade Saadi; e o Chefe do Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros do Banco Central do Brasil, representando a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, Ricardo Liao.

A Audiência Pública foi proposta pelos Deputados Fernando Francischini (PSDB/PR) e Delegado Protógenes (PCdoB/SP), membros da CSPCCO, através dos respectivos Requerimentos n.º 40/11 e 60/11. O evento aconteceu no plenário 8 do Anexo II.

Durante sua palestra, o Juiz Sérgio Moro destacou várias sugestões para a melhoria da legislação e o combate ao crime de lavagem de dinheiro, entre elas: o confisco de bens de valor equivalente ao produto do crime, quando este não for encontrado no exterior; a prisão decretada na sentença condenatória recorrível; a colheita compulsória de material biológico (DNA) para perícia; e a aplicação imediata das penas até o início da instrução no procedimento sumário.

“Se não permitirmos processos rápidos, vamos ficando para trás em relação a outros países. Os criminosos vão migrando para lugares onde o combate a esse tipo de crime seja menor. Não é preciso olhar tão longe para encontrar países com dificuldades de enfrentar o crime

organizado, o México, por exemplo. Urge uma atualização do nosso arsenal legislativo”, ressaltou Moro.

Em sua palestra, Ricardo Saadi atentou que dos 512 mil detentos no país, apenas 76 pessoas estão presas pelo crime de corrupção, sendo que nenhuma delas foi por lavagem de dinheiro. A grande maioria foi condenada por roubo e furto. Saadi defendeu a aprovação do Projeto de Lei n.º 3.443/08, que tem por objetivo tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. “O texto amplia o rol das pessoas obrigadas, que são aquelas que têm a obrigação de contribuir com o poder público no combate à lavagem de dinheiro, como as instituições bancárias. Essa alteração traz mais transparência e mais efetividade no combate à lavagem de dinheiro”.

Já o desembargador Fausto Sanctis criticou alguns pontos do Projeto de Lei n.º 3.443/08. Para ele, o texto apresentado continua deixando brechas que dificultam o combate a esse tipo de crime. “No rol das pessoas obrigadas, aquelas que devem reportar operações suspeitas, ficaram de fora as assessorias, como as contábeis, e os advogados, quando passam a dar orientação a alguém que quer esconder um patrimônio ilícito. Neste caso, esse profissional deveria ser

obrigado a informar operações suspeitas”, defendeu.

O Presidente da Comissão, Deputado Mendonça Prado, ressaltou que esses crimes desviam recursos que serviriam para melhorar a qualidade de vida da população. “São recursos que deveriam ser destinados à saúde, educação, segurança pública, merenda escolar. O que queremos é aprimorar as leis para combater esse crime e evitar que o orçamento do País seja desvirtuado”, explicou o parlamentar sergipano.

No fim da noite, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou simbolicamente, o Projeto de Lei n.º 3.443/08, ampliando o número de operações sobre as quais devem ser remetidas informações ao Conselho de Controle da Atividade Financeira (COAF) para combater a lavagem de dinheiro, conforme disciplina a Lei n.º 9.613/98. Devido às mudanças votadas pela Câmara, o projeto será novamente apreciado pelo Senado.



(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 4/11/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

CSPCCO aprova PL que obriga o atendimento 24h nas Delegacias da Mulher

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do Projeto de Lei n.º 3.901/2008, que dispõe sobre os horários de funcionamento das delegacias de Polícia especializadas em atendimento à mulher, na forma do texto apresentado pelo relator, Deputado João Campos (PSDB/GO).

De autoria da deputada Sueli Vidigal (PDT/ES), a proposta estabelece o funcionamento ininterrupto das Delegacias da Mulher, devendo oferecer atendimento ao público durante as 24 horas do dia, sete dias por semana.

“As estatísticas brasileiras são aterradoras. A cada quinze segundos uma mulher é vítima de violência. Em setenta por cento dos casos, o agressor é o próprio cônjuge ou companheiro. Por esta e por outras razões, é baixíssima a quantidade de mulheres que denunciam as agressões. Enquanto outras medidas são tomadas para fortalecer a capacidade de reação das mulheres brasileiras, propomos ampliar o horário da oferta dos serviços imediatos a serem prestados às vítimas por meio das forças de segurança pública”, justificou a autora da proposta.

O relator na CSPCCO, Deputado João Campos, concordou inteiramente com o entendimento da autora. “Diversos Estados têm optado pela especialização de suas delegacias de polícia. Sob essa ótica, a atenção à mulher

merece uma análise cuidadosa, pois o adequado acolhimento das vítimas pode implicar diferença significativa para o trabalho de investigação da violência sofrida. Muitas vezes, o agressor se encontra sob uso de drogas e sua pronta abordagem pela polícia pode resultar na produção de provas importantes para o inquérito policial e cessar, de vez, a violência”, explicou.

O parlamentar ainda destacou que o testemunho da própria vítima é fundamental para a apuração dos fatos e o seu acolhimento em uma delegacia especializada certamente facilitará a tomada dos depoimentos em um ambiente de maior segurança física e emocional. “Alterar o horário de funcionamento dessas delegacias é providência fundamental, uma vez que, em tal regime de funcionamento, toda a estrutura de atenção à mulher será mantida, o que inclui o atendimento psicológico, por exemplo. No regime de plantão, nem todos os serviços são oferecidos após o término do expediente regulamentar”, afirmou João Campos.

Em 24 de março de 2010 a proposição foi aprovada na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Após o exame da CSPCCO, o projeto será submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A proposta está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 4/11/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na CSPCCO

CSPCCO aprova PL que garante ao policial e bombeiro militar o exercício de mandato eletivo

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do Projeto de Lei n.º 364/2011, de autoria do Deputado William Dib (PSDB/SP), com o intuito de garantir ao policial e bombeiros militar estadual o direito associativo, dispensando o dirigente eleito das suas funções para exercer mandato eletivo na respectiva entidade.

O PL em questão altera o Decreto-Lei nº 667/69, norma que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências.

O art. 6º do Decreto-Lei 667/69 estabelece que o Comando das Polícias Militares será exercido, em princípio, por oficial da ativa, do último posto, da própria Corporação. No § 11 do mesmo artigo, a Lei ainda considera no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar, os policiais-militares nomeados ou designados para Casa Militar de Governador; Gabinete do Vice-Governador e Órgãos da Justiça Militar Estadual.

A proposta do Deputado William Dib inclui no rol do § 11, do art. 6º os policiais militares com mandato eletivo em confederação, federação, associação de âmbito nacional ou estadual, representativa da categoria, até o limite máximo de três militares, observada a regulamentação do respectivo Estado. A ideia é evitar que a dispensa seja utilizada abusivamente. Além disso, as entidades previstas terão direito a desconto em folha das contribuições de seus associados.

“Para que não haja equívocos de interpretação, esclarecemos que nosso ponto de vista admite que, aos militares, sejam impostas algumas restrições constitucionais, como por exemplo, a proibição à sindicalização e ao exercício da política partidária enquanto integrante do quadro de profissionais da ativa. No entanto, essas restrições não devem ser interpretadas de forma a inviabilizar qualquer tipo de iniciativa de associação. O militar deve ter garantido o seu direito isonômico de tratamento na representatividade, como ocorre com o servidor público”, explicou William Dib.

O relator do PL na CSPCCO, Deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ), concordou com o entendimento do autor. “A alteração pretendida viria apenas legalizar situações de fato que já ocorrem, por iniciativa dos governos estaduais, diante da omissão da legislação federal a respeito. Tal adaptação é relevante na medida em que as polícias militares estaduais passam por reformulações importantes, no sentido de conferir dignidade ao policial militar, para que este se sinta valorizado e cumpra com denodo sua nobre missão de defender a sociedade”, afirmou.

Após o exame da CSPCCO, o projeto será analisado pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), podendo ter sua apreciação concluída por essas Comissões.

(Agência Câmara de Notícias – 17/11/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão dispensa prisão em flagrante se o crime for em legítima defesa

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira (16) proposta que permite ao delegado dispensar a prisão em flagrante se verificar que o crime foi praticado em legítima defesa, estado de necessidade ou no cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. Nessas hipóteses, a lei reconhece que o fato não foi ilegal e que não há crime (excludente de ilicitude).

Pelo Código de Processo Penal (CPP) em vigor (Decreto-Lei 3689/41), no entanto, mesmo se o delito for cometido nessas condições, a autoridade policial precisa decretar a prisão em flagrante do autor, porque apenas o juiz pode decidir pela liberdade provisória.

O texto aprovado é o substitutivo do Deputado Fernando Francischini (PSDB-PR) ao Projeto de Lei 1843/11, do Deputado João Campos (PSDB-GO). A proposta permite que a autoridade policial dispense a prisão em flagrante se considerar que o crime foi cometido nas condições que retiram a ilicitude do ato (legítima defesa, estado de necessidade, e exercício regular de direito). A decisão precisa ser fundamentada e será analisada pelo Judiciário.

“Caso um cidadão pratique um fato típico, como matar alguém, mas que não é ilícito, por ter sido realizado em defesa própria ou de outrem, ele não terá praticado um crime e consequentemente não poderá ser privado de sua liberdade em instante algum”, defendeu o relator.

Mudança

Francischini alterou a redação da proposta inicial e atualizou o texto à última mudança no CPP, que criou várias hipóteses de restrição de direitos em substituição à prisão provisória, como é o caso do monitoramento eletrônico e proibição de frequentar determinados lugares.

Pela norma aprovada, os autos da autoridade policial que dispensaram a prisão serão encaminhados ao juiz em 24 horas, mesmo prazo definido para que o juiz decida se mantém a liberdade do autor ou aplica alguma das cautelares previstas no CPP.

Tramitação

O projeto segue para o exame da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e também será analisado pelo Plenário da Câmara.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 18/11/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

CSPCCO aprova PL que estabelece critérios para concessão de indulto

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados opinou pela aprovação do Projeto de Lei n.º 5.240/09, que altera a Lei de Execução Penal, estabelecendo critérios para concessão de indulto individual e coletivo.

Na mesma ocasião, a CSPCCO opinou pela rejeição do PL 7.368/10, apensado à proposta principal, que condicionava o parecer do Conselho Penitenciário ao laudo sobre a saúde mental do preso, nos casos em que se exige avaliação psiquiátrica.

No texto do PL n.º 5.240/09, o autor do projeto, Deputado Manoel Júnior (PMDB/PB), dispõe que o indulto individual poderá ser concedido a qualquer tempo e o coletivo no Dia de Tiradentes (21 de abril), no Dia da Pátria (7 de setembro) e no Natal (25 de dezembro).

Segundo a proposta do Autor, será incluído um artigo na Lei de Execução Penal, restringindo a concessão de indulto, exigindo: requisitos mais rigorosos que os necessários para o livramento condicional; cumprimento integral da pena correspondente ao crime impeditivo do benefício na hipótese de haver concurso com infração penal que impossibilite a concessão; que a soma das penas diversas a que foi o réu condenado não impeça a concessão segundo a regra adotada; adimplência da pena de multa, cumulada com pena privativa de liberdade, salvo se o condenado for insolvente; que o condenado solvente tenha reparado o dano; que o condenado não haja cometido falta grave após o pedido.

Além disso, o indulto total não pode ser concedido ao condenado cuja avaliação psicológica, realizada em prazo não superior a seis meses, seja desfavorável acerca do risco de voltar a cometer infração penal. Já a comutação da pena, seja em relação a uma ou a mais de uma condenação, pode ser obtida repetidamente. Para isso, além de serem atendidos os demais requisitos, entre uma e outra concessão deve ser estabelecida uma média do prazo duplicado dos requisitos temporais da comutação anteriormente concedida. Na concessão do indulto total ou parcial, serão computados os períodos correspondentes à detração e remição.

A proposta ainda determina que o indulto individual poderá iniciar-se a requerimento do interessado, de quem o representante, de seu cônjuge ou companheiro, parente ou descendente, da Defensoria Pública, do Ministério Público, do Conselho da Comunidade, do Patronato, da autoridade administrativa, da Ouvidoria do Sistema Penitenciário ou da Corregedoria do Sistema Penitenciário. O indulto coletivo poderá iniciar-se, ainda, de ofício ou a requerimento do Conselho Penitenciário.

O relator do PL na CSPCCO, o Deputado Alberto Filho (PMDB/MA), concorda com o entendimento do autor, relembrando o caso do pedreiro Adimar Jesus da Silva, conhecido como o maníaco de Luziânia. “Ainda pairam na lembrança da sociedade, casos como o ocorrido em Luziânia-GO, em que um criminoso, beneficiado, não por indulto, mas por progressão da pena, matou seis jovens entre treze e dezenove anos. Segundo laudo psiquiátrico publicado pela Polícia, o criminoso era um psicopata com grave distúrbio e perigoso.”

Alberto Filho destaca que as proposições analisadas pela CSPCCO se diferem quanto à qualificação do profissional que deve se pronunciar sobre a saúde mental do condenado. De acordo com o parlamentar, a proposição principal diz respeito a ato de psicólogo, ao passo que o apenso diz respeito a ato de psiquiatra. “Parece-nos que para a maioria dos casos, envolvendo condenados, seja suficiente o laudo do psicólogo, reservando o ato do psiquiatra para os casos encaminhados pelos psicólogos, quando entender ser caso de conversão para medida de segurança. Em se tratando de medida de segurança, não se questiona que a atribuição seja do Psiquiatra”, afirmou Alberto Filho.

O parecer do projeto foi aprovado na Comissão de Segurança, com o voto contrário do Deputado Alessandro Molon (PT/RJ). Após o exame da CSPCCO, o projeto será analisado pela Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), podendo ter sua apreciação concluída por essas Comissões.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 22/11/11)

Matéria relativa à visita de delegação da República Popular da China à Comissão

Mendonça Prado recebe Vice-Presidente do parlamento chinês e sua comitiva



Nesta terça-feira (22), o Deputado Federal Mendonça Prado (DEM/SE), Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, recebeu o Vice-Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China (ANPC) e Presidente da Associação pela Paz e Desarmamento do Povo Chinês (CPAPD), Deputado Han Qide, juntamente com sua delegação oficial.

A comitiva chinesa está no Brasil para reforçar o intercâmbio amistoso e a cooperação entre os países, bem como conhecer os métodos e propostas elaboradas pelo Poder Legislativo em prol da segurança pública brasileira. O encontro aconteceu na sala de reuniões da Mesa da Câmara Federal e contou com a presença de alguns parlamentares da CSPCCO.

Durante o encontro, Mendonça Prado discorreu sobre o modelo do Estado brasileiro, o sistema de segurança pública e o trabalho desenvolvido pelas forças de segurança para o combate ao tráfico de drogas e a entrada de armas ilegais no país. O Presidente da Comissão de Segurança enfatizou que o intuito dos parlamentares da CSPCCO é, entre outros, promover o aumento da capacitação e das tecnologias das

polícias, e aprimorar o sistema educacional, a fim de ofertar uma maior consciência da população contra a violência. “O povo brasileiro tem necessidade de se relacionar e viver pacificamente com seus concidadãos”, afirmou.

Han Qide agradeceu a palestra do parlamentar sergipano sobre a situação da segurança pública brasileira, principalmente, as formas de combate à violência apresentadas por Mendonça Prado. O Vice-Presidente ficou bastante satisfeito com a explicação sobre a estrutura das organizações públicas no Brasil. Han Qide afirmou que a desigualdade também é latente na China. Segundo ele, o governo chinês está promovendo um reforço de gestão e inovação social para combater as diferenças sociais e, em consequência, a violência no país oriental.

Mendonça Prado ainda explicou sobre a existência do Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003) e das penalidades previstas. O Deputado salientou a forma de fiscalização e de controle do porte de armas. Para finalizar a visita à Câmara Federal, o Presidente da CSPCCO ainda apresentou à comitiva o curso do processo legislativo, levando-os ao plenário da Casa.

Além do Deputado Han Qide, a delegação oficial estava composta pelo Secretário-Geral da CPAPD, Niu Qiang; pelo Secretário do chefe da delegação, Sun Gongyi; pelo Vice-Secretário-Geral da CPAPD, Wang Yulin; pela Vice-Secretária-Geral da CPAPD, Chen Huaifan; pelo membro CPAPD e Presidente da Companhia Aérea Hainan, Li Xianhua; por um membro CPAPD e pelo Presidente da Sany Heavy Industry, Yi Xiaogang; e membro da CPAPD, Pu Zhuangyi.

Acompanhavam a delegação o Embaixador da China em Brasília, Qiu Xiaoqi; o Ministro da Embaixada da China, Huang Qingguo; a Conselheira da Embaixada da China Wang; o Chefe do Setor Político da Embaixada da China, Xu Zhida; e o intérprete e Segundo Secretário da Embaixada da China, Li Feng.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 25/11/11)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

CSPCCO rejeita PL sobre crime contra repartição pública

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer pela rejeição do Projeto de Lei n.º 6.041/2009, que tipifica como crime o atentado contra repartição pública, na forma do relatório apresentado pelo Deputado Alberto Filho (PMDB/MA).

De autoria do Deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT), o projeto pretende acrescentar artigo ao Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40) e à Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90), com o objetivo de estabelecer reclusão, de quatro a seis anos, a quem cometer atentado contra repartição pública. Se do atentado resulta em morte, a pena será de doze a trinta anos, e o crime será considerado hediondo.

“A proposição que submetemos à apreciação dos ilustres pares tem por escopo apenar adequadamente os atentados perpetrados contra as repartições públicas, notadamente os tribunais, as sedes de promotorias de justiça, delegacias de polícia, presídios, penitenciárias, casas de detenção e outras instituições por onde tramitam processos judiciais, ou onde estejam os réus desses processos. Outra resposta possível, hoje, para ampliar a proteção aos cidadãos, reside em inserir na Lei dos Crimes Hediondos, o atentado contra as repartições públicas, seguido de morte, como forma de inibir e punir severamente esse crime vergonhoso,” justificou o autor.

O PL em questão já havia tramitado pela CSPCCO, e o relator à época, Deputado Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ), também opinou por sua rejeição. Não tendo sido votada, a proposição foi arquivada ao final da última legislatura e posteriormente desarquivada a pedido do autor. Após ser

designado relator, o Deputado Alberto Filho requereu a realização de uma audiência pública na CSPCCO para debater a matéria, a qual foi realizada em 16 de agosto passado. Após o debate, o parlamentar concluiu juntamente com os palestrantes que tais condutas já se encontram penalmente tipificadas no ordenamento jurídico, não havendo necessidade de criação de novo tipo penal para sua repressão.

Como exemplo, Alberto Filho citou que o ato de metralhar uma repartição pública, seja uma delegacia de polícia ou até mesmo prédios do Poder Judiciário, pode vir a configurar crime de dano (Código Penal, art. 163). Se houver qualificadoras, pode se caracterizar crime de homicídio qualificado (Código Penal, art. 121, caput e §2º) ou de tentativa de homicídio (Código Penal, art. 121, caput combinado com o art. 14, II). Em seu parecer, o deputado também lembrou que o crime de disparo de arma de fogo em via pública está disposto no art. 5 da Lei nº 10.826/03.

“Sobre a conduta que se pretende tipificar penalmente por meio do Projeto de forma bastante genérica e aberta, é de se dizer que já pode ser adequada penalmente em diversos tipos penais, pelo que a aprovação da proposta representaria um verdadeiro “bis in idem” de normas penais, o que levaria certamente a complexos procedimentos de interpretação/aplicação com base nos princípios que regem a matéria penal. Quanto aos atos dos movimentos sociais, que não se enquadram nas condutas acima mencionadas, não necessitam ser sancionados penalmente, embora possam ser sancionados civilmente se causarem prejuízos”, justificou Alberto Filho.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 25/11/11)

Matéria relativa às sugestões de emendas ao orçamento aprovadas pela Comissão

CSPCCO destina emenda para compra de helicóptero para a Polícia Federal

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados apresentou emenda ao Orçamento Geral da União (OGU) no valor de R\$ 22,5 milhões de reais com a finalidade de adquirir aeronave para o Departamento de Polícia Federal, bem como equipamentos e material permanente. Explica o Presidente da CSPCCO, Deputado Federal Mendonça Prado (DEM/SE), que o intuito é equipar a Polícia Federal, a fim de dar maior eficácia às operações realizadas nas fronteiras do País.

“A Polícia Federal vem desenvolvendo um trabalho essencial no combate ao crime organizado, em toda a fronteira do país, batizado como Operação Sentinela. Essa Operação tem possibilitado a efetiva fiscalização das fronteiras terrestres, integrando forças nacionais e estaduais, tais como a Polícia Federal, Força Nacional de Segurança, Polícias Militares e Forças Armadas. Para operar todo o aparato estatal na segurança das fronteiras, faz-se necessário ter equipamentos e pessoal sempre em plena condição

operacional. Para isso, usam-se todos os meios de transporte aéreos, fluviais e terrestres, gerando altos custos de aquisição, manutenção e combustíveis, bem como gastos elevados com diárias e passagens”, justificou o parlamentar.

Mendonça Prado afirmou que a Operação Sentinela consome atualmente, em custeio, o valor de R\$ 4.139.920,00 por mês, do orçamento destinado ao Departamento de Polícia Federal. O parlamentar destacou que a extensão territorial da faixa de fronteira, aliada a necessidade de constante deslocamento de efetivos policiais em regiões que não dispõem de pistas de pouso, requer que o órgão disponha de aeronaves de porte médio (helicópteros) para transporte de pessoal e equipamentos.

“Apresentamos essa emenda orçamentária para que possamos otimizar a atividade de combate ao crime organizado pelo Estado brasileiro, especialmente na faixa da fronteira”, enfatizou o Presidente da CSPCCO.

(Assessoria de Imprensa da CSPCCO – 29/11/11)

Matéria relativa às sugestões de emendas ao orçamento aprovadas pela Comissão

Mendonça Prado destina recursos para a Polícia Rodoviária Federal

O Deputado Federal Mendonça Prado (DEM/SE), Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, apresentou duas emendas ao Orçamento Geral da União (OGU), através da Comissão, com o intuito de capacitar o Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF).

Um das emendas destina R\$ 4.550.000,00 para a construção e ampliação de cinco postos e delegacias da Polícia Rodoviária Federal. Atendendo ao pedido do próprio Departamento de Polícia, Mendonça Prado destinou o recurso considerando a continuidade das obras em andamento e o início de novas construções, de acordo com planejamento interno elaborado pelo DPRF.

A segunda emenda destina R\$ 38.931.585,00 para a construção de 27% do Edifício Sede e da Academia Nacional do DPRF. “A construção da Academia de Polícia Rodoviária Federal é de fundamental importância para a realização de todos os eventos necessários à capacitação dos servidores do DPRF, na garantia das ações a serem desenvolvidas por este órgão, nas atividades regulares e especialmente por ocasião da Copa do Mundo 2014”, afirmou o Presidente da CSPCCO.

De acordo com o parlamentar, a atual estrutura física de treinamento de que dispõe o DPRF é composta por cinco Centros de Treinamento Regionais, localizados nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, Cachoeira Paulista/SP, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS e Aquidauana/MS. Somados, os Centros possuem uma capacidade de treinamento simultânea de cerca de 500 servidores por semestre e, com grande esforço logístico e administrativo, de mil por ano.

“O déficit do quadro de dotação do efetivo do DPRF é hoje de cerca de quatro mil policiais, situação cuja previsão de solução e complemento está programada para que ocorra até o início do evento da Copa 2014. Tal informação se faz importante neste contexto tendo em vista a necessidade de formação profissional destes novos servidores”, explicou Mendonça Prado.

A previsão de efetivo a ser utilizado e capacitado pelo DPRF para a Copa do Mundo 2014 é de 3.166 servidores, distribuídos entre as diversas atividades de policiamento a serem desenvolvidas. Segundo Mendonça Prado, o projeto de construção da Academia do DPRF somado à estrutura de ensino já existente, irá contemplar toda infraestrutura necessária ao desenvolvimento da demanda de capacitação até a realização do evento mundial no Brasil.

“O projeto prevê a construção de 32 salas de aula, dentre as demais estruturas a serem construídas, o que triplicará a capacidade de execução – todos os Centros de Treinamento juntos totalizam 16 salas – e permitirá sanar as dificuldades. Além das salas de aula, a Academia contemplará o Canil escola, estande de tiro, área administrativa e parte dos alojamentos, distribuídos em dois blocos”, explicou o deputado.

O projeto completo da Academia prevê um investimento total estimado em R\$ 76 milhões para concluir todo o complexo que inclui, além desta segunda etapa prevista para o exercício 2012, os demais blocos de alojamentos, área poliesportiva, centro de convenções (auditórios e museu), centro virtual de ensino e núcleos de estudo e pesquisas sobre policiamento rodoviário.

“A construção da Academia de Polícia Rodoviária Federal é fundamental para que possamos cumprir o planejamento de capacitação para a Copa do Mundo de 2014, agregando qualidade aos serviços que serão prestados pela Polícia Rodoviária Federal durante o evento e proporcionando maior segurança a todos os usuários das nossas rodovias, entre eles os milhares de turistas brasileiros e estrangeiros que se farão presentes e que circularão em nosso país em razão do evento. Além de funcionar como Centro de Formação e Treinamento, a Academia também será o lócus para o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de segurança viária, de modo a maximizar a intervenção no sentido de promover melhor segurança no trânsito”, justificou Mendonça Prado.

(Agência Câmara de Notícias – 13/12/11)

Matéria relativa a audiência pública ocorrida na Comissão

Comissão quer reforço orçamentário para o controle de armas

A Comissão de Segurança Pública da Câmara deve apresentar emendas de R\$ 20 milhões ao Orçamento de 2013 para a construção de um banco de dados único e inteligente voltado ao controle de armas de fogo, munições e explosivos no País. A informação foi dada nesta terça-feira durante audiência pública, promovida por iniciativa do Deputado Alessandro Molon (PT-RJ), para debater formas de aperfeiçoar a fiscalização da venda e uso de armamentos.

"Uma sociedade em que cada um precisa se defender com uma arma na cintura é um faroeste, não uma sociedade civilizada. Por isso eu acredito que seja importante garantir mais recursos humanos e financeiros para a Polícia Federal e o Exército desempenharem esse controle", disse Molon. Porém, não foi possível incluir a previsão dos R\$ 20 milhões para esse fim já no Orçamento de 2012.

Além dos recursos, foram debatidas outras abordagens para a questão das armas. Molon propôs que a Polícia Federal facilite a renovação do registro dos armamentos legais para evitar a comunicação de extravio, muitas vezes feita para escapar da burocracia quando o prazo de posse da arma vence.

Molon fez um apelo para que o Ministério da Justiça disponibilize mais equipamentos para destruição de armas devolvidas nas campanhas de desarmamento.

Fiscalização

Representando a Rede Desarma Brasil, Antonio Rangel propôs um controle externo da indústria de armamentos e regras mais rígidas para venda e obtenção da posse de armas por pessoas físicas.

"É a própria Taurus [fabricante de armas] que se fiscaliza, então é uma piada, não há controle. Essa indústria milionária, gananciosa, é legal e legítima, mas não tem revelado nenhuma responsabilidade com a segurança do povo brasileiro, porque vende para qualquer um, sem se preocupar que a munição vá parar nas mãos do narcotráfico", afirmou Rangel.

O chefe da Divisão de Crime Organizado da Polícia Federal, Douglas Morgan, informou que não está em estudo uma política de banimento de armas no País. Segundo ele, o desafio é reduzir o contrabando e o tráfico e melhorar a fiscalização do uso dos equipamentos já legalizados. "Não é um trabalho fácil; todos os países enfrentam problemas na fiscalização e o Brasil faz fronteira com muitos países", argumentou. "Não é um problema que se resolve, e sim que se gerencia para reduzir a criminalidade a níveis aceitáveis, se é que isso existe", completou Morgan.

Pirataria

O Presidente da Associação Nacional das Indústrias de Armas e Munições, Salésio Nuhs, ressaltou que pela primeira vez os fabricantes estão representados nas discussões do Legislativo sobre o controle de armas. Ele rebateu as acusações de que a indústria seria antiética e irresponsável, e disse que os fabricantes fazem parte da estratégia nacional de defesa.

O foco da sociedade deveria, de acordo com Salésio Nuhs, estar em medidas para dificultar a ilegalidade e a pirataria de munições. "O grande problema hoje é a falsificação de munição. Só em 2011, foram fechadas pela polícia 12 fábricas clandestinas que funcionam sem pagar imposto, sem nenhum controle", afirmou.

(Agência Câmara de Notícias – 13/12/11)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 13/12/11

Banimento de armas de fogo não está em estudo, diz dirigente da PF

O chefe da Divisão de Crime Organizado da Polícia Federal, Douglas Morgan, afirmou há pouco que não está em estudo uma política de banimento de armas no País. Segundo o delegado, o desafio é reduzir o contrabando e o tráfico de armas e melhorar a fiscalização do uso das armas já legalizadas. Morgan participa de audiência pública sobre o controle de armas e munições no Brasil na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara.

"Não é um trabalho fácil, todos os países enfrentam problemas semelhantes na fiscalização das armas e, o Brasil faz fronteira com muitos países da América do Sul", afirmou o representante da PF. "Não é um problema que se resolve, e sim que se gerencia, para reduzir a criminalidade a níveis aceitáveis, se é que isto existe", explicou Morgan.

Participam da audiência representantes da Polícia Federal, do Exército, de ONGs e da indústria de armamentos. Atendendo requerimento do Deputado Alessandro Molon (PT-RJ), os convidados expõem os desafios às práticas e problemas que envolvem a produção, a venda e a fiscalização das armas de fogo, munições e explosivos.

Representando o Exército, o general Waldemar Barroso, diretor de Fiscalização de Produtos Controlados, disse que falta para as armas civis o mesmo controle feito atualmente em relação a explosivos. Segundo o general, o Estado está conseguindo realizar uma ação envolvendo todos os órgãos responsáveis e secretarias de Segurança Pública para coibir o roubo e contrabando de explosivos usados recentemente em assaltos a bancos e caixas eletrônicos.

Mendonça Prado realiza última reunião da Comissão de Segurança Pública

Na última quarta-feira (14), o Deputado Federal Mendonça Prado (DEM/SE), Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, realizou a última reunião ordinária deliberativa do ano de 2011. Na oportunidade, o parlamentar sergipano fez um balanço das atividades da Comissão.

De acordo com o Presidente da CSPCCO, a Comissão de Segurança realizou 34 reuniões deliberativas, examinando 132 proposições, entre projetos e requerimentos. Foram 27 audiências públicas, três delas em conjunto com outras Comissões, e quatro seminários, dois realizados na Câmara e dois nos Estados. Um dos seminários aconteceu em Aracaju/SE e reuniu durante dois dias profissionais de segurança pública que se debruçaram sobre o tema da valorização do servidor da segurança pública. Comparativamente aos anos anteriores, em que, em média, a Comissão realizou 45 eventos por ano, em 2011 foram realizadas 82 reuniões, entre audiências públicas, reuniões deliberativas, reuniões de subcomissões, debates e seminários.

“Principalmente com a realização de seminários, esta Comissão pode inovar, pois abriu espaço, não só para os profissionais da segurança, mas também para todos os cidadãos exporem suas preocupações, suas necessidades, suas aspirações, buscando, num trabalho conjunto, analisar a atual situação da segurança pública e propor alternativas para construir um país mais solidário e seguro”, afirmou Mendonça Prado.

Seminários nos Estados

Ainda foram realizados seminários pela Subcomissão Permanente para Estudar Orçamento e Financiamento da Segurança Pública em diversos Estados. “A Subcomissão realizou seminários em São Luís/MA, Recife/PE, Teresina/PI e São Paulo/SP, onde obteve informações da sociedade sobre a aplicação de recursos para a segurança pública nos Estados. Entre os temas levantados, figuraram as condições de trabalho, o orçamento, a promoção do diálogo entre os servidores da segurança e os membros do Poder Executivo, a garantia de recursos no orçamento da União para atender as mais prementes necessidades dos vários segmentos da segurança, entre muitos outros”, destacou o presidente.

Orçamento Público

No que se refere ao Orçamento Público, a Comissão aprovou emendas ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), de forma a permitir um maior aporte de recursos para a segurança pública. Ao PPA, foram incluídos indicadores para ampliar o acesso ao serviço jurídico gratuito, assim como para aprimorar o enfrentamento à violência contra a mulher. Quanto à LDO, foram sugeridas pelos parlamentares várias emendas que pretendiam vedar o contingenciamento de recursos para a segurança pública.

Já em relação à LOA para 2012, a CSPCCO apresentou emendas importantes: uma no valor de R\$ 22,5 milhões de reais com a finalidade de adquirir aeronave para o Departamento de Polícia Federal, bem como equipamentos e material permanente; e outra para a construção do prédio da Academia de Polícia do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), no valor de R\$ 38.931.585,00.

Esta última, inclusive, mereceu a atenção da Diretora Geral da Polícia Rodoviária Federal, inspetora Maria Alice Nascimento Souza, que, de forma inédita na história da Comissão, esteve aqui pessoalmente em uma de nossas reuniões para agradecer pela emenda apresentada. “Me sinto feliz e honrado por ter a oportunidade de presidir a Comissão de Segurança Pública e poder contar com o apoio dos meus pares para indicar recursos ao orçamento visando otimizar a atividade de combate ao crime organizado pelo Estado Brasileiro e, em especial, a construção da Academia da Polícia Rodoviária Federal. Tenho certeza de que estamos dando uma extraordinária contribuição para essa importante instituição brasileira”, enfatizou Mendonça Prado.

Conflitos e manifestações pelo país

O parlamentar ainda relembrou as intervenções da Comissão de Segurança nos vários conflitos e manifestações que envolveram a segurança pública do país, entre eles, o caso do atirador de Realengo, da prisão dos bombeiros do Rio de Janeiro e do assassinato da Juíza Patrícia Acioli. “Neste ano, empenhei todo meu esforço para cumprir o mandato que me foi conferido, procurei atender a todas as solicitações de presença que foram feitas ao Presidente desta Comissão nas mais diversas localidades do País, buscando sempre o diálogo, o entendimento, o real interesse do povo brasileiro e a valorização do profissional da segurança pública”, disse.

PEC 300

Além disso, Mendonça Prado lembrou o trabalho da CSPCCO na busca pela votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda a Constituição (PEC) n.º 300/2008 que trata do piso nacional dos bombeiros e policiais militares. O parlamentar organizou várias reuniões, manifestações, audiências públicas e seminários em Brasília com o intuito de pressionar e sensibilizar o governo para que a PEC seja pautada e aprovada na Câmara dos Deputados, o que inclusive gerou um requerimento com a assinatura de todos os líderes partidários pela inclusão da proposta na Ordem do Dia.

“Devo mais uma vez ressaltar que, de imediato, sua aprovação não ocasionará qualquer impacto nos orçamentos da União ou dos Estados, pois ela não estabelece valores, e pautá-la demonstraria a importância que este Congresso atribui à segurança pública e a consideração que tem pelos servidores da área”, enfatizou Mendonça Prado, que apresentou no mesmo ano a PEC n.º 63/2011, a qual cria o Fundo Nacional de Valorização do Profissional de Segurança Pública (FNSP) e resolve o empasse pecuniário enfatizado pelo governo federal para a aplicação da PEC 300/08.

Agradecimento

Por fim, Mendonça Prado agradeceu aos parlamentares membros e aos servidores da Comissão de Segurança. “Agradeço a este Colegiado que de forma inequívoca, em meio a uma complexa agenda parlamentar, privilegiou os trabalhos da CSPCCO, se fez presente, debateu as proposições pautadas, enriqueceu-as com contribuições pertinentes. Portanto, todo o resultado conseguido é fruto do árduo trabalho de Vossas Excelências. Agradeço também a todas as assessorias e órgãos ligados à segurança pública, que foram igualmente parceiros no encaminhamento das mais diversas questões aqui tratadas. Eu acredito na força desta Comissão, uma força que advém da qualidade, da competência e da garra de seus membros. Meu muito obrigado a todos”, finalizou o Presidente.

7. SUBCOMISSÕES

Nesta sessão legislativa, permaneceram em funcionamento duas subcomissões permanentes originárias da 53ª Legislatura e a *Subcomissão Permanente para Promover o Conhecimento e Difusão de Programas Exitosos Referentes à Segurança Pública, Combate ao Crime Organizado e Sistema Penitenciário Implantados no País e no Exterior, bem como para Estudar e Aperfeiçoar a Legislação Pertinente*, pela aprovação do Requerimento nº 7/11, foi transformada em Subcomissão Especial para possibilitar a criação da *Subcomissão Permanente para a Investigação de Denúncias e Acompanhamento de Operações Policiais sobre Crime Organizado, Tráfico de Drogas e Armas, Contrabando, Crimes em Fronteiras, Pirataria, Corrupção, Lavagem de Dinheiro, Violência Rural e Urbana e Situações Conexas Pertinentes à Segurança Pública*. Foi ainda criada a *Subcomissão Especial para Tratar de Crimes Anistiados, Legislação Penal, Processual Penal, do Ponto de Vista da Segurança Pública* e recriada a *Subcomissão Especial de Controle de Armas e Munições*.

Assim, constaram da CSPCCO, em 2011, três Subcomissões Permanentes e três Subcomissões Especiais detalhadas a seguir:

PERMANENTES

- Subcomissão Permanente para a Investigação de Denúncias e Acompanhamento de Operações Policiais sobre Crime Organizado, Tráfico de Drogas e Armas, Contrabando, Crimes em Fronteiras, Pirataria, Corrupção, Lavagem de Dinheiro, Violência Rural e Urbana e Situações Conexas Pertinentes à Segurança Pública (*Requerimento nº 7/11, do Dep. Fernando Francischini – PSDB/PR – aprovado em 6/4/11*), presidida pelo Dep. Fernando Francischini.

- Subcomissão Permanente para Estudar Políticas, Orçamento e Financiamento da Segurança Pública (*Requerimento nº 17/07, do Dep. Paulo Rubem Santiago – PDT/PE – aprovado em 21/3/07*), presidida pelo Dep. José Augusto Maia – PTB/PE.

- Subcomissão Permanente para Tratar do Sistema de Segurança Pública, seus Órgãos Institucionais, Carreiras e Programas de Valorização dos Policiais (*Requerimento nº 18/07, do Dep. João Campos – PSDB/GO, aprovado em 21/3/07*), presidida pelo Dep. Marllós Sampaio – PMDB/PI.

ESPECIAIS

- Subcomissão Especial para Tratar de Crimes Anistiados, Legislação Penal, Processual Penal, do Ponto de Vista da Segurança Pública (*Requerimento nº 1/11 da Dep. Perpétua Almeida – PCdoB/AC, aprovado em 6/4/11*), presidida pela Dep. Perpétua Almeida.

- Subcomissão Especial para Promover o Conhecimento e Difusão de Programas Exitosos Referentes à Segurança Pública, Combate ao Crime Organizado e Sistema Penitenciário, Implantados no País e no Exterior (*Requerimento nº 7/11, do Dep. Fernando Francischini – PSDB/PR, aprovado em 6/4/11*), coordenada pelo Dep. Stepan Nercessian – PPS/RJ.

- Subcomissão Especial de Controle de Armas e Munições (*Requerimento nº 20/11 do Dep. Alessandro Molon – PT/RJ, aprovado em 13/4/11*), presidida pelo Dep. Alessandro Molon.

ANEXOS

➤ TABELAS

1. Proposições Apreciadas na Comissão

1.1. Proposições Apreciadas na Comissão - Apensadas

2. Outras Saídas

3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão

3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão - Apensadas

4. Requerimentos

➤ RESOLUÇÃO Nº 20/04

Tabela 1. Proposições Apreciadas na Comissão

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
1.	PDC 3032/10	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o Texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Parceria e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa com vistas à criação de um Centro de Cooperação Policial, celebrado em Brasília, em 7 de setembro de 2009.	Nelson Pellegrino	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 7/4/11.
2.	PFC 9/11	Perpétua Almeida	Requer Proposta de Fiscalização e Controle das políticas públicas sobre o crack.	Delegado Protógenes	Relatório prévio pela implementação.	Aprovada a implementação.
3.	PL 207/11	Sandes Júnior	Cria o Cadastro Nacional de Veículos Roubados.	Hugo Leal	Pela rejeição.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 10/8/11.
4.	PL 216/11	Sandes Júnior	Dispõe sobre a prescrição nos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.	Delegado Protógenes	Pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 7/7/11.
5.	PL 225/11	Sandes Júnior	Cria a notificação compulsória dos casos de violência doméstica por toda a rede de serviços de saúde e secretarias de segurança pública existentes no território nacional.	Benedita da Silva	Pela rejeição.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CSSF em 14/7/11.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
6.	PL 343/11	Hugo Leal	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal e ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos ao livramento condicional.	Delegado Protógenes	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 16/5/11.
7.	PL 348/11 PL 1035/11	Hugo Leal	Cria dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado para adequar as entidades de atendimento, públicas ou privadas, às diretrizes e normas deste Estatuto.	William Dib	Pela aprovação deste e do PL 1035/11 apensado, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CSSF em 7/7/11.
8.	PL 364/11	William Dib	Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Jair Bolsonaro	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTASP em 31/10/11.
9.	PL 402/11	Nilda Gondim	Proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear os brinquedos conhecidos como "pipas ou papagaios".	Edio Lopes	Pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Encaminhado à CCJC em 22/9/11.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
10.	PL 410/11	Fábio Faria	Altera o art. 17 do Código de Processo Penal, e o art. 24 do Código de Processo Penal Militar, para dispor sobre vedações à divulgação das informações que especifica e dá providências correlatas.	Dr. Carlos Alberto	Pela aprovação.	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Encaminhado à CREDN em 21/9/11.
11.	PL 643/11	Efraim Filho	Da nova redação ao art. 334 do Código Penal e acrescenta o art. 334-A, também no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Enio Bacci	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 7/7/11.
12.	PL 709/11	Weliton Prado	Institui o certificado Parceiros da Ressocialização às pessoas jurídicas que contratarem egressos e sentenciados acautelados do sistema prisional e dá outras providências.	Benedita da Silva	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 6/12/11.
13.	PL 891/11	Antonio Bulhões	Dispõe sobre a utilização de redes de serviços de telefonia móvel para a localização de pessoas desaparecidas	Lourival Mendes	Pela aprovação, com emenda.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCTCI em 17/11/11.
14.	PL 964/11 PL 1576/11	Edinho Araújo	Destina ao Fundo Nacional Anti-Drogas (FUNAD) percentual da arrecadação das loterias e concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal.	Gonzaga Patriota	Pela aprovação deste e do PL 1576/11, apensado, com substitutivo.	Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CFT em 31/10/11.
15.	PL 977/11	Fernando Jordão	Torna obrigatório o treinamento dos funcionários que trabalhem no controle de entrada e saída das unidades de ensino.	Pastor Eurico	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CEC em 16/12/11.
16.	PL 1053/11	Dr. Ubiali	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma aos Conselheiros Tutelares, e dá outras providências.	Alexandre Leite	Pela rejeição.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 29/8/11.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
17.	PL 1060/11	Dr. Ubiali	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma aos Agentes de Segurança Socioeducativos, e dá outras providências.	Alexandre Leite	Pela rejeição.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 22/9/11.
18.	PL 1198/11	Nilda Gondim	Altera a Lei nº 5.553, de 6 dezembro de 1968, para dispor sobre o procedimento para segurança de cópia de documento de identificação.	Marllos Sampaio	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 29/8/11.
19.	PL 1249/11	Erika Kokay	Dispõe sobre alimentação especial do preso.	Dalva Figueiredo	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 20/10/11.
20.	PL 1741/07	Chico Alencar	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas jurídicas reguladas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, relativamente a operações realizadas por pessoas politicamente expostas.	Stepan Nercessian	Pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 11/8/11.
21.	PL 1843/11	João Campos	Acrescenta § 4º ao art. 304, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, permitindo a autoridade policial apreciar a existência de causas excludentes de antijuridicidade, por ocasião da lavratura do auto de prisão em flagrante.	Fernando Francischini	Pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 17/11/11.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
22.	PL 3901/08	Sueli Vidigal	Dispõe sobre os horários de funcionamento das delegacias de Polícia especializadas em atendimento à mulher. Explicação da ementa: Deverá oferecer atendimento ao público durante as vinte e quatro horas do dia, sete dias por semana.	João Campos	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 31/10/11.
23.	PL 5017/05 PL 5570/05 PL 7453/06 PL 1702/07 PL 4682/09 PL 6545/06 PL 6994/06 PL 1022/07 PL 1453/11	Cabo Júlio	Inclui um Capítulo V-A, no Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, versando sobre garantias dos integrantes da polícia militar e dos corpos de bombeiros militar.	Otoniel Lima	Pela aprovação deste, das Emendas nºs 1/2011, 2/2011 e 3/2011, apresentadas na CSPCCO, e dos PLs 5.570/05, 6.545/06, 6.994/06, 1.022/07, 7.453/06, 1.702/07, 4.682/09 e 1.453/11, apensados, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTASP em 22/9/11.
24.	PL 5240/09 PL 7368/10	Manoel Junior	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, estabelecendo critérios para concessão de indulto.	Alberto Filho	Pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 7368/2010, apensado.	Aprovado o parecer, contra o voto do Deputado Alessandro Molon. Encaminhado à CCJC em 10/11/11.
25.	PL 6001/09	Carlos Bezerra	Estabelece a obrigatoriedade da existência de ala reservada a mulheres nas cadeias públicas.	Domingos Dutra	Pela rejeição.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 21/9/11.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
26.	PL 6041/09	Carlos Bezerra	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para tipificar como crime o atentado contra repartição pública, bem como inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterado pelas Leis nº 8.930, de 06 de setembro de 1964, e 9.695 de 20 de agosto de 1998, para incluir o referido atentado entre crimes hediondos.	Alberto Filho	Pela rejeição.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 10/11/11.
27.	PL 6241/09	Senado Federal	Autoriza a União a criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social.	Pastor Eurico	Pela rejeição deste e pelo encaminhamento de indicação ao Poder Executivo com sugestão de criação da Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CEC em 16/12/11.
28.	PL 6578/09	Senado Federal	Dispõe sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção da prova, o procedimento criminal e dá outras providências.	João Campos	Pela aprovação, com 19 emendas.	Aprovado o parecer, com complementação de voto com 20 emendas. Encaminhado à CFT em 19/8/11.
29.	PL 7085/10 PL 7234/10	Edmilson Valentim e Roberto Santiago	Altera a Lei nº 11.901, de 12 de Janeiro de 2009.	Keiko Ota	Pela aprovação deste, do PL 7.234/10, apensado, e das Emendas nºs 1, 2 e 3, apresentadas na CSPCCO, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTASP em 16/12/11.
30.	PL 7112/10	Gilmar Machado	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações com combustíveis destinados às forças policiais dos Estados e Municípios.	Gonzaga Patriota	Pela aprovação deste e da Emenda nº 1, apresentada na CSPCCO.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 16/5/11.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
31.	PL 7193/10	Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia.	Mendonça Prado	Pela aprovação, com emenda.	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Encaminhado à CCJC em 2/9/11.
32.	PL 7317/10	Jorge Tadeu Mudalen	Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal" e dá outras providências.	Perpétua Almeida	Pela rejeição.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 22/9/11.
33.	PL 7350/10	Roberto Britto	Altera a Lei nº 9.437/97, acrescentando disposição que atribui aos fabricantes de armas de fogo o encargo de imprimir o número de série, na superfícies interna e externa do produto.	Alexandre Leite	Pela rejeição.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 2/9/11.
34.	PL 7410/10	Daniel Almeida	Altera o § 9º do art. 8º-E, da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para incluir os agentes de trânsito entre os beneficiários do programa Bolsa-Formação.	Enio Bacci	Pela aprovação.	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Encaminhado à CFT em 18/8/11.
35.	PL 7484/10	Sueli Vidigal	Institui a Semana Nacional de Combate às Drogas.	Keiko Ota (relatora substituta)	Pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CEC em 7/7/11.
36.	PL 7977/10	Comissão de Legislação Participativa	Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.	Hugo Leal	Pela aprovação, com emenda.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 29/8/11.

Tabela 1.1. Proposições Apreciadas na Comissão – Apensadas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
1.	PL 1022/07	Celso Russomanno	Dispõe sobre garantias para o exercício das atividades de segurança pública, visando a eficiência de suas atividades e dá outras providências.	Apensado ao PL 5017/05
2.	PL 1035/11	Dr. Ubiali	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para estabelecer a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes infracionais do agente, quando da fixação da pena-base, disciplinada no art.59 do Código Penal.	Apensado ao PL 348/11
3.	PL 1453/11	Roberto de Lucena	Dá nova redação à Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1022/07
4.	PL 1576/11	Wilson Filho	Estabelece a obrigatoriedade da realização de um concurso anual e especial da Mega Sena em favor do Fundo Nacional Antidrogas.	Apensado ao PL 964/11
5.	PL 1702/07	Rodovalho	Torna obrigatória a contratação de seguro de vida e de acidentes para os integrantes das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.	Apensado ao PL 5017/05
6.	PL 4682/09	Capitão Assunção	Institui a obrigatoriedade de Seguro de Vida e de acidentes para os integrantes dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.	Apensado ao PL 5017/05
7.	PL 5570/05	Capitão Wayne	Institui a obrigatoriedade de Seguro de Vida e de acidentes para os integrantes dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.	Apensado ao PL 5017/05
8.	PL 6545/06	Perpétua Almeida	Dispõe sobre a concessão de indenização aos beneficiários de policiais civis, policiais militares e bombeiros militares falecidos em serviço.	Apensado ao PL 5017/05
9.	PL 6994/06	Perpétua Almeida	Concede indenização aos familiares de Policiais Federais mortos no exercício das suas atividades profissionais.	Apensado ao PL 5017/05
10.	PL 7234/10	Paulo Piau	Altera os dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.	Apensado ao PL 7085/10
11.	PL 7368/10	Geraldo Thadeu	Acrescenta um parágrafo único ao artigo 70 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal" para vincular o parecer do Conselho Penitenciário, nos casos em que se exige avaliação psiquiátrica, ao laudo sobre a saúde mental do preso.	Apensado ao PL 5240/09.
12.	PL 7453/06	Rose de Freitas	Institui a obrigatoriedade de contratação de Seguro de Vida para os trabalhadores e funcionários de segurança, pública ou privada.	Apensado ao PL 5017/05

Tabela 2. Outras Saídas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	ENCAMINHAMENTO
1.	PL 164/11	Weliton Prado	Dispõe sobre o desenvolvimento de política “antibullying” por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.	Apensado ao PL 7457/10. Retirado de tramitação pelo autor em 16/3/11.	
2.	PL 233/11	Sandes Junior	Dispõe sobre garantias para o exercício das atividades de segurança pública, visando a eficiência de suas atividades e dá outras providências.	Apensado ao PL 5017/05 Retirado de tramitação pelo Autor em 5/5/11.	Devolvido à CCP em 5/5/11.
3.	PL 888/11	Arnaldo Faria de Sá	Acrescenta o art. 23-A à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, dispondo sobre as condições de internação compulsória de usuários ou dependentes de drogas.	Apensado ao PL 7665/10. Novo despacho que determina a inclusão da CTASP em 16/6/11.	Devolvido à CCP em 29/11/11.
4.	PL 1072/11	Paulo Pimenta	Acrescenta inciso XII e parágrafo segundo ao art. 2.º, da Lei nº 10.826/2003, atribuindo ao SINARM competência exclusiva para autorizar e fiscalizar a recarga de munição de armas de porte leve.	Retirado de tramitação pelo Autor em 13/7/11.	Devolvido à CCP em 14/7/11.
5.	PL 1144/11	Delegado Waldir	Acrescenta o inciso IV ao art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para fixar a pena de internação compulsória para tratamento dos usuários de drogas e bebidas alcoólicas.	Apensado ao PL 7663/10. Novo despacho que determina a inclusão da CTASP em 16/6/11.	Devolvido à CCP em 29/11/11.
6.	PL 1318/11	Padre Ton	Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal, a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro	Foi despachado a 4 comissões de mérito.	Devolvido à CCP em 16/6/11.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	ENCAMINHAMENTO
7.	PL 1575/11	Wilson Filho	Acrescenta dispositivos ao art. 23 da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, para definir regras gerais para a execução de atendimento aos usuários ou dependentes de drogas.	Apensado ao PL 7665/10. Novo despacho que determina a inclusão da CTASP em 16/6/11.	Devolvido à CCP em 29/11/11.
8.	PL 1693/11 PL 2600/11	Iracema Portella	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações sobre Drogas - SINAID	Aprovado requerimento em 22/12/11 para apensar este e o PL 2600/11 ao PL 7663/10.	Devolvido à CCP em 30/12/11.
9.	PL 1729/11	Mauro Nazif	Altera a Lei nº 12.191, de 13 de janeiro de 2010, para incluir na anistia os policiais e bombeiros militares dos Estados de Rondônia e do Rio de Janeiro punidos por participar de movimentos reivindicatórios.	Apensado ao PL 2042/11. Apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 20/9/11.	Devolvido à CCP em 21/9/11.
10.	PL 1905/11	Roberto Balestra	Prevê tratamento compulsório ao usuário dependente de drogas sem capacidade de autodeterminação.	Apensado ao PL 1144/11. Novo despacho que determina a inclusão da CTASP em 16/6/11.	Devolvido à CCP em 29/11/11.
11.	PL 1931/11	Sueli Vidigal	Autoriza o Poder Público a manter sob sua tutela e internar para tratamento médico as crianças e os adolescentes apreendidos em situação de risco e fixa outras providências.	Apensado ao PL 1144/11. Novo despacho que determina a inclusão da CTASP em 16/6/11.	Devolvido à CCP em 29/11/11.
12.	PL 2042/11 PL 2113/11 PL 1729/11 PL 2133/11	Senado Federal	Concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios.	Apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 20/9/11.	Devolvido à CCP em 21/9/11.
13.	PL 2113/11	Romero Rodrigues	Alteram os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.191, de 13 de janeiro de 2010, que trata da anistia aos policiais e bombeiros militares punidos por participarem de movimentos reivindicatórios.	Apensado ao PL 2042/11. Apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 20/9/11.	Devolvido à CCP em 21/9/11.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	ENCAMINHAMENTO
14.	PL 2133/11	Mendonça Prado	Dispõe sobre a concessão de anistia a policiais e bombeiros militares do Estado do Piauí que participaram de movimentos reivindicatórios.	Apensado ao PL 2042/11. Apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 20/9/11.	Devolvido à CCP em 21/9/11.
15.	PL 2372/11	Liliam Sá	Acrescenta o inciso X ao art. 101 e o art. 101-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".	Apensado ao PL 1931/11. Novo despacho que determina a inclusão da CTASP em 16/6/11.	Devolvido à CCP em 29/11/11.
16.	PL 2600/11	Wilson Filho	Estabelece normas de funcionamento para o Observatório das Políticas sobre Drogas.	Apensado ao PL 1693/11. Aprovado requerimento em 22/12/11 para apensar o PL 1693/11 e este ao PL 7663/10.	Devolvido à CCP em 30/12/11.
17.	PL 5168/09	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir o porte de arma de fogo a integrantes de entidades científicas ou de pesquisa.	Apensado ao PL 1010/07. Retirado de tramitação pelo Autor em 21/9/11.	Devolvido à CCP em 28/9/11.
18.	PL 7663/10 PL 888/11 PL 7665/10 PL 1144/11 PL 1931/11 PL 1905/11 PL 1575/11 PL 2372/11	Osmar Terra	Acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, dispor sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e dá outras providências.	Novo despacho que determina a inclusão da CTASP em 16/6/11.	Devolvido à CCP em 29/11/11.
19.	PL 7665/10	Raul Henry	Acrescenta dispositivos ao art. 23, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para definir regras gerais para a execução de atendimento aos usuários ou dependentes de drogas.	Apensado ao PL 7663/10. Novo despacho que determina a inclusão da CTASP em 16/6/11.	Devolvido à CCP em 29/11/11.

Tabela 3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
1.	IND 912/11	Sandra Rosado	Sugere à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado a criação de uma Subcomissão Especial ou Grupo de Trabalho para apreciar os problemas de violência no Brasil e elaborar proposição legislativa, coibindo a prática de atos nocivos e atentatórios ao cidadão e ao Estado.	Otoniel Lima		Aguardando parecer.
2.	PFC 25/11	Perpétua Almeida	Requer que a CSPCCO realize a fiscalização e controle do Programa Antiterrorista no Brasil.	Delegado Protógenes		Aguardando parecer.
3.	PL 84-E/99	Luiz Piauhyllino	Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências.	Pinto Itamaraty	Pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.	Aguardando deliberação.
4.	PL 175/11 PL 2810/11	Antonio Carlos Mendes Thame	Determina a adoção de número único para emergências e segurança pública.	Keiko Ota		Aguardando parecer.
5.	PL 340/11 PL 1947/11 PL 228311	Hugo Leal	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para dispor sobre a confissão premiada.	Fernando Francischini	Pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos PLs 1947/11 e 2283/11, apensados.	Aguardando deliberação.
6.	PL 345/11	Hugo Leal	Altera dispositivo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para aplicação do Estatuto às pessoas entre 18 (dezoito) e 26 (vinte e seis) anos de idade.	Dalva Figueiredo	Pela rejeição.	Aguardando deliberação

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
7.	PL 346/11	Hugo Leal	Altera dispositivo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para prever aumento do tempo de internação de adolescente autor de ato infracional grave e conceder-lhe formação técnico-profissional.	Alessandro Molon		Aguardando parecer.
8.	PL 347/11 PL 1052/11 PL 1895/11	Hugo Leal	Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tratar dos casos de aplicação da medida de internação.	Benedita da Silva	Pela rejeição deste e do PL 1052/11, apensado.	Devolvido à Relatora para dar parecer ao PL 1895/11, apensado. Aguardando parecer.
9.	PL 365/11	William Dib	Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, Lei do Serviço Militar, e dá outras providências.	Otoniel Lima		Aguardando parecer.
10.	PL 370/11	Alessandro Molon	Estabelece princípios e diretrizes para promoção e instalação de programas, projetos e ações de pacificação social, policiamento comunitário e Unidades de Polícia Pacificadora ou órgãos assemelhados em todo território nacional e dá outras providências.	Hugo Leal		Aguardando parecer.
11.	PL 513/11	Senado Federal	Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso de drogas.	Alessandro Molon		Aguardando parecer.
12.	PL 583/11	Pedro Paulo	Dispõe sobre o monitoramento por instrumentos de geolocalização para os indivíduos sujeitos ao sistema penitenciário da União Federal.	Perpétua Almeida		Aguardando parecer.
13.	PL 604/11 PL 732/11 PL 1225/11	Manoel Junior	Dispõe sobre a Política de Prevenção à Violência contra os Profissionais do Magistério Público e Privado e dá outras providências.	Marllos Sampaio	Pela rejeição deste e dos PLs 732/11 e 1225/11, apensados.	Devolvido ao relator, a pedido, em 2/8/11. Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
14.	PL 669/11	Weliton Prado	Dispõe sobre a aquisição, no âmbito das administrações das unidades prisionais, de alimentos produzidos pela agricultura familiar.	Fátima Pelaes		Aguardando parecer.
15.	PL 701/11	Valadares Filho	Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e dá outras providências, para dispor sobre a participação de representantes da sociedade nos conselhos de segurança pública.	José Augusto Maia	Pela rejeição.	Aguardando parecer.
16.	PL 710/11	Weliton Prado	Dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartazes em boates e casas noturnas alertando sobre os riscos do uso das drogas.	William Dib		Aguardando parecer.
17.	PL 750/11	William Dib	Altera o inciso III e o parágrafo 8º do art. 4º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências".	Edio Lopes	Pela rejeição.	Aguardando deliberação.
18.	PL 918/11	Carlos Bezerra	Altera dispositivos da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento.	Alessandro Molon		Aguardando parecer.
19.	PL 997/11 PL 1697/11 PL 2516/11	Duarte Nogueira	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, para obrigar, na marcação de fábrica, o uso de "Chip" contendo os dados de identificação e segurança das armas de fogo.	Hugo Leal		Aguardando parecer.
20.	PL 1011/11 PL 1494/11 PL 1573/11	Fábio Faria	Define o crime de Intimidação escolar no Código Penal Brasileiro e dá outras providências.	Dr. Carlos Alberto	Pela aprovação do pl 1494/11 e pela rejeição dos de nº 1011/11 e 1573/11.	Devolvido ao relator, a pedido, em 16/8/11. Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
21.	PL 1028/11	João Campos	Altera a redação dos artigos 60, 69, 73 e 74, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo pelos delegados de polícia.	Fernando Francischini	Pela aprovação, com Substitutivo.	Devolvido ao relator, para elaborar parecer sobre a emenda apresentada ao substitutivo, em 22/11/11. Aguardando parecer sobre emendas apresentadas ao substitutivo.
22.	PL 1046/07	Maurício Trindade	Dispõe sobre a acessibilidade aos métodos contraceptivos nos presídios em todo o território nacional.	Fátima Pelaes		Aguardando parecer.
23.	PL 1069/11	Ricardo Izar	Altera os arts. 41, 66 e 68 da Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, e acrescenta o art. 319-B ao Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de assegurar a concessão dos benefícios da progressão de regime, da detração, da remição e do livramento condicional, e a imediata colocação em liberdade do preso que haja cumprido integralmente a pena.	Delegado Protógenes	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
24.	PL 1070/11	Paulo Pimenta	Altera a redação do parágrafo único do art. 2º do Estatuto do Desarmamento, colocando sob o controle do SINARM as armas de todos os policiais e dos bombeiros militares.	Hugo Leal		Aguardando parecer.
25.	PL 1078/11	Delegado Protógenes	Altera a Lei nº 10.446, de 08 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
26.	PL 1332/03 PL 1017/07 PL 2857/04 PL 4896/09 PL 6665/06 PL 3854/04 PL 5959/05 PL 6810/06 PL 7284/06 PL 3969/08 PL 4821/09 PL 7937/10 PL 201/11	Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre as atribuições e competências comuns das Guardas Municipais do Brasil. Regulamenta e disciplina a constituição, atuação e manutenção das Guardas Civas Municipais como Órgãos de Segurança Pública em todo o Território Nacional e dá outras providências.	Fernando Francischini		Aguardando parecer.
27.	PL 1341/07 PL 3027/08	Senado Federal (Demóstenes Torres)	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dar novo tratamento ao instituto da fiança no processo penal e dá outras providências	Jair Bolsonaro	Pela aprovação do PL 1341/07 e pela rejeição do PL 3027/08.	Aguardando deliberação.
28.	PL 1359/11	Iracema Portella	Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, definindo critérios para as diretrizes para doação ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) e utilização dos recursos.	Arthur Lira		Aguardando parecer.
29.	PL 1360/11 PL 1557/11	Rodrigo de Castro	Altera as Leis nº 9.613, de 03 de março de 1998; nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; e nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para ampliar as fontes de recursos e itens de cobertura do Fundo Nacional de Segurança Pública; e destacar, aos municípios, parte dos recursos para aplicação direta em projetos locais de segurança pública.	Stepan Nercessian	Pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1557/11, apensado, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
30.	PL 1450/11	Roberto Britto	Eleva a alíquota do IPI incidente sobre bebidas alcoólicas, armas de fogo e munições em 5% e altera a redação da Lei nº 10.201/2001 destinando a arrecadação decorrente ao Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.			Aguardando designação de relator.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
31.	PL 1478/11	José Augusto Maia	Modifica a redação da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, estabelecendo condições para o recebimento do FNSP pelos Municípios.	Lourival Mendes		Aguardando parecer.
32.	PL 1547/11 PL 1559/11	Geraldo Resende	Acresce parágrafo ao art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Pinto Itamaraty	Pela aprovação deste e do PL 1559/11, apensado.	Aguardando deliberação.
33.	PL 1548/11	Alexandre Leite	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento.	Jair Bolsonaro	Pela aprovação deste, e da Emenda 1/11, com substitutivo.	Devolvido ao Relator, a pedido, em 4/11/11. Aguardando parecer.
34.	PL 1557/07	Ivan Valente	Dispõe sobre a expropriação de glebas onde houver milícias armadas e dá outras providências	Perpétua Almeida	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
35.	PL 1558/11	João Campos	Dispõe sobre as organizações terroristas, os meios de prevenção, investigação, obtenção de prova, o procedimento criminal e dá outras providências.	Hugo Leal		Aguardando parecer.
36.	PL 1585/11	Padre Ton	Dá nova redação as alíneas "b" e "j" do art. 4º e os parágrafos 2º e 3º e alíneas do art. 6º da Lei nº 4.898, de 1965, que trata do abuso de autoridade e dá outras providências.	Stepan Nercessian	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
37.	PL 1594/11	Rose de Freitas	Dispõe sobre a custódia de presos nas unidades das Polícias Federal e Cíveis dos Estados e do Distrito Federal.	William Dib		Aguardando parecer.
38.	PL 1607/11 PL 1802/11	Sandra Rosado	Acresce parágrafo ao art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal", e revoga o art. 103 do mesmo diploma legal.	Gonzaga Patriota		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
39.	PL 1685/11	Eros Biondini	Autoriza transferência, a título de contribuição de capital, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs, em atenção ao disposto no §6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	Hugo Leal		Aguardando parecer.
40.	PL 1754/11	Ronaldo Benedet	Altera, inclui e revoga dispositivos na Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; revoga dispositivo da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências.	Nelson Pellegrino	Pela aprovação, com emenda.	Aguardando deliberação.
41.	PL 1785/11 PL 7457/10 PL 283/11 PL 1841/11 PL 350/11 PL 908/11 PL1226/11 PL 1633/11 PL 1765/11 PL 2048/11 PL 2108/11	Senado Federal	Acrescenta inciso IX ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao <i>bullying</i> .	William Dib	Pela aprovação deste e de todos os apensados, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
42.	PL 1800/11	João Campos	Acrescenta o inciso X ao art. 6º, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, tornando obrigatória a reconhecimento visuográfica do local do crime.	Delegado Protógenes		Aguardando parecer.
43.	PL 1819/11	Pauderney Avelino	Estabelece condições para cumprimento de pena privativa de liberdade em hospitais-presídios.	William Dib		Aguardando parecer.
44.	PL 1856/11	Arthur Oliveira Maia	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento. Explicação: Aumenta as penas dos crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento.	Edio Lopes		Aguardando parecer.
45.	PL 1889/11 PL 1904/11	Washington Reis	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dispor sobre a apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado.	Marllos Sampaio		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
46.	PL 1910/11	Eduardo da Fonte	Altera o art. 302 do Código de Processo Penal, para incluir como hipótese de flagrante a apresentação espontânea.	Alessandro Molon	Pela rejeição.	Aguardando deliberação.
47.	PL 1966/11	Edson Pimenta	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências", para permitir o porte de arma de fogo pelos integrantes dos órgãos policiais das Assembleias Legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.			Aguardando designação de relator.
48.	PL 2005/11	Wellington Fagundes	Destina parcela dos recursos da COFINS para tratamento e recuperação de usuários de drogas por meio do Fundo Nacional Antidrogas e do Sistema Único de Saúde.	Mauro Lopes		Aguardando parecer.
49.	PL 2046/11	Iracema Portella	Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar de medidas preventivas ao uso de drogas.	Romero Rodrigues		Aguardando parecer.
50.	PL 2053/11	Hugo Leal	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a pena de recolhimento domiciliar, extinguir o regime de albergamento, modificar o sistema progressivo de cumprimento de pena e os requisitos à obtenção do livramento condicional, e dá outras providências.	Alexandre Leite		Aguardando parecer.
51.	PL 2080/11	Wilson Filho	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações, pelas emissoras de rádio e de televisão, de material educativo sobre o combate ao uso de drogas ilícitas.	Pastor Eurico		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
52.	PL 2231/11	Domingos Dutra	Altera o art. 321 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal - O criminoso passível de condenação pelo cumprimento de penas alternativas não será recolhido à prisão no momento de lavratura do auto de prisão em flagrante ou de apreensão e poderá responder o processo em liberdade.	Nelson Pellegrino		Aguardando parecer.
53.	PL 2232/11	Domingos Dutra	Dispõe sobre a dedutibilidade das doações ao Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) da base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido.	José Augusto Maia		Aguardando parecer.
54.	PL 2233/11	Domingos Dutra	Altera os arts. 13, 14, 25, 59, 63, 70, 72, 75, 77, 81, 82 e 103, e acrescenta os arts. 30-A, 205 e o Capítulo VIII ao Título IV da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal. - Aperfeiçoamento da Lei de Execução Penal visando a correção de lacunas do Sistema Carcerário.	Benedita da Silva		Aguardando parecer.
55.	PL 2282/11	Nelson Bornier	Torna obrigatório a utilização de detectores de metal nos estádios de futebol que especifica e dá outras providências.	Emiliano José		Aguardando parecer.
56.	PL 2291/11	Gean Loureiro	Regula a investigação criminal conduzida por Oficiais de Polícia Militar e dá outras providências.	Otoniel Lima	Parecer pela aprovação com emenda.	Aguardando deliberação.
57.	PL 2292/11	Gean Loureiro	Regula as ações de Polícia Administrativa exercida pelas Polícias Militares no exercício da Polícia Ostensiva e da Preservação da Ordem Pública, e dá outras providências.	Mendonça Prado		Aguardando parecer.
58.	PL 2297/11	Bonifácio de Andrada	Aumenta a pena de crimes de roubo praticados com violência ou grave ameaça, mesmo quando a arma utilizada seja de brinquedo.	Edio Lopes		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
59.	PL 2319/07 PL 913/11 PL 1972/11 PL 2281/11	Senado Federal (Romero Jucá)	Altera a redação do caput do art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), nos produtos que menciona, quando adquiridos por órgãos de segurança pública.	João Campos		Aguardando parecer.
60.	PL 2325/11	Jefferson Campos	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a comercialização de armas de pressão e de armas de gás comprimido.	Alexandre Leite		Aguardando parecer.
61.	PL 2446/11	Ricardo Berzoini	Altera o art. 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.	Edio Lopes		Aguardando parecer.
62.	PL 2561/11	Marcelo Aguiar	Acresce dispositivo à Lei nº 10.826, de 2003 - Estatuto do Desarmamento. Explicação: Estabelece a apreensão e destruição de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo que forem fabricados e colocados à venda e cominação de multa.			Aguardando designação de relator.
63.	PL 2648/11	Jorginho Mello	Dispõe sobre a instalação de equipamentos de vigilância nas arenas multiuso, ginásios e estádios de futebol, credenciados para a realização de jogos oficiais.			Aguardando designação de relator.
64.	PL 2658/11	Lindomar Garçon	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos de comunicação social fornecerem coletes à prova de bala, com as especificações técnicas descritas, para os seus funcionários que façam cobertura jornalística de operações policiais.			Aguardando designação de relator.
65.	PL 2701/11	Fabio Trad	Tipifica a conduta de constranger, solicitar ou exigir dinheiro ou qualquer vantagem para explorar a permissão de estacionamento de veículo alheio ou impor serviço contra a vontade do condutor.			Aguardando designação de relator.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
66.	PL 2735/11	Dimas Fabiano	Torna obrigatória a vigilância, pelos órgãos de segurança pública estaduais e distrital ou pelas guardas municipais, das escolas públicas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio.			Aguardando designação de relator.
67.	PL 2753/11	Luciano Castro	Proíbe o uso de embalagens de alumínio no acondicionamento de alimentos em estabelecimentos penitenciários.			Aguardando designação de relator.
68.	PL 2773/11	Eliseu Padilha	Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.			Aguardando designação de relator.
69.	PL 2784/11	Poder Executivo	Dá nova redação ao art. 387 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.			Aguardando designação de relator.
70.	PL 2786/11	Poder Executivo	Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.			Aguardando designação de relator.
71.	PL 2801/11	Luiz Argôlo	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento, para dispor sobre armas menos letais. Explicação da ementa: Determina a adoção de número único para emergências em estradas municipais, estaduais, federais e concessionadas.			Aguardando designação de relator.
72.	PL 2834/11	Manoel Junior	Estabelece prioridade para atendimento, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, de projetos de prevenção à criminalidade que articulem as comunidades com os órgãos de segurança pública.			Aguardando designação de relator.
73.	PL 2839/11	Keiko Ota	Acrescenta o art. 394-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.			Aguardando designação de relator.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
74.	PL 3624/08 PL 4408/08	Tadeu Filippelli	Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências, para conceder porte de arma aos integrantes dos quadros de pessoal de fiscalização dos departamentos de trânsito.	Romero Rodrigues	Pela aprovação deste e do PL 4.408/08, apensado, com substitutivo	Aguardando deliberação.
75.	PL 3700/97 PL 2065/07 PL 5116/01 PL 6742/02	Zaire Rezende	Revoga o art. 21 e parágrafo único do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal Explicação da ementa: revogando o dispositivo que estabelece a incomunicabilidade do preso.	João Campos		Aguardando parecer.
76.	PL 3941/04 PL 1010/07 PL 5041/05 PL 5604/09 PL 7170/10	Nelson Bornier	Altera disposições da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	Carlos Sampaio		Aguardando parecer.
77.	PL 4655/09	Glauber Braga	É introduzida a Subseção VI na Seção III da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com o conceito de sobrepena e suas consequências.	Domingos Dutra		Aguardando parecer.
78.	PL 4912/09	Nelson Bornier	Proíbe a comercialização de bebida ou outro produto em recipiente de vidro, nas boates e casas noturnas e dá outras providências.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
79.	PL 4941/09 PL 4981/09 PL 5522/09 PL 1330/11	Eduardo da Fonte	Estabelece pena aos usuários de drogas.	João Campos		Aguardando parecer.
80.	PL 5618/05 PL 7456/06 PL 7741/10	Durval Orlato	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de vigia e dá outras providências.	Emiliano José	Pela rejeição deste e dos PLs 7456/06 e 7741/10, apensados.	Aguardando deliberação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
81.	PL 5799/09 PL 6399/09	Capitão Assunção	Estipula carga horária semanal máxima para os operadores de segurança que especifica, tais como os que compõem os organismos militares estaduais, polícia judiciária e guardas municipais.	Mendonça Prado		Aguardando parecer.
82.	PL 6125/09 PL 2122/11 PL 2554/11	Senado Federal (Marcelo Crivella)	Disciplina o uso de cassetetes e armas perfurocortantes pelos agentes de segurança pública, nas atividades de policiamento ostensivo, em todo território nacional.	Ronaldo Fonseca	Pela aprovação.	Devolvido ao relator, a pedido, em 17/5/11. Aguardando parecer.
83.	PL 6162/05	Jair Bolsonaro	Altera a redação do art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.	João Campos		Aguardando parecer.
84.	PL 6601/09 PL 7361/10	Alex Canziani	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento. Explicação da ementa: Dispõe sobre registro para posse de arma de fogo.	Arthur Lira		Aguardando parecer.
85.	PL 6699/09 PL 6795/10 PL 7058/10	Duarte Nogueira	Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.	João Campos		Aguardando parecer.
86.	PL 6726/10 PL 1180/11	Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre o acesso de autoridades às informações relativas à localização de aparelhos de telefonia celular.	Mauro Lopes	Pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 1180/11, apensado.	Aguardando deliberação.
87.	PL 6750/10 PL 3883/08 PL 3380/08	Senado Federal	Dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de marca-passos ou aparelho similar por meio de portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes, e dá outras providências.			Aguardando designação de relator.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
88.	PL 6908/10	Ratinho Júnior	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor.	Marllos Sampaio	Pela aprovação, com substitutivo.	Devolvido ao Relator, a pedido, em 20/10/11. Aguardando parecer.
89.	PL 6971/10	Milton Monti	Acrescenta o inciso XI ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências. Explicação: Autoriza o porte de arma para colecionadores e atiradores.	Fátima Pelaes	Parecer pela rejeição.	Aguardando deliberação.
90.	PL 7251/06 PL 4211/08	Poder Executivo	Altera o art. 63 e parágrafo único da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal. Aumenta para 18 (dezoito) o número de Conselheiros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e para 3 (três) anos a duração de seu mandato.	Domingos Dutra		Aguardando parecer.
91.	PL 7309/10	Silas Câmara	Dispõe sobre o direito de acesso gratuito dos órgãos de segurança ao rádio e à televisão, e dá outras providências.	José Augusto Maia		Aguardando parecer.
92.	PL 7439/06 PL 7551/06	Antonio Carlos Mendes Thame	Regulamenta a imprescritibilidade e a inafiançabilidade de crimes praticados por grupos armados e associações criminosas que atentem contra a segurança e a ordem constitucional e o Estado democrático, institui medidas repressivas a estas condutas e cria novas figuras penais.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
93.	PL 7742/10 PL 938/11	Lindomar Garçon	Autoriza os Agentes Penitenciários Federais e Estaduais a portarem arma fora do horário de expediente.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO EM 31/12/11
94.	PL 7896/10	Procuradoria-Geral da República	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas, define crimes e dá outras providências, para permitir o porte de arma pelos agentes de segurança do Ministério Público da União.	Domingos Dutra		Aguardando parecer.
95.	PL 8006/10	Jair Bolsonaro	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, relativamente aos crimes de quadrilha, associação para o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e contra o patrimônio praticados com grave ameaça ou violência à pessoa.	Lourival Mendes		Aguardando parecer.
96.	PL 8018/10	Jair Bolsonaro	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM.	Dr. Carlos Alberto	Pela rejeição	Devolvido ao Relator, a pedido, em 15/9/11. Aguardando parecer.

Tabela 3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensadas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
1.	PL 201/11	Sandes Júnior	Destina o número telefônico 153 para chamadas gratuitas de emergência, exclusiva para as guardas municipais.	Apensado ao PL 7937/10.
2.	PL 283/11	Thiago Peixoto	Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas em todo o território nacional, e dá outras providências.	Apensado ao PL 7457/10.
3.	PL 350/11	Marcelo Aguiar	Cria o Programa de Combate ao Bullying Escolar.	Apensado ao PL 283/11.
4.	PL 732/11	Sr. Audifax	Dispõe sobre o Programa Nacional de Prevenção à Violência contra Educadores (PNAVE) e dá outras providências.	Apensado ao PL 604/11.
5.	PL 908/11	Ricardo Izar	Dispõe sobre a política "antibullying" nas instituições de ensino no País e dá outras providências.	Apensado ao PL 7457/10.
6.	PL 913/11	Nilton Capixaba	Estende a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para veículos adquiridos pelos integrantes das carreiras que compõem os órgãos relacionados no art. 144 da Constituição Federal, nas condições que estabelece.	Apensado ao PL 2319/07.
7.	PL 938/11	Mauro Nazif	Acresce dispositivos ao art. 123 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, para autorizar o porte de arma de fogo aos seus integrantes.	Apensado ao PL 7742/10.
8.	PL 1010/07	Moreira Mendes	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento). Explicação: Estabelece a competência da Polícia Civil para expedir Certificado de Registro de Arma de Fogo e autorização para o porte de arma estadual; autoriza trabalhadores e pesquisadores a portar arma de fogo para prover a própria integridade física; torna afiançável o crime de porte ilegal de arma quando se tratar de espingardas e rifles.	Apensado ao PL 3941/04.
9.	PL 1017/07	Celso Russomanno	Altera dispositivo da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	Apensado ao PL 1332/03.
10.	PL 1052/11	Dr. Ubiali	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - para ampliar o prazo de internação do adolescente infrator, estabelecer a possibilidade de aplicação de medidas de segurança, e dá outras providências.	Apensado ao PL 347/11.
11.	PL 1180/11	Antônia Lúcia	Dispõe sobre o fornecimento de informações por concessionária de telefonia fixa e móvel para fins de segurança pública.	Apensado ao PL 6726/10.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
12.	PL 1225/11	Weliton Prado	Dispõe sobre os crimes contra a ordem tributária e contra a Previdência Social e dá outras providências.	Apensado ao PL 604/11.
13.	PL 1226/11	Sandro Mabel	Insera o art. 9º-A e acrescenta os incisos IX e X ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para determinar a criação de medidas de prevenção e combate a práticas de intimidação sistemática nas escolas de educação básica.	Apensado ao PL 7457/10.
14.	PL 1330/11	Arnaldo Faria de Sá	Altera os arts. 28, 29, 30, 33 e 39, todos da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 4981/09.
15.	PL 1494/11	Junji Abe	Dispõe sobre o crime de intimidação vexatória.	Apensado ao PL 1011/11.
16.	PL 1557/11	Eduardo da Fonte	Altera a Lei nº 11.343, de 2006, para determinar que os bens, numerário e os valores apreendidos e/ou auferidos com a venda judicial e alienação de bens apreendidos de traficantes sejam destinados aos Estados onde foram apreendidos.	Apensado ao PL 1360/11.
17.	PL 1559/11	Romero Rodrigues	Acresce parágrafo ao art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Apensado ao PL 1547/11.
18.	PL 1573/11	Arthur Lira	Acrescenta o art. 140-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 117-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de tipificar o crime de "bullying".	Apensado ao PL 1011/11.
19.	PL 1633/11	Felipe Bornier	Proíbe a prática de trotes violentos e de "bullying" presencial ou virtual nas instituições de ensino públicas e privadas.	Apensado ao PL 7457/10.
20.	PL 1697/11	Washington Reis	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento, obrigando a gravação em arma de fogo do número da identidade do adquirente.	Apensado ao PL 997/11.
21.	PL 1765/11	Eliane Rolim	Torna obrigatória a veiculação de mensagens, desenhos ou logomarcas educativas contra a prática do bullying nas capas e contracapas dos cadernos escolares e dos livros didáticos adquiridos pela rede pública de ensino de todo o País.	Apensado ao PL 7457/10.
22.	PL 1802/11	Ronaldo Fonseca	Acresce parágrafo ao art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal", e revoga o art. 103 do mesmo diploma legal.	Apensado ao PL 1607/11.
23.	PL 1841/11	Eliane Rolim	Dispõe sobre a realização de seminário contra a prática do bullying nas escolas da rede pública e privada de ensino.	Apensado ao PL 283/11.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
24.	PL 1895/11	Alexandre Leite	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1052/11.
25.	PL 1904/11	Roberto Balestra	Acrescenta a alínea c ao inciso II do art. 91 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e o Capítulo IV-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 10 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Apensado ao PL 1889/11.
26.	PL 1947/11	CLP	Altera a redação dos arts. 16 e 65 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Apensado ao PL 340/11.
27.	PL 1972/11	Washington Reis	Altera o caput do art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, "que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial", para estender aos órgãos de segurança pública dos Municípios a isenção do IPI na aquisição dos produtos que especifica.	Apensado ao PL 2319/07.
28.	PL 2048/11	Eliane Rolim	Dispõe sobre o serviço de Disque-Denúncia de atos ou infrações que favoreçam ou denotem a prática do bullying.	Apensado ao PL 7457/10.
29.	PL 2065/07	Manoel Junior	Revoga o art. 21 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - o Código de Processo Penal, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3700/97.
30.	PL 2108/11	Onofre Santo Agostini	Dispõe sobre a proibição de trotes violentos e/ou vexatórios aplicados em alunos iniciantes das instituições escolares de nível médio e superior.	Apensado ao PL 1633/11.
31.	PL 2122/11	Walney Rocha	Dispõe sobre o uso preferencial de armas não-letais pelos agentes da lei em âmbito nacional de forma a possibilitar o uso gradual e escalonado da força.	Apensado ao PL 6125/09.
32.	PL 2281/11	Costa Ferreira	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os veículos adquiridos por policiais militares, nas condições que estabelece.	Apensado ao PL 913/11.
33.	PL 2283/11	Nelson Bornier	Dispõe sobre a confissão premiada.	Apensado ao PL 340/11.
34.	PL 2516/11	Cândido Vaccarezza	Acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.	Apensado ao PL 997/11.
35.	PL 2554/11	João Campos	Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo, padronizando o uso da força pelos órgãos de segurança pública.	Apensado ao PL 2122/11.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
36.	PL 2810/11	Edinho Araújo	Determina a adoção de número único para emergências em estradas municipais, estaduais, federais e concessionadas.	Apensado ao PL 175/11.
37.	PL 2857/04	Nelson Marquzezelli	Altera a redação da Lei nº 10.826/03, autorizando o porte de arma de fogo aos integrantes das guardas municipais.	Apensado ao PL 1332/03.
38.	PL 3027/08	Carlos Souza	Altera o art. 322 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para autorizar a concessão de fiança pela autoridade policial quando atendidos os requisitos previstos no art. 44 do Código Penal.	Apensado ao PL 1341/07.
39.	PL 3380/08	Antonio Bulhões	Dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de marcapasso ou aparelho similar por portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes.	Apensado ao PL 6750/10.
40.	PL 3854/04	Carlos Sampaio	Altera a redação do inciso III e suprime o inciso IV, ambos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 1332/03.
41.	PL 3883/08	Vital do Rêgo Filho	Dispõe sobre a afixação de aviso de dispensa à passagem dos portadores de marcapasso pelas portas com detetores magnéticos de inspeção.	Apensado ao PL 3380/08.
42.	PL 3969/08	Renato Amary	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, "que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 1332/03.
43.	PL 4211/08	CPICARCE	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.	Apensado ao PL 7251/06.
44.	PL 4408/08	João Campos	Altera o art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir porte de arma aos agentes de trânsito das Secretarias Municipais de Trânsito.	Apensado ao PL 3624/08.
45.	PL 4821/09	João Herrmann	Inclui inciso XII, no art. 295, do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941).	Apensado ao PL 1332/03.
46.	PL 4896/09	Milton Monti	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento)	Apensado ao PL 2857/04.
47.	PL 4981/09	Laerte Bessa	Altera os arts. 27, 28, 29, 33 e 39, todos da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 4941/09.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
48.	PL 5041/05	Onyx Lorenzoni	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 3941/04.
49.	PL 5116/01	José Carlos Coutinho	Invalida o art. 21 e o seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - o Código de Processo Penal. Explicação da ementa: Revogando o artigo que trata da incomunicabilidade do indiciado no inquérito policial.	Apensado ao PL 3700/97.
50.	PL 5522/09	Francisco Tenório	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei Antidrogas) para tornar crime o uso de drogas e estabelecer pena a seus usuários.	Apensado ao PL 4941/09.
51.	PL 5604/09	Paes de Lira	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.	Apensado ao PL 5041/05.
52.	PL 5959/05	Chico Sardelli	Dispõe sobre regulamentação, atribuição e competências das Guardas Municipais como órgãos do Sistema de Segurança Pública em todo o Território Nacional, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1332/03.
53.	PL 6399/09	Mauro Nazif	Inclui parágrafo único ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária semanal máxima de quarenta e oito horas.	Apensado ao PL 5799/09.
54.	PL 6665/06	Chico Sardelli	Altera a redação da Lei nº 10.826, de 2003, autorizando o porte de arma de fogo aos integrantes das guardas municipais, nos limites dos respectivos Estados.	Apensado ao PL 2857/04.
55.	PL 6742/02	José Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Decreto-Lei nº 3.689, de 2 de outubro de 1941.	Apensado ao PL 3700/97.
56.	PL 6795/10	Washington Luiz	Cria o Cadastro Único de Pessoas Desaparecidas.	Apensado ao PL 6699/09.
57.	PL 6810/06	Chico Sardelli	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de colete à prova de balas aos Guardas Municipais de todos os Municípios do Brasil.	Apensado ao PL 5959/05.
58.	PL 7058/10	Paulo Roberto Pereira	Cria o Cadastro de Pessoas Desaparecidas.	Apensado ao PL 6699/09.
59.	PL 7170/10	Nelson Goetten	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, para especificar os procedimentos para o aproveitamento das armas de fogo, acessórios e munição apreendidos.	Apensado ao PL 3941/04.
60.	PL 7284/06	Milton Monti	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm.	Apensado ao PL 1332/03.
61.	PL 7361/10	Pompeo de Mattos	Altera o art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, permitindo a reabertura de prazos para cadastramento de armas de fogo e dá outras providências.	Apensado ao PL 6601/09.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
62.	PL 7456/06	Milton Monti	Dispõe sobre a regulamentação da atividade de Vigilante Noturno e Diurno Autônomo.	Apensado ao PL 5618/05.
63.	PL 7457/10	Sueli Vidigal	Dispõe sobre o desenvolvimento de política "antibullying" por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.	Apensado ao PL 1785/11.
64.	PL 7551/06	Paulo Lima	Torna imprescritíveis e inafiançáveis os crimes praticados por grupos armados e associações criminosas.	Apensado ao PL 7439/06.
65.	PL 7741/10	Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre o reconhecimento da profissão de vigia autônomo e afins e dá outras providências.	Apensado ao PL 5618/05.
66.	PL 7937/10	Celso Russomanno	Destina o número telefônico 153 para chamadas gratuitas de emergência, exclusiva para as guardas municipais.	Apensado ao PL 1332/03.

Tabela 4. Requerimentos

Abreviaturas: Tipo: SC - Subcomissão ou Grupo de Trabalho AP - Audiência Pública OE - Outros Eventos D - Assuntos Diversos RI - Requerimento de Informação

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
1	PERPÉTUA ALMEIDA	Requer a criação de Subcomissão Especial com a finalidade de apreciar as propostas em trâmite nesta casa relativas ao Código Penal.	SC	6/4/11 Aprovado, com o seguinte nome: Subcomissão Especial para Tratar de Crimes Anistiados, Legislação Penal, Processual Penal, do Ponto de Vista da Segurança Pública.	3/5/11 Arquivado.
2	MARLLOS SAMPAIO	Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater/discutir medidas de segurança mais eficazes que promovam a segurança das pessoas idosas durante a realização de operações bancárias, convocando-se para esse debate o Ministro da Previdência Social, Presidente do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Representantes legais das Instituições Bancárias e Financeiras, Presidente do Banco Central, Membro do Ministério Público, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Idosas, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e dos demais órgãos e organizações envolvidas na prevenção de crimes e proteção aos direitos dos idosos.	AP	6/4/11 Aprovado com alteração para convite, com referência expressa sobre empréstimo consignado ao idoso entre os temas a serem abordados e convite ao Presidente da Febraban para participar da audiência.	14/6/11 Audiência realizada. 15/6/11 Arquivado.
3	FERNANDO FRANCISCHINI	Solicita a realização de Audiência Pública com a presença do Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, e da Subprocuradora-Geral da República, Sra. Raquel Elias Ferreira Dodge, para prestarem esclarecimentos acerca da operação "Caixa de Pandora" e da efetividade do instrumento penal da "delação premiada".	AP	23/3/11 Aprovado.	Ofícios nºs 21 e 22/11-Pres. encaminhados em 23/3/11.
4	JOÃO CAMPOS, FERNANDO FRANCISCHINI, DELEGADO WALDIR E STEPAN NERCESSIAN	Requer a realização de audiência pública para apresentação do Mapa da Violência 2011 pelo Instituto Sangari.	AP	6/4/11 Aprovado, com a inclusão dos temas "Avanços na Segurança Pública" e "Política de Segurança Pública no País" a serem abordados pela convidada Regina Maria Filomena de Luca Miki.	5/5/11 Audiência realizada. 5/5/11 Arquivado.
5	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer que seja realizada Audiência Pública, para discutir a atual situação do Sistema Penitenciário Federal e Estadual.	AP	6/4/11 Aprovado.	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
6	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer que seja realizada nessa Comissão, Audiência Pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para discutir a atual situação dos acordos e convênios internacionais de extradição e repatriação de recursos.	AP	13/4/11 Aprovado com a participação dos seguintes convidados: Ministro Gilmar Mendes; Representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça; Representante da Interpol; e Representante do Departamento de Polícia Federal.	
7	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer a criação de Subcomissão Permanente para Avaliação, Investigação de Denúncias e Acompanhamento de Operações Policiais sobre Crime Organizado, Tráfico de Drogas e Armas, Contrabando, Crimes em Fronteiras, Pirataria, Corrupção, Lavagem de Dinheiro, Violência Rural e Urbana e Situações Conexas Pertinentes à Segurança Pública.	SC	6/4/11 Aprovada a criação da Subcomissão Permanente e a alteração do nome da Subcomissão Especial para: "Subcomissão Especial para Promover o Conhecimento e Difusão de Programas Exitosos, Referentes à Segurança Pública, Combate ao Crime Organizado e Sistema Penitenciário Implantados no País e no Exterior".	3/5/11 Subcomissão instalada. 10/5/11 Arquivado.
8	DELEGADO WALDIR	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a carga horária semanal para os operadores de segurança pública, objeto do Projeto de Lei nº 5.799/09.	AP	6/4/11 Aprovado, com a inclusão de convite aos titulares das confederações nacionais pertinentes.	24/5/11 Audiência realizada. 24/5/11 Arquivado.
9	DELEGADO WALDIR	Requer a realização de audiência pública para debater com os Embaixadores do Brasil no Paraguai e Bolívia sobre temas referentes a drogas e roubo/furto de veículos.	AP		Não deliberado.
10	DELEGADO WALDIR	Requer seja convidada a Secretária Nacional de Segurança Pública, Dr ^a Regina Maria Filomena de Luca Miki, para expor quais foram os avanços na segurança pública do País nos últimos anos.	AP	6/4/11 Declarada a prejudicialidade, em virtude da proposta ter sido contemplada no Req. nº 4/11.	6/4/11 Arquivado.
11	DELEGADO WALDIR	Requer seja convidada a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministra Maria do Rosário Nunes, para discorrer sobre os grupos de extermínio que estão agindo no Brasil, em especial, sobre o desmantelado recentemente em Goiás.	AP	6/4/11 Aprovado.	10/5/11 Audiência realizada. 10/5/11 Arquivado.
12	ALBERTO FILHO	Requer realização de Audiência Pública para debater o PL nº 6041/09	AP	6/4/11 Aprovado, com a inclusão da Associação Nacional dos Defensores Públicos entre as entidades a serem convidadas.	16/8/11 Audiência realizada. 16/8/11 Arquivado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
13	ALESSANDRO MOLON	Requer a aprovação de Audiência Pública com o objetivo de debater o controle de armas no Brasil.	AP	6/4/11 Aprovado, com a inclusão de representante do Sistema Nacional de Armas – SINARM; do Sr. Salésio Nuhs, Diretor-Institucional da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições; do Sr. Bené Barbosa, Presidente do Movimento Viva Brasil; de representante da Companhia Brasileira de Cartuchos; e do Cel. PM Álvaro Batista Camilo, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.	28/4/11 Audiência realizada. 28/4/11 Arquivado.
14	ALESSANDRO MOLON	Requer a aprovação de Audiência Pública com o objetivo de debater a política de segurança pública no País.	AP	6/4/11 Declarada a prejudicialidade, em virtude da proposta ter sido contemplada no Req. nº 4/11.	6/4/11 Arquivado.
15	ALESSANDRO MOLON	Requer a aprovação de convite ao Ministro da Justiça, Senhor José Eduardo Cardozo, para prestar audiência com o objetivo de debater os projetos do Governo da Presidenta Dilma Roussef afetos a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	AP	6/4/11 Aprovado, com a inclusão do Secretário-Executivo do Pronasci.	19/5/11 Audiência realizada. 19/5/11 Arquivado.
16	ENIO BACCI	Requer a criação de subcomissão especial para acompanhamento técnico dos sistemas de segurança pública e privada a serem implementados na Copa do Mundo e Olimpíadas.	SC		Não deliberado.
17	DELEGADO WALDIR	Solicita que seja convocado o Senhor Ministro da Justiça, para prestar esclarecimentos sobre a existência de acordos tácitos entre o Estado brasileiro e o crime organizado.	AP		1º/6/11 Arquivado.
18	DELEGADO PROTÓGENES	Requer realização de Audiência Pública para debater o PL 21/2011	AP		Não deliberado.
19	STEPAN NERCESSIAN E RUBENS BUENO	Requer sejam convidados o Diretor-Geral da Polícia Federal e o Diretor-Geral da ABIN para debater, em audiência pública nesta Comissão, a atuação de redes terroristas no Brasil.	AP	13/4/11 Aprovado.	Audiência reservada realizada em 17/5/11, em conjunto com a CREDN 18/5/11 Arquivado.
20	ALESSANDRO MOLON	Requer a criação de Subcomissão Especial de Controle de Armas e Munições, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	SC	13/4/11 Aprovado.	13/4/11 Arquivado. 3/5/11 Subcomissão instalada.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
21	KEIKO OTA	Requer que seja realizada nessa Comissão, Audiência Pública, para discutir políticas de combate ao <i>bullying</i> escolar.	AP	13/4/11 Aprovado.	18/10/11 Seminário realizado. 19/10/11 Arquivado.
22	LOURIVAL MENDES	Solicita o envio de Indicação à Presidência da República sugerindo a criação do Ministério da Segurança Pública.	D		29/4/11 Encaminhada Indicação nº 487/11 pelo Deputado Mendonça Prado e outros. 1º/6/11 Arquivado.
23	MENDONÇA PRADO	Requer a realização de seminário para discutir o tema "O uso de armas pela população civil".	OE	19/4/11 Aprovado, com o nome alterado para "O USO DE ARMAS".	6/6/11 Seminário realizado. 6/6/11 Arquivado.
24	JOÃO CAMPOS	Requer a realização de audiência pública, para debater a formação de organizações terroristas no Brasil.	AP	27/4/11 Aprovado o requerimento como reunião reservada em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e excluído o convite ao advogado Alberto Zacharias Toron.	17/5/11 Audiência reservada realizada em conjunto com a CREDN. 18/5/11 Arquivado.
25	JOÃO CAMPOS E DUARTE NOGUEIRA	Solicita seja convidado o Ministro da Justiça, Senhor José Eduardo Cardoso, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre o controle e fiscalização da entrada ilegal de armas no território brasileiro, através das fronteiras.	AP	27/4/11 Aprovado o requerimento e estabelecido que o Ministro da Justiça será arguido sobre o tema durante a audiência pública agendada para o dia 19 de maio de 2011.	19/5/11 Audiência Pública realizada. 19/5/11 Arquivado.
26	PERPÉTUA ALMEIDA, DELEGADO PROTÓGENES E ARNALDO FARIA DE SÁ	Requer a realização de audiência pública para debater a atualidade da PEC nº 300/08 e sua importância para o fortalecimento da segurança pública em todo País.	AP	19/4/11 Aprovado, com a inclusão das PECS nºs 534/02, 308/04 e 549/06 no debate e definido o dia 31 de maio de 2011 para a realização da Audiência Pública.	31/5/11 Audiência Pública realizada. 1º/6/11 Arquivado.
27	PERPÉTUA ALMEIDA	Requer a realização de audiência pública para debater a proposta de realização do referendo sobre proibição do porte de armas para civis no Brasil.	AP		Não deliberado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
28	JOÃO CAMPOS	Requer à Presidência que encaminhe pedido de Informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás, sobre a reportagem jornalística, publicada no Jornal Diário da Manhã, caderno DMRevista, pág. 6, do dia 27/02/2011, sobre assassinatos de gays e travestis em Goiás.	D	27/4/11 Aprovado.	29/4/11 Encaminhado Ofício nº 74/11-Pres. à Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás. 6/7/11 Encaminhado Ofício nº 169/11-Pres. à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás, reiterando o pedido do Ofício nº 74/11-Pres. 19/8/11 Recebido o Ofício nº 539/2011-CHEF.GAB, da SSPJ, com as informações. 22/8/11 Encaminhada cópia da resposta ao Gabinete do Deputado João Campos. 22/8/11 Arquivado.
29	PERPÉTUA ALMEIDA	Requer Audiência para debater a fiscalização em regiões de fronteiras e convida o Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor do Departamento da Polícia Federal.	AP	19/4/11 Aprovado, com a inclusão do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.	
30	FÁTIMA PELAES	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a Campanha do Desarmamento no contexto do Plano Nacional de Segurança Pública.	AP	27/4/11 Aprovado o requerimento e definido que os convidados abordarão o tema em um dos painéis do seminário "O Uso de Armas", agendado para o dia 6 de junho de 2011.	6/6/11 Seminário realizado. 7/6/11 Arquivado.
31	HUGO LEAL E FERNANDO FRANCISCHINI	Requer a realização de Audiência Pública com autoridades que nomeia, para debater sobre os temas liberalidades da legislação penal, confissão premiada, livramento condicional e progressão de regime.	AP	4/5/11 Aprovado.	26/5/11 Audiência realizada. 26/5/11 Arquivado.
32	DELEGADO WALDIR	Solicito que seja convidado o Ministro da Educação para falar sobre Violências nas Escolas e Bullying, especificamente sobre a tragédia ocorrida na Escola Municipal Tasso da Silveira, na Zona Oeste, na cidade do Rio de Janeiro.	AP		6/6/11 Requerimento atendido no seminário sobre "O Uso de Armas", realizado em 6/6/11.
33	MENDONÇA PRADO	Requer sejam incluídos convidados na audiência pública sobre a PEC nº 300/08 e sua importância para o fortalecimento da segurança pública em todo País"	AP	11/5/11 Aprovado.	31/5/11 Audiência realizada. 1º/6/11 Arquivado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
34	LOURIVAL MENDES	Requer a realização de uma viagem em missão oficial dos membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO ao Estado de Israel com a finalidade de conhecer o sistema de monitoramento e tecnologias de informação aplicadas na área da segurança pública.	OE	13/7/11 Aprovado, com ônus para a Câmara dos Deputados	
35	LOURIVAL MENDES	Requer sejam incluídos na audiência pública sobre a PEC Nº 300/08 e sua importância para o fortalecimento da segurança pública no Brasil, o Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Maranhão – SINPOL/MA.	AP		1º/6/11 Arquivado.
36	ROMERO RODRIGUES	Requer seja realizada audiência pública para discutir sobre o Projeto de Lei nº 3.624, de 2008, do Sr. Tadeu Filippelli, que "altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas, Sinarm, define crimes e dá outras providências, para conceder porte de arma aos integrantes dos quadros de pessoal de fiscalização dos departamentos de trânsito".	AP	21/6/11 Aprovado.	8/11/11 Audiência realizada. 9/11/11 Arquivado.
37	ENIO BACCI E ARNALDO FARIA DE SÁ	Requer audiência pública com o objetivo de debater questões sobre o mercado ilegal de cigarros no Brasil.	AP	8/6/11 Aprovado.	20/9/11 Audiência realizada. 20/9/11 Arquivado.
38	RONALDO FONSECA E DELEGADO WALDIR	Requer que esta Comissão requirite informações ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, acerca da apuração da reclamação disciplinar em desfavor dos promotores de justiça que atuam perante a Vara Criminal do Gama, Distrito Federal.	D	8/6/11 Aprovado.	15/6/11 Encaminhado Ofício nº 155/11-Pres. ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público. 15/6/11 Arquivado.
39	WILLIAM DIB	Requer a realização de seminário (<i>Bullying</i>)	OE		Não deliberado.
40	FERNANDO FRANCISCHINI E HUGO LEAL	Solicita realização de audiência pública, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para discutir medidas eficazes de combate à corrupção e, mais especialmente, ao crime de "lavagem de dinheiro", disciplinado pela Lei nº 9.613, de 1998, sendo convidados os Srs. Fausto Martin De Sanctis, Desembargador Federal do TRF da 3ª Região, e Sérgio Fernando Moro, Juiz Federal da Seção Judiciária do Paraná.	AP	8/6/11 Aprovado com a inclusão do Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, RICARDO ANDRADE SAADI, e de um representante da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA.	25/10/11 Audiência realizada. 25/10/11 Arquivado.
41	DELEGADO PROTÓGENES, PERPÉTUA ALMEIDA, HUGO LEAL E ARNALDO FARIA DE SÁ	Requer a realização de Audiência Pública para discutir os OGMOS - Órgãos Gestores de Mão-de-Obras.	AP	8/6/11 Aprovado com a inclusão dos diretores dos órgãos gestores dos Portos de Santos e de Paranaguá, do Presidente da Federação Nacional dos Portos e do Presidente da Federação Nacional dos Portuários.	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
42	MENDONÇA PRADO	Requer seja incluído convidado na audiência pública sobre carga horária semanal para os operadores de segurança.	AP		1º/6/11 Arquivado.
43	DELEGADO WALDIR	Requer que sejam convidados os senhores Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Adepol-BR, Benito Augusto Giuliano Diese e Marcos Leôncio de Souza Ribeiro, Membros da Diretoria da Adepol-BR, Daniel Grandolfo - Diretor de Comunicação da Sindasp-SP, para participar da Audiência Pública para discutir as PEC's 300/08 534/02,308/04 e 549/06 e valorização do profissional de segurança pública.	AP		1º/6/11 Arquivado.
44	OTONIEL LIMA	Requer seja incluído convidado na audiência pública sobre carga horária semanal para os operadores de segurança.	AP		1º/6/11 Arquivado.
45	STEPAN NERCESSIAN	Requer a realização de Audiência Pública com o Sr. Antônio Palocci Filho, Ministro da Casa Civil, para prestar esclarecimentos acerca da implantação dos Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas, anunciada em 17 de fevereiro do corrente ano na chamada luta "sem quartel contra a droga".	AP	14/6/11 Apresentado Requerimento nº 61/2011, pelo Deputado Stepan Nercessian (PPS-RJ), que: "Requer a retirada do Requerimento n.º 45, de 2011. 14/6/11 Deferido o requerimento de retirada	14/6/11 Arquivado.
46	WILLIAM DIB	Requer a realização de seminário para debater o Projeto de Lei nº 7.457 de 2010 e seus apensados.	OE	8/6/11 Aprovado com a inclusão dos convidados nominados no Requerimento nº 21/11, da deputada Keiko Ota.	18/10/11 Seminário realizado.
47	LOURIVAL MENDES	Requer à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado que seja encaminhado ao Presidente do Senado requerimento solicitando apoio necessário para criação do Ministério da Segurança Pública.	D	8/6/11 Aprovado.	15/6/11 Ofício nº 156/11-Pres. encaminhado. Requerimento arquivado.
48	DELEGADO PROTÓGENES, OTONIEL LIMA E PERPÉTUA ALMEIDA	Requer a realização de audiência pública para discutir a iniciativa da Polícia Federal de transferir para empresas privadas a responsabilidade de controlar quem entra e quem sai do País.	AP	8/6/11 Aprovado com a inclusão da Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de cargos da Polícia Federal, Leilane Ribeiro de Oliveira.	28/6/11 Audiência realizada. 22/9/11 Arquivado.
49	ALBERTO FILHO	Requer convocação do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para em Audiência Pública, a ser realizada na primeira quinzena do mês de junho, prestar esclarecimentos acerca do processo de terceirização, em curso, na Polícia Federal.	AP	2/6/11 Apresentado Requerimento nº 51/2011, pelo Deputado Alberto Filho (PMDB-MA), que: "Requer RETIRADA DE TRAMITAÇÃO do Requerimento Nº 049/11. 2/6/11 Deferido o requerimento	2/6/11 Arquivado.

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
50	ALBERTO FILHO, FERNANDO FRANCISCHINI, JOÃO CAMPOS, DELEGADO PROTÓGENES, PERPÉTUA ALMEIDA E ARNALDO FARIA DE SÁ	Requer constituição de GRUPO DE TRABALHO para analisar e propor soluções quanto ao processo de terceirização, em curso, na Polícia Federal.	D	8/6/11 Aprovado.	
51	ALBERTO FILHO	Requer RETIRADA DE TRAMITAÇÃO do Requerimento Nº 049/11 de Convocação do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos acerca do processo de terceirização, em curso, na Polícia Federal.	D		2/6/11 Arquivado.
52 (ver req. 70)	DELEGADO PROTÓGENES, ARNALDO FARIA DE SÁ, FERNANDO FRANCISCHINI E HUGO LEAL	Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater a crise do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro	AP	15/6/11 Aprovado e definida a realização de duas audiências públicas, uma com foco no Estado do Rio de Janeiro e com a inclusão dos nomes do Cel. Mário Sérgio, da Deputada Estadual Janira Rocha e do Cabo Benevenuto Daciolo; a segunda, com representantes do Corpo de Bombeiros de São Paulo, Paraná, Sergipe, Distrito Federal e da Liga Nacional do Corpo de Bombeiros.	
53	PERPÉTUA ALMEIDA, DELEGADO WALDIR, FERNANDO FRANCISCHINI E DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de audiência pública com o Excelentíssimo ex-Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de debater a proposta de políticas de regulamentação do uso da maconha no Brasil.	AP	8/6/11 Aprovado como Audiência Pública conjunta com a Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas.	
54	MARLLOS SAMPAIO	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por meio do Ministro da Previdência Social, sugerindo a realização de campanhas publicitárias visando à prevenção do golpe sofrido pelos idosos na modalidade de empréstimo consignado.	D	15/6/11 Aprovado, tendo sido estabelecido ainda que os parlamentares agendarão encontro com o Ministro da Previdência Social e com a Secretária de Comunicação Social da Presidência da República para tratarem de promoção de campanha institucional.	
55	PERPÉTUA ALMEIDA, FERNANDO FRANCISCHINI, DELEGADO PROTÓGENES E DELEGADO WALDIR	Requer a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de acompanhar a situação dos bombeiros militares do Rio de Janeiro e de outros estados.	D	15/6/11 Aprovado.	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
56	DELEGADO PROTÓGENES	Solicita o deslocamento da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado à cidade do Rio de Janeiro para acompanhar a prisão dos Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.	D		Não deliberado.
57	LINCOLN PORTELA, OTONIEL LIMA E LOURIVAL MENDES	Requer a constituição de Representação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para acompanhar a rebelião ocorrida, em razão das reivindicações salariais, por parte dos Bombeiros Militares da Corporação do Estado do Rio de Janeiro.	D		Não deliberado.
58	DELEGADO PROTÓGENES	Requer Audiência Pública com o Diretor-Geral de Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello Coimbra, sobre os indeferimentos para a concessão e renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo que estão sendo realizados pela Polícia Federal.	AP	3/8/11 Aprovado.	22/9/11 Audiência realizada. 22/9/11 Arquivado.
59	PERPÉTUA ALMEIDA E DELEGADO PROTÓGENES	Requer Audiência Pública e convida o Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, para debater nesta douta Comissão o plano estratégico de fronteiras.	AP	6/7/11 Aprovado.	
60	DELEGADO PROTÓGENES	Solicita inclusão de nome na Audiência Pública, aprovada (Requerimento nº 40/11) na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para discutir medidas eficazes de combate à corrupção e, mais especialmente, ao crime de "lavagem de dinheiro", disciplinado pela Lei nº 9.613, de 1998, sendo convidado o Procurador da República Dr. Vladimir Aras.	AP	15/6/11 Aprovado.	25/10/11 Audiência realizada. 25/10/11 Arquivado.
61	STEPAN NERCESSIAN	Requer a retirada do Requerimento n.º 45, de 2011.	D	14/6/11 Deferido.	14/6/11 Arquivado.
62	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer que seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, para debater sobre os Crimes Virtuais ou Cibercrimes.	AP	21/6/11 Aprovado.	13/7/11 Audiência conjunta realizada. 13/7/11 Arquivado.
63	MENDONÇA PRADO	Requer a realização de seminário para discutir o tema "A Valorização dos Servidores da Área de Segurança Pública.	D	21/6/11 Aprovado.	9/11/11 Arquivado.
64	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer seja convidado o Senhor Expedito Veloso, para prestar esclarecimentos a esta Comissão, em Audiência Pública, acerca das novas denúncias da sua participação na tentativa de compra de falso dossiê, em 2006, contendo documentos e informações para uso político, e sobre a origem dos quase R\$ 2 milhões destinados a tal transação.	AP		Não deliberado.
65	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer a convocação do Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, para prestar esclarecimentos acerca das novas denúncias da sua participação na tentativa de compra de falso dossiê, em 2006, contendo documentos e informações para uso político, e sobre a origem dos quase R\$ 2 milhões destinados a tal transação.	AP		Não deliberado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
66	CARLOS SAMPAIO E FERNANDO FRANCISCHINI	Requer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Subcomissão Permanente para a investigação de denúncias e acompanhamento de operações policiais sobre crime organizado, tráfico de drogas e armas, contrabando, crimes em fronteiras, pirataria, corrupção, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana, que sejam realizadas as diligências e oitivas necessárias para apurar os fatos referidos na "Revista Veja" do último dia 19/06, na qual os jornalistas Hugo Marques e Gustavo Ribeiro investigaram o envolvimento do Ministro Aloísio Mercadante num episódio que, no ano de 2006, ficou conhecido como o "dossiê dos aloprados".	D		Não deliberado.
67	DELEGADO WALDIR	Requer que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Joaquim Barbosa, Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF, para expor acerca de seu pronunciamento feito a Revista Veja, onde menciona que "Político não pega cadeia".	AP	6/7/11 Aprovado.	
68	DELEGADO WALDIR E MARLLOS SAMPAIO	Requer que expeça ofício ao Ministro da Justiça e de Direitos Humanos, sugerindo a criação em todos os Estados de Delegacias Especializadas de Atendimento aos Idosos e Deficientes, onde a União coloque aos parceiros estaduais sua pré condição para liberação de recursos federais.	D	6/7/11 Aprovado.	
69	DELEGADO WALDIR E PERÉTUA ALMEIDA	Requer que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Antônio Patriota, Ministro de Relação Exteriores, para expor quais medidas que o Governo Brasileiro está tomando para impedir as legalizações de carros furtados/roubados e levados para a Bolívia e Paraguai, onde estão sendo legalizados pelos governos daqueles países.	AP	6/7/11 Aprovado com alteração de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.	
70	JAIR BOLSONARO	Requer a inclusão de autoridade a ser ouvida em audiência pública para debater a crise do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.	AP	6/7/11 Aprovado.	
71	PERPÉTUA ALMEIDA	Requer a realização de audiência pública para debater o PL nº 583/2011 que dispõe sobre o monitoramento por instrumentos de geolocalização dos indivíduos sujeitos ao sistema penitenciário da União Federal e questões relacionadas ao tema.	AP	6/7/11 Aprovado.	1º/9/11 Audiência realizada. 1º/9/11 Arquivado.
72	JOSÉ AUGUSTO MAIA E LOURIVAL MENDES	Requer a realização de seminário para debater "os investimentos na área da segurança pública nos estados brasileiros".	OE	6/7/11 Aprovado.	5/8/11 Seminário realizado. 15/8/11 Arquivado.
73	ALESSANDRO MOLON E WILLIAM DIB	Requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado convide um membro da Rede Desarma Brasil para participar dos debates referentes a Audiência Pública que discutirá o Projeto de Lei nº 3.624, de 2008.	AP	6/7/11 Aprovado.	8/11/11 Audiência realizada.
74	DELEGADO PROTÓGENES E PERPÉTUA ALMEIDA	Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater a decisão do governo Boliviano de legalizar todos os veículos importados que circulam sem documentos no país.	AP	6/7/11 Aprovado.	23/8/11 Audiência realizada. 23/8/11 Arquivado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
75	RONALDO FONSECA	Requer a realização de audiência pública com autoridades e representantes da sociedade civil que nomeia, para debater a programação da TV aberta no Brasil.	AP	3/8/11 Aprovado com a inclusão do Senhor João Carlos Saad, Diretor da Televisão Bandeirante e Presidente da ABRA - Associação Brasileira de Radiodifusores.	8/12/11 Audiência realizada. Requerimento arquivado.
76	GONZAGA PATRIOTA, HUGO LEAL, OTONIEL LIMA E DR. CARLOS ALBERTO	Solicita que seja realizada reunião de audiência pública a fim de discutir o Projeto de Lei nº 1.028, de 2011, que "altera a redação dos artigos 60, 69, 73 e 74, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo pelos delegados de polícia".	AP	17/8/11 Aprovado com a inclusão das seguintes entidades: Associação dos Delegados de Polícia Federal - ADPF; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL; Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF; Conselho Federal da OAB - CFOAB; Conselho Nacional de Justiça - CNJ; e Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE.	13/9/11 Audiência realizada. 13/9/11 Arquivado.
77	LOURIVAL MENDES	Solicita à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO o convite do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, para prestar esclarecimentos sobre informações publicadas pela Revista IstoÉ.	AP	10/8/11 Aprovado, contra os votos dos Deputados Emiliano José e Enio Bacci.	
78	LOURIVAL MENDES	Solicita à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO o convite do Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela Revista IstoÉ.	AP	10/8/11 Aprovado, contra os votos dos Deputados Emiliano José e Enio Bacci.	
79	JOSÉ AUGUSTO MAIA E DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de seminários para debater "os investimentos na área da segurança pública nos estados brasileiros", etapas Pernambuco, São Paulo, Acre e Paraná.	OE	17/8/11 Aprovado, com a inclusão da realização de seminários também nos Estados de Goiás e do Piauí.	16/9/11 Seminário de Pernambuco realizado. 21/10/11 Seminário do Piauí realizado. 27/10/11 Seminário de São Paulo realizado.
80	ALBERTO FILHO	Requer realização de Audiência Pública para debater as ameaças de morte que pesam sobre 100 juizes no exercício da magistratura em diversos Estados da Federação, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.	AP	17/8/11 Aprovado para realização em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e com a inclusão do Presidente da AJUFE, Gabriel Wedy; do Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, Marcelo Weitzel Rabello de Souza; do Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos; e da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, ADEPOL.	30/8/11 Audiência realizada. 30/8/11 Arquivado.

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
81	PERPÉTUA ALMEIDA E ROMERO RODRIGUES	Solicita inclusão de nome na Audiência Pública, aprovada na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que discutirá a decisão do governo Boliviano de legalizar os veículos importados que circulam sem documentos no País."	AP	17/8/11 Aprovado.	23/8/11 Audiência realizada. 23/8/11 Arquivado.
82	KEIKO OTA	Requer que seja realizada nessa Comissão, Audiência Pública, para entrega dos relatórios elaborados nos seminários regionais da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência.	AP	24/8/11 Aprovado.	
83	JOSÉ AUGUSTO MAIA E KEIKO OTA	Solicita a realização de seminários regionais para identificar as necessidades e demandas das vítimas de violência.	OE	24/8/11 Aprovado.	
84	ALEXANDRE LEITE E FERNANDO FRANCISCHINI	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de investigar as causas que levam alguns Estados brasileiros a ter índices de violência acima da média nacional, bem como analisar as dificuldades que as polícias de fronteira enfrentam e apresentar soluções para os problemas.	AP	14/9/11 Aprovado com alteração para Seminário a ser realizado em Foz do Iguaçu e acrescentando ao tema a discussão dos valores das diárias pagas pelo Departamento de Polícia Federal aos seus servidores. Excluídos os nomes das autoridades mencionadas no penúltimo parágrafo do requerimento.	9/12/11 Seminário realizado.
85	JAIR BOLSONARO	Requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado encaminhe Requerimento de Informação ao Ministro da Justiça.	D		Não deliberado.
86	DR. CARLOS ALBERTO	Solicita que seja realizada reunião de audiência pública a fim de discutir o Projeto de Lei nº 7.193, de 2010, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia.	AP		31/8/11 O PL nº 7.193/10 foi deliberado pela CSPCCO. O requerimento perdeu a oportunidade. 14/9/11 Arquivado.
87	LOURIVAL MENDES	Solicita que sejam incluídas na relação de convidados para reunião de audiência pública que irá discutir o Projeto de Lei nº 1.028, de 2011, conforme Requerimento nº 76/2011 apresentado pelo Deputado Gonzaga Patriota as seguintes entidades: Representante da Polícia Civil, Representante do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil e a reiteração do convite feito à Ordem dos Advogados do Brasil.	AP		A audiência pública foi realizada em 13/9/11 O req. perdeu a oportunidade. 14/9/11 Arquivado.
88	MARLLOS SAMPAIO	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre as denúncias de esquema de vazamento de informações sigilosas de cadastros de bancos.	AP	14/9/11 Aprovado com a alteração para convite e a inclusão de um representante do Banco Central do Brasil.	

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
89	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer informações ao Exmo. Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo Sr. Antonio Ferreira Pinto	D	21/9/11 Aprovado com alteração para que o requerimento de informações seja encaminhado ao Ministro da Justiça.	21/9/11 Encaminhado Requerimento de Informação, via 1ª Secretária (RIC Nº 1210/2011) 8/11/11 Recebida informação. Encaminhada cópia ao Deputado Fernando Francischini 8/11/11 Arquivado.
90	LOURIVAL MENDES	Requer a realização de Audiência Pública, na CSPCCO, para debater a alta significação da instituição da data comemorativa do dia do Delegado de Polícia, com as associações legalmente reconhecidas e vinculadas ao respectivo segmento.	AP	5/10/11 Aprovado.	10/11/11 Audiência realizada. 10/11/11 Arquivado.
91	FERNANDO FRANCISCHINI E DELEGADO PROTÓGENES	Requer que seja realizada nessa Comissão, Audiência Pública para apresentação do Gibi desenvolvido pela Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições - ANIAM.	AP	19/10/11 Aprovado.	13/12/11 Audiência realizada. Requerimento arquivado.
92	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer que seja realizada Audiência Pública nesta Comissão a fim de debater sobre uma legislação eficaz para o combate ao crime organizado, com os convidados que sugere.	AP		Não deliberado.
93	DOMINGOS DUTRA, BENEDITA DA SILVA E LUIZ ALBERTO	Requerem a realização conjunta das CDHM e CSPCCO da Audiência Pública para discutir o papel da segurança privada no combate ao racismo.	AP	19/10/11 Aprovado.	
94	DOMINGOS DUTRA E MENDONÇA PRADO	Requer a realização de Audiência Pública para a oitiva debater de forma mais aprofundada os objetivos e iniciativas propostas pelo Governo Federal para a política de segurança pública no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2012 -2015) e os recursos previstos para a área contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012.	AP	19/10/11 Aprovado.	22/11/11 Audiência realizada. 22/11/11 Arquivado.
95	PERPÉtua ALMEIDA E DOMINGOS DUTRA	Requer a realização de Seminário Externo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater o Projeto de Lei nº 583/11 que dispõe sobre o monitoramento por instrumentos de geolocalização para os indivíduos sujeitos ao sistema penitenciário da União Federal.	OE	19/10/11 Aprovado.	
96	ALESSANDRO MOLON	Requer a realização de Audiência Pública para discutir acerca da violência de que são vítimas os jovens negros.	AP	19/10/11 Aprovado.	29/11/11 Audiência realizada. 29/11/11 Arquivado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
97	JOÃO CAMPOS, FERNANDO FRANCISCHINI, PASTOR MARCO FELICIANO E RONALDO FONSECA	Requer que seja ouvido o Sr. Luiz Frias, Presidente do UOL, para prestar esclarecimento sobre a disponibilização de conteúdo adulto, de forma aberta, sem indicação de faixa etária e advertência quanto ao conteúdo, no sítio da UOL.	AP	19/10/11 Aprovado.	
98	ALEXANDRE LEITE	Solicita realização de Audiência Pública, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a fim de debater-se a imprescindibilidade de aprovação da PEC nº 300, de 2008, bem como de suas apensadas, com a presença do Coronel e ex-Deputado Federal Jairo Paes de Lira, do Major e ex-Deputado Federal Fábio Rodrigues de Oliveira, e do Cabo da Polícia Militar Edison Burkert.	AP		19/10/11 Retirado de pauta a requerimento do autor.
99	ALEXANDRE LEITE E JOÃO CAMPOS	Solicita realização de Seminário, na cidade de Salvador-BA, com as autoridades que menciona, para se debater a PEC nº 300, de 2008, e a nomeação de agentes e escrivães de Polícia naquele Estado.	OE	26/10/11 Aprovado.	
100	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer que seja realizada Reunião de Audiência Pública para discutir o uso de armas não letais durante os jogos da Copa do Mundo de futebol e Olimpíadas 2016.	AP	16/11/11 Aprovado.	
101	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer que seja realizada nessa Comissão Audiência Reservada para discutir sobre os crimes de evasão de divisas, lavagem de dinheiro e outros conexos.	OE	16/11/11 Aprovado.	
102	PERPÉTUA ALMEIDA	Requer a criação de seminários externos da CSPCCO para debater as aplicações da Lei Maria da Penha.	OE	9/11/11 Aprovado, com alterações.	
103	FERNANDO FRANCISCHINI	Solicita a realização de Audiência Pública para debater o controle sobre a utilização de embalagens plásticas (polímeros) e a destinação do lixo derivado destas embalagens plásticas (polímeros) que não possuem tecnologia de Biodegradação, e podem caracterizar crime ambiental de acordo com a Lei nº 9.605, conhecida como a Lei de crimes ambientais, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.179 de 21 de setembro de 1999.	AP	9/11/11 Aprovado.	23/11/11 Audiência realizada. 24/11/11 Requerimento arquivado.
104	LOURIVAL MENDES	Requer à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO que sejam incluídos na Comitativa que fará visita em Missão Oficial ao Estado de Israel, o Secretário de Estado de Segurança do Maranhão e um Assessor.	AP		Não deliberado.
105	PERPÉTUA ALMEIDA KEIKO OTA DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de audiência pública para discutir a estrutura de segurança nas atividades da Copa do Mundo.	AP	30/11/11 Aprovado.	
106	PERPÉTUA ALMEIDA KEIKO OTA DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de Audiência Pública para celebrar o Dia Mundial de Combate à Corrupção e discutir os desafios na luta pela transparência e pelo combate à corrupção no Brasil.	AP	30/11/11 Aprovado.	
107	DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de Audiência Pública para discutir iniciativa da Associação Incubadora Social Gastromotiva no estado de São Paulo.	AP	30/11/11 Aprovado.	

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
108	ALESSANDRO MOLON EDIO LOPES DR. CARLOS ALBERTO	Requer a realização de Audiência Pública para discutir acerca o controle de armas e munições no Brasil.	AP	30/11/11 Aprovado.	13/12/11 Audiência realizada. 13/12/11 Requerimento arquivado.
109	DOMINGOS DUTRA	Requer a participação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater, atuar e intermediar na resolução dos graves conflitos que assolam o Estado do Maranhão em decorrência da Greve dos Policiais do Estado do Maranhão.	OE	30/11/11 Aprovado.	
110	STEPAN NERCESSIAN	Requer a convocação do Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi, a fim de que preste esclarecimentos sobre as irregularidades em sua pasta, publicadas na Revista Istoé nº 2178, de 10 de agosto de 2011.	AP		Não deliberado.
111	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer seja realizado Seminário em Curitiba - PR para discutir os impactos negativos na Segurança Pública, Combate ao Crime Organizado nas fronteiras e outras áreas afetadas por razão da não aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 544 de 2002, que "cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões".	OE		Não deliberado.
112	JOÃO CAMPOS E DUARTE NOGUEIRA	Requer convocação do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de grampo ilegal praticado contra o Diretório Estadual do PSDB no Acre.	AP		Não deliberado.
113	CABO JULIANO	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "O papel do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência -PROERD".	AP		Não deliberado.

Resolução nº 20, de 2004

Dá nova redação aos arts. 25, 26, 29, 32 e 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º

Art. 4º O art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. São as seguintes as Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividade:

.....

XVI - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

a) assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes ou atividades conexas;

b) combate ao contrabando, crime organizado, seqüestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana;

c) controle e comercialização de armas, proteção a testemunhas e vítimas de crime, e suas famílias;

d) matérias sobre segurança pública interna e seus órgãos institucionais;

e) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas ao crime organizado, narcotráfico, violência rural e urbana e quaisquer situações conexas que afetem a segurança pública;

f) sistema penitenciário, legislação penal e processual penal, do ponto de vista da segurança pública;

g) políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais;

h) fiscalização e acompanhamento de programas e políticas governamentais de segurança pública;

i) colaboração com entidades não-governamentais que atuem nas matérias elencadas nas alíneas deste inciso, bem como realização de pesquisas, estudos e conferências sobre as matérias de sua competência;

.....
Câmara dos Deputados, 17 de março de 2004 - Deputado JOÃO PAULO CUNHA, Presidente

EQUIPE TÉCNICA

QUADRO EFETIVO

Ricardo Menezes Perpétuo
Secretário de Comissão Permanente

Ana Maria Ramos Cavalcanti
1ª Substituta de Secretário de Comissão

Gleice Chagas dos Angelos
2ª Substituta de Secretário de Comissão

Carolina Padilha Santos
Controle e Execução

Giovana Sílvia Cherchi Silva
Assistente de Comissão

João Marcos Ferreira Cantarino
Adjunto de Secretário de Comissão

José Carlos Araújo Lopes Júnior
Tramitação de Proposições

Maria de Fátima Vieira Ornelas
Secretária da Presidência

PRÓ-ADOLESCENTES

Daniel Lemes Monteiro
Kamila Lima Peixoto

CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL

Adriana Araújo de Oliveira Paulúcio
Caroline Lima Ferraz
Izys Moreira
Maria Cristina dos Santos
Taciana Marinho Regis de Moura

Contatos

Portal da Câmara dos Deputados

<http://www.camara.gov.br>

e-mail da Comissão

cspcco.decom@camara.gov.br

Endereço

Câmara dos Deputados - Anexo II

Sala 166-C - CEP 70.160-900

Telefones

0xx61 3216-6761 / 0xx61 3216-6762 / 0xx61 3216-6770 (fax)

